

LETÍCIA LUDWIG LODER

**INVESTINDO NO CONFLITO: A CORREÇÃO PELO OUTRO CONSTRUINDO
DISCORDÂNCIAS AGRAVADAS**

PORTO ALEGRE

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: LINGÜÍSTICA APLICADA
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGEM NO CONTEXTO SOCIAL

**INVESTINDO NO CONFLITO: A CORREÇÃO PELO OUTRO CONSTRUINDO
DISCORDÂNCIAS AGRAVADAS**

Dissertação de mestrado apresentada à banca de defesa
como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em
Letras.

LETÍCIA LUDWIG LODER

Orientador: **Prof. Pedro de Moraes Garcez, Ph.D.**

Porto Alegre, abril de 2006.

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa jornada acadêmica, devo o meu agradecimento aos meus amigos e familiares pelo carinho e estímulo ao longo dos últimos dois anos, contribuindo para tornar este trabalho possível. Entre eles, no entanto, me permito destacar algumas pessoas que merecem agradecimentos especiais:

aos meus pais, Luiz e Liane, por tudo o que representam, mas especialmente pelos exemplos de intelectuais e, acima de tudo, de seres humanos que são, pelo incentivo entusiasmado e carinhoso, pelo abraço de conforto e pelo amor de sempre;

aos meus irmãos, Luciano e Luíza, pelo carinho irrestrito e pela atenção constante, cada um a sua maneira, pela paciência, pelas palavras de ânimo e por serem meus melhores amigos e parceiros por toda a vida;

ao Pedro, não só pela orientação atenta durante o desenvolvimento desta dissertação, mas principalmente pela interlocução acadêmica instigante, pela confiança no meu trabalho e pelo afeto sincero desde a Iniciação Científica;

às colegas de jornada, Lia e Aninha, pelo apoio acadêmico, pelo carinho, pelo entusiasmo genuíno, pela generosidade e pela parceria em todos os momentos;

aos colegas de 117/203, Paloma, Marden e Paola, pelos inúmeros “favorzinhos” por e-mail e pelos papos sobre Análise da Conversa, Etnometodologia e sobre a vida;

ao meu “amigo secreto” Alexandre, que “quebrou o galho” nas minhas gerações de dados gentilmente emprestando seu equipamento;

à Patricia e à Neiva, que, mesmo de longe, tornaram sempre presentes suas palavras de carinho e apoio;

aos queridos companheiros de ISE (aos antigos e aos atuais, aos constantes e aos bissextos), pelas discussões (às vezes acirradas, às vezes nem tanto) nas tardes de sexta-feira, que me

proporcionaram grande crescimento intelectual e oportunidade de conhecer pessoas fantásticas;

aos meus amigos, especialmente aos que estiveram intensamente presentes nesses últimos tempos, dividindo ansiedades, conquistas e alegrias comigo: Rejane, Ana Luíza, Ana Laura, Patrícia, Fernanda, Clarissa, Fernanda, Helen, Mauren, Patrícia, Janice, Rosana, Lisandra, Ana Beatriz e Camila;

aos participantes das interações gravadas que subsidiaram as reflexões desta dissertação, por terem permitido que eu e a minha “parafernália técnica” pudéssemos entrar;

ao CNPq, que, mediante concessão de bolsa de estudos, permitiu que eu tivesse dedicação exclusiva às atividades de pós-graduação e ao desenvolvimento deste trabalho de dissertação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. DISCORDÂNCIA, PREFERÊNCIA E REPARO: NOÇÕES ANALÍTICAS	12
1.1 CONCEITUANDO A DISCORDÂNCIA.....	12
1.2 DISCORDÂNCIA E PREFERÊNCIA.....	14
1.3 ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA DISCORDÂNCIA.....	20
1.3.1 Recursos para a construção de turnos discordantes.....	21
1.3.2 Como termina uma discordância.....	26
1.4 PARTICIPAÇÃO DE OUTROS INTERLOCUTORES.....	27
1.4.1 Alinhamentos.....	28
1.5 REPARO E SUA RELAÇÃO COM DISCORDÂNCIA.....	31
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	41
2.1 ANÁLISE DA CONVERSA.....	41
2.1.1 Origens.....	43
2.1.2 Perspectiva êmica.....	49
2.1.3 Uso da linguagem.....	50
2.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	52
2.2.1 Os registros.....	52
2.2.2 Seleção de fragmentos.....	54
2.2.3 As transcrições.....	55
2.2.4 Análise seqüencial.....	58
2.3 REGISTROS, PERCALÇOS E CENÁRIOS.....	58
2.3.1 Registros e percalços.....	59
2.3.2 Os cenários.....	62
3. CORREÇÃO PELO OUTRO EM DISCORDÂNCIA: ANÁLISES DE DADOS	66
3.1 RILCO OU CORREÇÃO PELO OUTRO.....	66
3.2 CORREÇÃO PELO OUTRO EM SEQUÊNCIAS DE DISCORDÂNCIA.....	72
3.3 ENCERRAMENTO DE DISCORDÂNCIAS COM CORREÇÕES PELO OUTRO.....	89
3.4 COMPARANDO DISCORDÂNCIAS COM E SEM CORREÇÃO PELO OUTRO.....	97
3.4.1 Oposição de asserções.....	97

3.4.2 Encerramento de discordâncias sem correção pelo outro.....	103
3.5 PREFERÊNCIA E DESPREFERÊNCIA EM DISCORDÂNCIA.....	117
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136
ANEXO I – Convenções de transcrição.....	144
ANEXO II – Originais das citações textuais.....	146
ANEXO III – Modelo de consentimento informado usado na geração de dados.....	154
ANEXO IV – Transcrição contínua do fragmento 11.....	155

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto de análise seqüências de discordância levadas adiante por correções pelo outro, e seu objetivo é caracterizar a ocorrência de correções pelo outro, sublinhando suas implicações e distinções em relação a outros recursos para discordar. Seguindo a tradição de pesquisa em Análise da Conversa, em que a relação entre correção e discordância tem sido apontada mas não elucidada por completo, cerca de oito horas de registros audiovisuais de interações cotidianas foram geradas, e, nesse *corpus*, localizadas e reunidas instâncias em que a correção pelo outro levava adiante uma discordância entre os interlocutores. Observou-se que, ocorrendo no início, no meio ou no fim de uma discordância, a correção produz não apenas um questionamento de um item/expressão equivocado no turno do interlocutor, mas centralmente implica o questionamento da apresentação do interlocutor como conhecedor do tópico em debate. Observou-se, ainda, a redução de índices de despreferência por discordância ao longo da seqüência, evidenciando a orientação dos participantes para acentuar progressivamente o debate. Comparando-se com outros recursos para discordar, observou-se que a correção pelo outro intervém mais diretamente no turno do opositor, implica necessariamente anulação da proposta do opositor, permite um monitoramento do ponto em que a discordância foi abandonada (quando é o caso) e, ao implicar a legitimidade do falante sobre o tópico em debate, implica necessariamente a falta de autoridade do interlocutor. Conclui-se, portanto, que a correção pelo outro é um recurso bastante mais agravado do que outros para produzir discordâncias, evidenciando, nas seqüências em que ocorre, a orientação dos participantes para sublinhar a oposição, em lugar de mitigá-la.

Palavras-chave: Correção pelo outro; Discordância (agravada); Interação cotidiana

ABSTRACT

This study is aimed at characterizing the occurrence of other-correction in disagreement sequences by focusing on its implication to the sequence and its particularities in relation to other methods for disagreeing. Based on the framework of Conversation Analysis, within which the relationship between other-correction and disagreement has been pointed out, though not yet accounted for in detailed analysis, roughly eight hours of daily interaction were recorded, and instances of other-correction in disagreement sequences were identified. Other-corrections were observed to be implicated in the beginning, middle or end of disagreement sequences, focusing not only on trouble in an item/expression in previous turn, but implying crucially the questioning of the presentation of previous speaker as knowledgeable about the topic. The orientation to preference for disagreement as the sequence progressed was also observed, evidencing participants' orientation to aggravate the dispute. In comparison to other methods for disagreeing, other-correction was observed to be more directly opposed to previous turn, to imply the opponent's position as necessarily invalid, to allow the monitoring of moves to abort the sequence (when this is the case), and to necessarily impute lack of authority on the topic to the interlocutor. Other-correction is concluded to be a method engendering much more aggravation than other methods for disagreeing, evidencing the orientation of participants to invest in, rather than mitigate, the opposition.

Keywords: Other-correction; (aggravated) Disagreement; Ordinary interaction

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa centralmente sobre a intersecção de dois fenômenos conversacionais: a discordância e a correção pelo outro. Se, por um lado, o estudo da discordância (aqui entendida como uma oposição de posições assumidas pelos interlocutores sobre um dado tema) desperta o interesse daqueles que se debruçam sobre cenários em que o conflito entre os participantes é um elemento constituinte importante (por exemplo, em terapias de família – FELE, 1991 –, programas de debate na televisão – GREATBATCH, 1992; HUTCHBY, 1996; GEORGAKOPOULOU e PATRONA, 2000; CLAYMAN, 2002 –, audiências de conciliação entre consumidores e prestadores de serviços – MAGALHÃES, 2004; LADEIRA, 2005), por outro lado, a ocorrência de correção é um tema bastante central em estudos de cenários em que a instrução está em pauta (por exemplo, em salas de aula – WEEKS, 1985; MCHOUL, 1990; MACBETH, 2004; GARCEZ, no prelo) ou em cenários em que os participantes tornam a instrução localmente relevante (por exemplo, em interações cotidianas em que as identidades de “nativo” e “não-nativo” numa determinada língua são enfocadas como centrais pelos participantes – NORRICK, 1991; KURHILA, 2001).

A motivação inicial para o presente estudo originou-se de um trabalho de pesquisa anterior, em que se analisou a ocorrência de reparos iniciados e levados a cabo pelo outro (correções de um participante sobre a fala anterior de seu interlocutor) em interações cotidianas em português brasileiro (GARCEZ e LODER, 2005). No processo de coleção das ocorrências para análise, observaram-se incidentalmente correções pelo outro como parte de seqüências prolongadas de discussão, isto é, de discordâncias. A busca de bibliografia para esclarecer a relação entre esses dois fenômenos revelou que, apesar de apontada em alguns outros estudos (ver seção 1.5 a seguir), sua problematização não havia sido tratada em nenhum deles, e, de modo geral, a correção permanecia apenas listada como mais um entre os

recursos possíveis para construir discordâncias. Nesse contexto, então, com um interesse, por um lado, em aprofundar o entendimento sobre as correções pelo outro (dando continuidade ao trabalho iniciado em GARCEZ e LODER, 2005) e, por outro lado, em investigar suas implicações para construção de discordâncias, apenas assinaladas na literatura, o foco do presente estudo é analisar a ocorrência de correções pelo outro em seqüências de discordância. A intersecção de fenômenos que aqui se opera pretende, portanto, conjugar interesses, produzindo reflexões de potencial relevância não apenas sobre a operação de correções pelo outro e sobre a dinâmica da co-construção de conflitos entre os interlocutores, mas também sobre a operação conjunta desses dois fenômenos.

Além disso, considerando-se que o *corpus* de base para o presente estudo é composto de interações em cenários não institucionalmente orientados, desde o início, para a produção de discordâncias (ao contrário, por exemplo, das audiências de conciliação, em que se pretende resolver um desacordo iniciado antes da própria audiência) nem de instrução (ao contrário, por exemplo, da sala de aula), espera-se que as reflexões aqui produzidas possam também ser um ponto de comparação para a análise da ocorrência de discordâncias e de correções naqueles cenários institucionais mais fortemente orientados para a produção dessas ações.

Conduzindo a análise das ocorrências de correção pelo outro em seqüências de discordância, as perguntas de pesquisa que o presente estudo procura responder são:

1. Nas seqüências interacionais do presente *corpus*, como se caracteriza seqüencialmente a ocorrência de correção pelo outro em discordâncias?

1.1 Que implicação para a discordância o emprego de correção pelo outro acarreta na seqüência interacional?

2. Em que aspectos as ocorrências com correção pelo outro se distinguem ou se aproximam das ocorrências de discordância sem correção pelo outro?

No que tange à organização geral do trabalho, ele está dividido em quatro capítulos. No capítulo 1, apresenta-se a revisão de literatura sobre os fenômenos de discordância, reparo e preferência, sendo esses dois últimos apontados pela literatura como especialmente relacionados à discordância. No capítulo 2, apresentam-se as considerações metodológicas, com uma discussão ampla dos pontos principais da Análise da Conversa (AC) etnometodológica, que constitui a orientação teórico-metodológica central para o trabalho, com o apontamento dos procedimentos empregados na geração e análise de dados e com uma descrição breve dos cenários registrados. No capítulo 3, as análises de seqüências de discordância levadas adiante por correções pelo outro são discutidas, centrando especialmente na apresentação de sua configuração seqüencial, na comparação com outros recursos para produzir discordâncias e no tratamento dos índices de preferência presentes nas discordâncias com correções pelo outro. No capítulo 4, as conclusões finais são encaminhadas, com as respostas às questões de pesquisa propostas.

Por fim, cabe mencionar que as citações de materiais em língua estrangeira serão apresentadas em tradução ao longo deste trabalho. Os originais encontram-se disponíveis no Anexo II.

1. DISCORDÂNCIA, PREFERÊNCIA E REPARO: NOÇÕES ANALÍTICAS

Neste capítulo, apresento uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno da *discordância*, tal como vem sendo discutido especialmente em AC, relatando alguns avanços analíticos já obtidos e algumas questões ainda em debate a respeito de sua organização. Após delimitar o tipo de discordância que será objeto de atenção neste trabalho, apresento, também, as noções de *preferência* e *reparo* (e, nesse item, a noção de correção pelo outro), que a literatura destaca como estando relacionadas, de maneira importante, à organização da discordância.

1.1 CONCEITUANDO A DISCORDÂNCIA

De modo geral, uma discordância pode ser definida como uma oposição estabelecida entre, pelo menos, duas posições distintas com relação a algum tema e instituídas por turnos sequencialmente adjacentes. Não se trata apenas de uma disputa acerca da veracidade ou falsidade de alguma afirmação, ou das opiniões e crenças dos participantes, mas também inclui instâncias de questionamento das premissas de alguma dada posição que está sendo defendida (JACOBS e JACKSON, 1982, p. 226), podendo ocorrer como parte de seqüências de pedidos, reclamações, promessas, ordens, avaliações, enfim, ações que constroem o interlocutor a tomar uma posição a seguir (JACOBS e JACKSON, 1982; COULTER, 1990).

Crucialmente, a instauração de uma discordância depende de o falante do segundo turno se orientar para o primeiro turno da seqüência como “discutível”, ou seja, é a posição assumida pelo interlocutor em relação a uma primeira posição o que torna a seqüência uma discordância. Não basta, portanto, que o primeiro turno trate de um tema polêmico em si mesmo. Como bem lembra Hutchby (1996, p. 23), mesmo que o primeiro turno seja

polêmico, “um interlocutor pode escolher ignorar ou até mesmo concordar com a asserção controversa, assim neutralizando-a com eficiência”, sem, por fim, desencadear discordância alguma. Por outro lado, um tema aparentemente não polêmico (da perspectiva do analista) pode ser tratado como problemático e meritório de discussão pelos participantes, desencadeando, assim, uma seqüência de discordância (ver SCHIFFRIN, 1984, p. 318-319).

Uma discordância pode ser encerrada em apenas dois turnos, de modo que, após a sinalização de uma convergência no terceiro turno seqüencial, os participantes passem a se engajar em outra ação a seguir. Ainda, após um turno discordante, o falante do turno inicial, no terceiro turno da seqüência, pode deixar passar a discordância (não produzindo-lhe uma resposta por não ter ouvido ou por fingir não ter ouvido o segundo turno) ou pode transformar a oposição em uma brincadeira (produzindo uma risada em seguida do turno discordante), conforme apontado por Maynard (1985a, p. 8).

Entretanto, uma outra possibilidade, conforme Jacobs e Jackson (1982, p. 220) discutem, é que a discordância se prolongue para além dos dois turnos iniciais (isto é, os participantes podem insistir seqüencialmente no desacordo), tornando-se uma seqüência de discordância expandida ou, como preferem alguns autores, uma seqüência de argumentação/discussão. Nesse caso, cada parte apresenta argumento(s), ao longo de vários turnos, na tentativa de convencer a outra parte ou, pelo menos, de fazê-la ceder de sua posição. No entanto, a passagem de uma mera oposição (entre o primeiro e o segundo turnos) para uma discussão mais prolongada (estendendo-se além do terceiro turno) depende de que o participante que teve seu turno discordado trate o turno discordante ele mesmo como questionável, opondo-se a ele, o que indica o investimento dos participantes numa crescente oposição. Em outras palavras, os autores acima citados (também BOGGS, 1978, p. 330; SCHIFFRIN, 1984, p. 316; LAFOREST, 2002, p. 1595) parecem convergir para o entendimento de que, no caso de seqüências de discordância expandida, não basta observar se

um turno se opõe a um anterior; é central, na verdade, a atenção ao terceiro turno na seqüência, em que o falante do primeiro turno evidencia sua disposição de levar adiante o debate.

No presente estudo, o enfoque analítico será sobre esse último tipo de seqüência, em que os participantes investem no debate além do terceiro turno, e a discordância torna-se uma discussão, estendendo-se por um número variado de turnos. Na continuidade deste trabalho, é a esse tipo específico de seqüência que me referirei pelo termo “discordância”. No entanto, não será feita uma distinção conceitual rigorosa entre termos como “discordância”, “discussão”, “debate”, “oposição”, sendo eventualmente usados como sinônimos indiciando a construção de posições opostas entre os interlocutores nas seqüências de conflito prolongado.

1.2 DISCORDÂNCIA E PREFERÊNCIA

No âmbito da AC, o primeiro estudo a dar importância central à organização da concordância e da discordância foi Pomerantz (1984). Na verdade, esse trabalho, resultado parcial da tese de doutoramento da autora (datado de 1978) sobre turnos de fala avaliativos e a resposta que recebem do interlocutor, trata não só da organização da concordância/discordância em relação a turnos avaliativos, mas também amplia a noção de *preferência* (inicialmente tratada em SACKS, 1987), sendo considerado a principal referência na conceituação tanto da noção de preferência (por exemplo, ver LEVINSON, 1983, p. 337; HERITAGE, 1984, p. 267; SCHEGLOFF, 1988b, p. 445; HAVE, 1999, p. 120) quanto da noção de discordância (por exemplo, SCHEGLOFF et al. 1977, p. 380; M. H. GOODWIN, 1990, p. 144; KOTTHOFF, 1993, p. 194). De fato, Pomerantz evidencia como a preferência opera na produção de turnos de concordância ou discordância em relação a um turno anterior,

vinculando esses conceitos de modo determinante para as discussões produzidas sobre discordância desde então.

Nesse estudo, Pomerantz observa que, depois de um turno em que uma avaliação é proferida, espera-se que o interlocutor, a seguir, profira uma avaliação em resposta (trata-se, portanto, de um par adjacente). Nesse caso, ele tem duas opções de ação: ou ele concorda com o que foi dito (1)¹ ou discorda (2)².

(1)

E: ... sabe ele é um cara bonito e tem uma bela espo:sa=
M: =si:m:: linda garota (...)

(2)

R: mas você admite que ele está se divertindo e que você
acha que é engraçado.
K: eu acho engraçado, sim. mas é um engraçado ridículo.

A autora observou, no entanto, que a produção dessas ações seguidas a um primeiro turno da avaliação não são interacionalmente iguais. São, portanto, alternativas não equivalentes no que tange a suas implicações seqüenciais, sendo produzidas de modos distintos pelos participantes. Essa observação da não equivalência de opções na produção de ações a seguir é do que trata a noção de *preferência*: enquanto algumas ações são produzidas imediatamente a uma anterior, sem hesitações ou prefácios, evidenciando, assim, que são a ação esperada a seguir (preferidas), outras ações são produzidas com atrasos em relação à anterior, com mitigadores, prefácios e justificativas antecedendo a ação principal do turno (despreferidas), sendo, assim, “suavizadas e tornadas indiretas” (ATKINSON e HERITAGE, 1984, p. 53). Trata-se de uma noção que revela a orientação dos próprios participantes para a

¹ Exemplo extraído de Pomerantz (1984, p. 73), tradução minha.

Versão original: “E: ... yihknow he’s a goodlooking fel’n eez got a beautiful wi:fe.=

M: =Ye:s:: Go:rgeous girl (...)”

² Exemplo extraído de Pomerantz (1984, p. 60), tradução minha.

Versão original: “R: Butchu admit he is having fun and you think it’s funny.

K: I think it’s funny yeah. But it’s a ridiculous funny.”

expectativa seqüencial de produção de uma determinada ação a seguir; a ação preferida espera-se que seja produzida com brevidade e sem hesitações, e a ação despreferida espera-se que seja produzida com atrasos e hesitações. Nas palavras de Duranti (1997, p. 260), “o estudo de [ações] preferidas e despreferidas (...) pode nos dar não apenas uma noção de o que os atores sociais estão perseguindo, mas também de o que é considerado normal ou esperado em uma dada situação”. Apesar do que seu nome poderia dar a entender, a noção de preferência em AC não está vinculada ao desejo individual de cada participante a cada momento da interação, mas sim aos aspectos de organização temporal da produção dos turnos e da construção interna dos turnos, através dos quais os participantes demonstram sua orientação sobre a ação que estão produzindo.

No caso dos dados observados por Pomerantz, constatou-se despreferência por discordância na vasta maioria dos casos (POMERANTZ, 1984, p. 77). Nessas ocorrências, além de poder ser precedido por silêncio, o turno discordante pode iniciar com prefácios (“ã” ou “bem” ou uma concordância fraca, ver seção 1.3.1 abaixo) ou, ainda, pode ser atrasado/postergado pela produção de uma pergunta ou solicitação de esclarecimento ao falante do turno inicial (uma iniciação de reparo pelo outro, ver seção 1.5 abaixo) e sua respectiva resposta.

Nos casos em que o turno inicial, no entanto, é uma auto-depreciação, a discordância passa a ser a ação preferida (uma vez que a concordância implicaria na produção de uma crítica do interlocutor ao primeiro falante), ocorrendo, nesse caso, abertamente e tão logo quanto possível após o turno inicial.

Assim, a partir dos dados analisados nesse estudo de Pomerantz, concluiu-se que turnos/seqüências envolvidos em discordância são geralmente estruturados de modo a minimizar a ocorrência de discordância exposta/declarada (à exceção das avaliações que se seguem a auto-depreciações, em que a preferência se inverte, e a discordância torna-se a ação

preferida), e que as evidências para essa orientação dos participantes são observadas não apenas por índices relacionados à composição interna dos turnos de discordância (prefácios, hesitações), mas também por sua coordenação temporal com relação ao turno anterior (atrasos).

Argüindo, entretanto, na direção oposta à apresentada por Pomerantz (1984) (e também Sacks, 1987) quanto à discordância ser uma ação despreferida, outros estudos discutem a possibilidade de instâncias em que a discordância seria preferida. Schiffrin (1984, p. 317) parece ter sido a primeira a mencionar a preferência por discordância, entretanto sem esclarecer se seu uso do termo “preferência” se referia à noção de Sacks/Pomerantz ou a uma conceituação não técnica do termo. Seu principal argumento em defesa da análise de preferência por discordância recai na frequência com que observou discordâncias. Entretanto, Schiffrin não discute a ocorrência de atrasos (que, aliás, não marca em suas transcrições, deixando o leitor sem saber se ocorrem em seus dados ou não) nem de elementos como perturbação em início de turno (que efetivamente estão presentes em suas transcrições), que Pomerantz (1984) trata como índices relevantes de despreferência. A defesa de Schiffrin (1984) de uma organização que evidencie uma preferência por discordância está, na verdade, vinculada a um argumento maior, de que haveria uma especificidade cultural na organização de seqüências de discussão. Entre participantes de origem judaica, cujas interações constituíam a base de seu estudo, a discordância seria mais um índice de socialidade (sendo, portanto, desejável) do que de conflito (que seria evitável).

Perseguindo essa mesma hipótese, Blum-Kulka et al. (2002) comparam seqüências de disputa em um *talk show* sobre política de uma emissora de televisão de Israel e em uma sessão de *xavruta* (estudo oral de escrituras religiosas), destacando suas semelhanças e atribuindo-as à permanência de padrões tradicionais de disputa na cultura judaica. Referindo explicitamente ao estudo de Pomerantz, com sua visão da “preferência por concordância

como a opção conversacional padrão” (p. 1573), os autores o questionam, argumentando que a cultura (nesse caso, a cultura judaica) é um elemento de influência na determinação da organização de seqüências de disputa. Na análise de seus dados, os autores afirmam que “a característica conversacional mais notável compartilhada nos dois contextos que investigamos é sua preferência aberta por discordância” (p. 1574), destacando que a disputa prototípica nesses cenários envolve a produção de turnos sem mitigação, podendo vir acompanhados de uma justificativa para a oposição. A defesa dos autores de que essas características conferem um *status* de “estilo discursivo distinto” (p. 1590) aos padrões de debate que observaram e que a especificidade do grupo estudado daria conta de explicar a objeção à despreferência por discordância observada por Pomerantz (1984) parece não ser plenamente convincente uma vez que práticas similares (de discordância sem mitigação ou atraso, com ou sem o acréscimo de explicações) foram também observadas em interações em outras comunidades (por exemplo, GOODWIN, 1990, que analisa disputas entre crianças norte-americanas de uma comunidade negra).

É esse, também, em parte, o posicionamento de Lee e Peck (1995) em sua revisão crítica do argumento apresentado em Schiffrin (1984). Os autores analisam discordâncias em um *reality show* da rotina de uma família australiana e observam, nesse cenário, práticas de discordância semelhantes à apontadas por Schiffrin (1984). Além disso, em seus dados, esses padrões pareciam indicar conflito (e não a sociabilidade) entre os participantes, isto é, as discussões eram levadas a sério pelos participantes, ao contrário do que Schiffrin (1984) argumenta na sua discussão. Lee e Peck se apressam em fazer a ressalva de que não estão questionando a existência de discordâncias amigáveis, mas que essa é uma questão complexa, e que a associação entre as observações de Schiffrin e esse tipo de discordância deve ser cuidadosa.

Numa outra direção, ao que parece ainda não levada mais adiante por discussões em outros artigos, Kotthoff (1993) propõe que precisaria ser ampliada a observação de Pomerantz (1984), de que haveria uma orientação dos interagentes para a despreferência por discordar, considerando não apenas dois turnos (o inicial e o seguinte) de uma discordância (como o faz Pomerantz), mas também os demais turnos em seqüências mais prolongadas de disputa. Com o foco analítico sobre como os turnos discordantes são construídos (com ou sem prefácios, com ou sem modalização), a autora constata, em concordância com Pomerantz, que os primeiros turnos discordantes em uma disputa, de fato, evidenciam uma orientação dos participantes para a despreferência dessa ação. No entanto, a observação do seguimento de seqüências de discussão mais extensa revela uma redução nos índices de relutância dos turnos, a não mitigação ou quase não mitigação dos turnos discordantes e o emprego de formatos de construção de turno que destacam a oposição, em vez de mitigá-la. Isso leva a autora a concluir que, quando se orientam para a produção não apenas de uma discordância, mas de uma discussão mais extensa, a organização da preferência se altera, e os participantes passam a se orientar para uma preferência por discordar, e não mais por concordar:

A primeira discordância não mitigada de uma avaliação pode modificar o enquadre para um tal de argumentação. A próxima discordância reafirma o novo enquadre de debate. Com a consolidação de um enquadre de disputa, a estrutura de preferência muda. Os participantes se orientam para a discordância (p. 205).

Nesse contexto, produzir uma concessão (em concordância com o ponto do oponente), abrindo mão de persistir na defesa de posições opostas, torna-se a ação não esperada. Portanto, “se as pessoas quiserem aproximar suas posições, elas têm que sinalizar essa tendência e preparar para mudar a estrutura de preferência novamente” (p. 205). Nos casos de reaproximação entre os oponentes ao final de uma discussão, a autora observou que os turnos de concessão eram produzidos com hesitação, indiciando sua despreferência. Essas análises

de Kotthoff, portanto, indicam que, no contexto de orientação para disputa, a despreferência por discordância, tal como observada por Pomerantz, se modifica e a produção de concordância passa a ser despreferida.

Na presente seção, apresentei os estudos pioneiros sobre as relações entre preferência e discordância e, a seguir, duas linhas de questionamentos sobre as conclusões desses primeiros estudos. A primeira, que já rendeu um maior número de discussões (e que também já foi, ela mesma, alvo de críticas), levanta a possibilidade de que a despreferência por discordância admita variações/exceções relacionadas a práticas discursivas particulares a determinados grupos. A segunda linha de questionamentos, ainda não avançada, pelo que tenho notícia, além do artigo de Kotthoff (1993), levanta a possibilidade de que, com o progresso de uma seqüência de disputa mais extensa, a despreferência por discordância se modifique, e os participantes passem a se orientar para sua produção construindo turnos discordantes com menos hesitação ou mitigação.

1.3 ORGANIZAÇÃO SEQÜENCIAL DA DISCORDÂNCIA

Uma parte importante da literatura sobre o fenômeno da discordância trata de apresentar sua organização seqüencial, discutindo os diferentes recursos empregados pelos participantes para dar início a uma discordância e fazê-la avançar, bem como para negociar seu fim. Apresento, a seguir, algumas dessas observações, divididas em duas subseções (“Recursos para a construção de turnos discordantes” e “Como termina uma discordância”).

1.3.1 Recursos para a construção de turnos discordantes

No que diz respeito à construção dos turnos em uma seqüência de discordância, a literatura descreve alguns recursos explorados pelos participantes não só para instaurar a divergência, mas também para expandi-la, agravando-a. Tratam-se de maneiras de construir turnos através das quais os participantes apresentam e coordenam seqüencialmente suas posições em relação às de seus oponentes e, desse modo, revelam seu entendimento das ações que estão co-construindo e, portanto, sua racionalidade (cf. seção 2.1.1).

Como parte de seu estudo sobre a organização social de crianças de uma comunidade negra norte-americana, durante atividades como brincadeiras na rua e construção coletiva de objetos, Goodwin (1990) fez um mapeamento de alguns recursos utilizados por elas para produzir discordâncias. Um primeiro tipo de recurso que a autora observou foi a reciclagem de posições.

Cada uma das *duas partes oponentes repete* sua posição anterior com o efeito de que uma série extensa de discordâncias é produzida. (...) Esses turnos estão ocupados principalmente com explicitar uma posição de oposição; nenhuma descrição ou explicação acompanha as asserções (p. 158-159, ênfase no original).

Essa reciclagem pode ser produzida de várias maneiras: com termos polares (tais como “sim”/“não”, “é”/“não é”) (também VUCHINICH, 1984, p. 221); com a sucessiva repetição ou paráfrase de uma mesma elocução; ou com o uso do que a autora chama de formato de substituição (na verdade, uma correção), em que a oposição se concentra sobre um item presente no primeiro turno da seqüência (também VUCHINICH, 1984, p. 221). Nesse caso, o turno se constitui de um termo alternativo, que é oferecido pelo falante oponente para substituir um outro, usado pelo seu interlocutor no primeiro turno. A autora aponta que

uma série de fenômenos são usados para destacar a saliência do termo que está sendo oferecido como uma correção. Primeiro, a elocução que contém a correção tipicamente repete parte da fala anterior enquanto muda o item que está sendo desafiado. (...) Segundo, o termo de substituição é tipicamente produzido com ênfase maior, conferindo-lhe um ‘destaque contrastivo’ (p. 151)³.

Nesse caso, a reiteração/reciclagem de um único termo acaba por indiciar as respectivas posições em disputa.

Esses componentes, embora possam ser empregados isoladamente na construção de turnos opositivos, podem, também, ser combinados entre si ou podem ser empregados como parte de outros turnos na produção de uma disputa. Assim, os termos polares acima referidos podem ser combinados com uma substituição, de modo que o termo polar opera como um *prefácio* (GOODWIN, 1990, p. 159), que anuncia, já no início do turno, a oposição que será produzida, e a substituição que o segue constitui a discordância propriamente dita, apresentando explicitamente um posicionamento contrário ao que foi dito no turno anterior. O prefácio pode, ainda, se constituir simplesmente de uma repetição de parte da fala anterior, a ser discordada num próximo turno (também SCHEGLOFF, 1997, p. 533).

Conforme Pomerantz (1984, p. 68) (também KOTTHOFF, 1993, p. 205), prefácios de turnos discordantes também podem-se constituir de uma concordância fraca. Trata-se de uma concordância parcial, em que “se reconhece o ponto de vista do outro antes de atacá-lo” (SCHIFFRIN, 1985, p. 43) e que, tipicamente, é expressa pela expressão “sim, mas”. Nesse caso, diferentemente dos prefácios apresentados acima, seu emprego não constitui uma oposição diretamente ao turno anterior, mas, pelo contrário, é um recurso que antecede a manifestação da discordância propriamente dita, apontando a orientação dos participantes para a despreferência por discordar.

Um outro recurso destacado por Goodwin (1990, p. 177) para a produção de um

³ Ver, na seção 1.5 abaixo a discussão sobre a relação entre discordância e correção.

turno discordante é o que ela chama de *entrelaçamento de formato* (*format tying*) (também BOGGS, 1978, p. 332; COULTER, 1990, p. 195; KOTTHOFF, 1993, p. 201), em que o participante oponente produz seu turno a partir de modificações sobre a matriz sintática do turno anterior de seu interlocutor. “A fala do falante anterior pode ser transformada pelo apagamento de elementos (...) bem como pelo encaixamento dessa fala em uma nova ação” (GOODWIN, 1990, p. 180), de modo que a fala do primeiro interlocutor é usada contra ele próprio por seu oponente. O entrelaçamento de formato pode envolver a substituição de elementos-chave no turno anterior, mantendo sua organização sintática (por exemplo “eu nunca me dei bem com oito horas de sono”/ “você também nunca se deu bem com doze”⁴, extraído de COULTER, 1990, p. 195). Assim, o segundo turno se relaciona com o primeiro não apenas por opor-se à ação que o primeiro implementa, mas também por explorar o padrão lingüístico do primeiro turno em seu favor. Goodwin comenta que essa seria uma maneira eficaz de intensificar a discussão “ao fazer uso da fala do falante anterior e transformá-la em seu benefício; em essência, eles viram a ação anterior de cabeça para baixo” (p. 180-181).

Além dos tipos de recurso discutidos até aqui, os turnos discordantes podem incorporar justificativas para a posição que está sendo defendida. Nesse caso, em lugar de apenas reciclar suas posições, os participantes oferecem adicionalmente “descrições e explicações para as posições que assumiram” (GOODWIN, 1990, p. 163) a fim de tentar defender sua posição e de persuadir a outra parte ou, pelo menos, de convencê-la da não-conformidade de sua posição inicial (sobre o uso de justificativas, também BOGGS, 1978, p. 341; EISENBERG e GARVEY, 1981, p. 152).

Os participantes podem construir justificativas particularmente vinculadas ao ponto em discordância, mas, segundo observa Goodwin (1990, p. 165-170), podem também lançar mão de justificativas mais genéricas, não imediatamente relacionadas ao tópico em debate.

⁴ Versão original (simplificada): “I’ve never gotten along on eight hour sleep” / “you’ve never gotten along very well on twelve either”.

Assim, o participante, na defesa de sua posição, pode justificá-la invocando “sanções sobrenaturais (jurar)”⁵ (p. 165) (como em “Eu juro que as coisas foram assim”) ou oferecendo uma “aposta” (como em “Duvida que isso aconteceu? Então, vamos apostar”). O participante também pode apresentar a alegação de que outros compartilham da perspectiva defendida. Assim, há uma tentativa de

persuadir um oponente (...) argumentando que aquele ponto de vista é compartilhado por, pelo menos, uma outra pessoa, em alguns casos até chamando uma outra parte como testemunha. Se duas partes concordam sobre uma versão comum do evento sendo discutido, sente-se que isso ‘prova’ a correção daquela versão (p. 165-166; também ARONSSON e CEDERBORG, 1994, p. 350)⁶.

Uma variação desse recurso é atribuir a autoria da posição que está sendo defendida a uma terceira parte. Se, por um lado, conforme destaca Hutchby (1996, p. 35), esse pode ser um recurso para moderar a oposição, de modo que, em termos de responsabilidade, se estabelece uma certa distância entre o interagente e a posição que ele está articulando, por outro lado, aí reside também a força desse tipo de justificativa, uma vez que o responsável pela posição, não estando presente, não pode ser questionado/instado a se defender, o que pode conduzir a disputa a um fim.

Coulter (1990, p. 192-195), no seu levantamento sobre as propriedades elementares das seqüências de argumentação, apresenta ainda outros dois recursos para a construção de turnos opositivos. O primeiro é a oposição na forma de pergunta⁷, em que o oponente, em lugar de apresentar uma afirmativa com sua posição, faz uma pergunta, que, ao revelar o ponto de sua discordância em relação ao turno anterior, constrange o interlocutor a apresentar uma defesa para sua posição. Poderíamos chamar essas perguntas também de desafios (*challenges*), seguindo a conceituação de Sacks (1992, p. 114) de que desafios são

⁵ Para um exemplo, ver seção 3.4.2, excerto 11, linhas 64-65.

⁶ A esse respeito, ver, mais adiante, a seção sobre alinhamentos e participação de terceiros.

⁷ Relacionado a esse tema, ver seção sobre discordância e reparo iniciado pelo outro, abaixo.

“solicitações de explicação” ou “solicitações de justificativa”, em que um participante requer do outro a apresentação de uma justificativa (ou de outra além da que já foi dada) para a posição que está sendo defendida (também EISENBERG e GARVEY, 1981, p. 161). O emprego dessas perguntas-desafio são um recurso que permite ao oponente discordar sem, no entanto, expor seus argumentos para fundamentar sua oposição (mais a respeito desse recurso na seção 1.5 abaixo, sobre iniciação de reparo pelo outro).

O segundo recurso identificado por Coulter (1990) é a construção de uma história “para promover uma posição mais complexa do que poderia caber em uma asserção declarativa composta por uma unidade” (p. 194), de modo que a história torna-se a base da posição que está sendo defendida (também GEORGAKOPOULOU, 2001).

Ainda, Hutchby (1996) observa que, muitas vezes, os participantes usam formulações extremas (*todo mundo, todo o dia, sempre assim*) (cf. POMERANTZ, 1986) a fim de conferir uma certa autoridade para o argumento que estão construindo. Entretanto, seu poder é também a própria fonte de sua fraqueza;

enquanto formulações extremas e generalizações relacionadas podem ser usadas para conferir autoridade a versões em certos ambientes interacionais, esses tipos de afirmações podem ser explorados por um interlocutor cético para solapar as próprias posições que os falantes estão usando em seu favor (p. 65).

Além desses elementos vinculados à construção dos argumentos em cada turno, Schiffrin (1984, p. 318) destaca que a ocorrência de elementos prosódicos, como aumento de volume da fala, aumento de velocidade e ênfase contrastiva (também já destacada por GOODWIN, 1990, no formato de substituição) são evidentes na construção de turnos discordantes. Lein e Brenneis (1978) também apontam o uso de volume, de ênfase e de velocidade de fala como aspectos recorrentes na construção de discordâncias.

1.3.2 Como termina uma discordância

No que diz respeito ao fechamento de seqüências de oposição, Goodwin (1990) aponta que uma possibilidade é os participantes convergirem para uma perspectiva comum “quando uma das partes em disputa abandona sua própria posição, enquanto reconhece a correção da perspectiva avançada por seu oponente” (p. 156). Nessa situação, “a parte que retrocede de uma posição previamente estabelecida se defronta com a tarefa de apresentar uma mudança de perspectiva e explicar a mudança” (p. 157). Coulter (1990, p. 189) observa também que o recuo (*backdown*) de uma das partes em relação a uma posição até então defendida pode levar não só ao fim da seqüência de discordância, como também ao fim do tópico que desencadeou a discordância.

Entretanto, a literatura indica que, em interações cotidianas, o fim de discordância com a resolução do conflito é um acontecimento raro (também BOGGS, 1978, p. 333; SCHIFFRIN, 1984, p. 320; VUCHINICH, 1984, p. 219). Em seus dados, Goodwin (1990, p. 157-158) observa que

o fim de uma discussão geralmente ocorre sem qualquer indicação clara sobre quais posições ‘ganharam’ ou ‘perderam’. Um conflito tende a terminar quando uma das duas partes em disputa não acrescenta fala ao tópico da disputa anterior, mas, ao contrário, produz uma ação que quebra o enquadramento de discussão em andamento.

Em alguns cenários institucionais, como nos programas de opinião no rádio analisados por Hutchby (1996), em que o ouvinte faz uma ligação telefônica para o programa e é instado a apresentar sua opinião sobre algum tema da atualidade com o qual o apresentador pode ou não concordar, é recorrente o fim da discordância “em aberto”. Entretanto, um aspecto crucial no caso dos dados de Hutchby é que a discordância é encerrada unilateralmente pelo apresentador. Na medida em que é ele quem controla o recurso tecnológico pelo qual a

interação é mediada, ele pode impedir ao ouvinte que ligou a possibilidade de apresentar novos argumentos na discordância e encerrar a discussão dando a última palavra. Nesse cenário de acesso desigual às oportunidades de participação na arena interacional, a interlocução por vezes se encerra sem nenhuma resolução convergente e com uma das partes (o apresentador) tendo a possibilidade de reafirmar, ao final, a sua posição sem competição nem questionamento da outra parte (do ouvinte que ligou) na disputa. Portanto, trata-se de uma finalização “em aberto” com uma gênese interacional bastante particular.

No caso de interações face a face, no entanto, “para funcionar como uma quebra de enquadramento para a discussão, o que um falante propõe como uma redefinição tem que ser adotado pelo outro” (SCHIFFRIN, 1984, p. 322), isto é, trata-se de uma realização interacional, que depende da convergência de todos os interagentes para que aconteça. Essa quebra de enquadramento pode-se dar com uma mudança no tópico até então em andamento ou com a introdução de uma nova atividade (p. 321). Schiffrin (1985, p. 35) também destaca que “muitas discussões terminam com os participantes reafirmando seu comprometimento com as posições opostas com as quais iniciaram ou reenforcando sua discordância em um novo par de posições opostas” (ver também HUTCHBY, 1996, p. 22).

1.4 PARTICIPAÇÃO DE OUTROS INTERLOCUTORES

Em cenários com vários participantes, a organização seqüencial da discordância pode-se tornar complexa em função da potencial participação de outros indivíduos além dos que estão propondo a discordância. Além da possibilidade de que esses participantes não tomem parte do debate (seja porque, apesar de fisicamente presentes ao cenário, seu foco de atenção está dirigido a outra interação paralela, seja porque simplesmente não tomam posição na

disputa, permanecendo em silêncio), a literatura destaca que uma das possibilidades de participação de outros interlocutores na discordância é através do alinhamento/afiliação.

1.4.1 Alinhamentos

Segundo a definição de discordância que orienta o presente trabalho, esse fenômeno se instaura enquanto tal inicialmente entre duas elocuições adjacentes, produzidas por dois falantes diferentes. No entanto, a ocorrência de discordâncias não se restringe às interações entre díades. No caso de cenários com mais de dois interlocutores (que é o caso de todos os cenários analisados no presente trabalho), os demais participantes, após instaurada a discordância, podem tomar partido na contenda. Nesse caso, diz-se que esses participantes estão se alinhando ou se afiliando com uma das partes em disputa. Na síntese de Maynard (1985b, p. 211), “os padrões em que um participante demonstra uma posição, que outros apoiam ou opõem de várias maneiras, constitui uma estrutura de alinhamento”.

A entrada desses demais participantes na disputa pode-se dar basicamente de duas maneiras: por solicitação de apoio de um dos participantes que instaurou a discordância ou por adesão voluntária dos externos à uma das posições. Em ambos os casos, a mera solicitação ou adesão voluntária não garantem participação plena na construção conjunta da ação:

o sucesso de um terceiro participante em oferecer um alinhamento com uma posição de um participante ou de um participante buscar o alinhamento de um terceiro participante está suscetível à resposta imediata do interlocutor e, portanto, não depende dos meros fatos de oferecer ou solicitar (MAYNARD, 1985b, p. 217).

Em outras palavras, para que o alinhamento efetivamente se instaure, é preciso que, no caso de adesão solicitada por uma das partes do debate, o participante que está sendo solicitado a

se alinhar se manifeste em favor de uma ou de outra posição e, no caso da participação voluntária, que a parte que está sendo apoiada ratifique esse apoio, aceitando-o. Maynard (1986, p. 268) observa que a ratificação do alinhamento voluntário de um participante não precisa ser formalmente expressa (por exemplo, com um agradecimento pelo apoio). “Agir junto de maneiras paralelas ou consistentes (...) pode ser suficiente em si mesmo para formar a colaboração”, sendo que essa ação conjunta, por si só, indicia a ratificação da oferta de alinhamento.

No caso específico da adesão voluntária, Coulter (1990) observa que um método que o participante externo pode usar para que sua entrada no debate seja bem sucedida é “limitar-se à uma expansão tópica da elocução imediatamente anterior” (p. 192, ênfase no original), ou seja, resumir-se a expandir algum argumento que acabou de ser apresentado, com o qual o participante está voluntariamente se alinhando, ou, ainda, repetir algum elemento do turno com o qual está-se alinhando (KANGASHARJU, 2002, p. 1451), minimizando, assim, a apresentação de novos argumentos ao debate. “A introdução de materiais novos, potencialmente problemáticos, em uma primeira [elocução de alinhamento] (...) pode descarrilhar a tentativa de co-produção” (p. 192), de modo que a participação desse interagente pode não ser ratificada. Além disso, o autor observa que, nos casos de adesão voluntária em que a colaboração de participantes externos é ratificada, o proponente original da posição é tratado como “responsável por quaisquer oposições vinculadas à dele, *a menos que ele se desafilie no turno mais cedo possível*” (p. 192, ênfase no original). Em outras palavras, se o proponente original tiver alguma objeção aos argumentos propostos por participantes que aderiram a sua posição voluntariamente, ele deve manifestá-la tão logo quanto possível, pois será considerado o principal responsável por esses argumentos, mesmo que não tenham sido produzidos *por ele* (mas o terão sido *em apoio a ele*).

No caso de solicitações de apoio dos protagonistas da disputa aos demais participantes presentes, esses podem aceitá-las e entrar na disputa assumindo uma posição ou podem rejeitá-las. Maynard (1986, p. 280) aponta dois recursos para rejeição da solicitação de apoio. O primeiro é “alegar falta de conhecimento com relação a alguma questão [o que] pode ser uma maneira de permanecer não envolvido e, portanto, neutro durante um episódio de conflito”. O segundo recurso é “alinhar-se igualmente contra todos em vez de [alinhar-se a] apenas uma ou outra posição dos opositores”.

Com a participação de outros interlocutores na discordância além daqueles que a iniciaram, tornam-se relevantes não apenas os movimentos de oposição de um participante em relação ao outro, seu opositor, mas principalmente os movimentos de cada uma das *posições* em relação à outra, sua oposta. Conforme Lerner (1993), “as pessoas não são sempre tratadas apenas como indivíduos separados. Por vezes, um conjunto de dois (ou mais) indivíduos pode-se tornar relevante enquanto unidade social” (p. 213), compondo o que chama de uma “única parte (*party*)” ou, nas palavras de Kangasharju (2002, p. 1447), um time. Nessa linha de raciocínio, na seqüência de discordância que conta com o alinhamento de outros participantes, os indivíduos em oposição deixam de ser a única unidade relevante. Cada posição ou parte na disputa não é mais constituída apenas por um indivíduo, mas por um time, sendo fruto do trabalho coordenado de diferentes indivíduos. Assim, é o enfoque na oposição entre partes, e não apenas entre indivíduos, que se torna interacionalmente relevante (sobre a noção de parte/*party*, ver também SCHEGLOFF, 1995; EGBERT, 1997).

Por fim, é importante destacar que esses alinhamentos, formando posições coletivamente, “representam uma convergência temporária relacionada a uma determinada questão. À medida em que as questões mudam, assim também muda a ordem social” (MAYNARD, 1985b, p. 217) e que

o conflito, e a organização social que o realiza, está contingentemente vinculado aos interesses práticos em andamento dos participantes. À medida em que esses interesses mudam, também pode mudar a estrutura de alinhamento do grupo (MAYNARD, 1985b, p. 218).

Ou seja, esses alinhamentos entre os participantes não são fixos ao longo de toda uma interação, mas se tornam localmente relevantes em função da atividade em que estão engajados e são construídos local e seqüencialmente para os fins dessa mesma atividade (ver também SCHIFFRIN, 1984, p. 329; SCHEGLOFF, 1995, p. 33), dissolvendo-se e rearranjando-se à medida em que a interação toma outros rumos.

1.5 REPARO E SUA RELAÇÃO COM DISCORDÂNCIA

A relação entre as trajetórias de reparo e as seqüências de discordância tem sido apontada por vários estudiosos, mas sem uma resposta conclusiva acerca de seus limites e diferenças (SCHEGLOFF et al., 1977, p. 380; GOODWIN, 1983, p. 657, 673; MAYNARD, 1986, p. 265-267; SACKS, 1987, p. 66; SCHEGLOFF, 1987a, p. 211, 213; SCHEGLOFF, 1997, p. 524; KANGASHARJU, 2002, p. 1453-1457; MAGALHÃES, 2004, p. 94)⁸. Iniciarei esta seção apresentando o fenômeno do reparo, e, a seguir, serão discutidas as observações na literatura sobre as relações entre algumas trajetórias de reparo e seqüências de discordância.

Mencionado inicialmente em 1974, em artigo que apresentava o funcionamento básico do sistema de tomada de turnos na conversa cotidiana (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974), o reparo foi, mais tarde, descrito em detalhe em artigo de 1977 (SCHEGLOFF, JEFFERSON e SACKS, 1977). O fenômeno do reparo procura dar conta do fato de que, ao longo de uma interação, é bem freqüente que surjam problemas interacionais entre os participantes: um pode não ouvir bem o que o outro acabou de dizer (problema de

escuta), ou pode se enganar ao falar alguma palavra (problema de produção) ou pode mesmo não entender o que o outro está querendo dizer com o que disse (problema da compreensão). Todas essas dificuldades se constituem em perturbações ao andamento da interação, uma vez que põem em risco a convergência de entendimento comum (intersubjetividade, cf. seção 2.1.1) entre os participantes. Por essa razão, esses problemas demandam que os participantes procurem resolvê-los antes de prosseguir no curso de suas ações. É, portanto, necessário haver algum modo sistemático de eliminar esses entraves à medida em que forem surgindo. A partir da observação detalhada de um grande volume de interações, Schegloff, Jefferson e Sacks identificaram a recorrência sistemática de mecanismos para a resolução de problemas de escuta, produção e compreensão na fala-em-interação social, que denominaram *organização do reparo*.

Seqüencialmente, o reparo é constituído de duas partes: a *iniciação* e o *resultado*. Na iniciação, um dos participantes aponta que há um problema a ser tratado e, no resultado, o problema pode ser resolvido com sucesso. Ainda, Schegloff et al. (1977) observaram que cada um desses dois movimentos (iniciação e resultado) pode ser realizado tanto pelo falante da fonte de problema quanto pelo outro, seu interlocutor. Combinando, portanto, as possibilidades de iniciação (tanto o falante quanto seu interlocutor podem apontar o problema) com as possibilidades de resultado do problema (tanto o falante quanto seu interlocutor podem resolvê-lo), obtêm-se quatro possibilidades básicas de trajetórias de reparo⁹ (SCHEGLOFF et al., 1977, p. 364-365; LEVINSON, 1983, p. 340)¹⁰:

- a) reparo iniciado pelo falante do problema e por ele resolvido (por exemplo, falante interrompe a construção de seu turno e refaz parte do que disse);

⁸ Ver, também, a conceituação de EISENBERG e GARVEY (1981, p. 151) para o que chamam de “episódios adversativos”, que se assemelha muito à de reparo em Schegloff et al. (1977).

⁹ Posteriormente ao artigo de 1977 (SCHEGLOFF et al, 1977), foram também descritas outras trajetórias de reparo (reparo em terceira e quarta posições), apresentadas centralmente em Schegloff (1992).

¹⁰ Os exemplos a seguir foram extraídos dos fragmentos a serem discutidos em maior profundidade no capítulo 3. A numeração, entre parênteses, indica a ordem de apresentação do excerto naquele capítulo.

(1)
5_(v6-1)_00:30:00

Fabi B.: e daí: o- h:::: .h::: o cara disse assim
ó- >o: cara que eu estava fica:ndo< ai vamos lá
em cima não sei o que ver como é que tá (0,6)
ver a vi:sta lá: do:: terra:ço do
apar[ta]me:nto,

Aqui, Fabi interrompe a construção de seu turno (*o cara disse assim ó-*) e insere um esclarecimento sobre o item *cara* (*o cara que eu estava ficando*) antes de retomar a construção do turno interrompida (*ai vamos lá em cima...*)

- b) reparo iniciado pelo falante do problema e resolvido pelo interlocutor (por exemplo, o falante interrompe a produção de seu turno para procurar por um item e o interlocutor produz um item que preenche essa lacuna);

(5) (simplificada)
(4_v4_00:13:50)

Mauro: e carioca é carioca e:::::,
(0,2)
Eric: fluminense
(0,2)
Mauro: fluminense

Aqui, o falante da fonte de problema inicia a procura por uma palavra (evidente com o prolongamento da vogal e pelo silêncio antes da intervenção de Eric), e o interlocutor, Eric, em seguida do silêncio, produz a resolução do reparo (*fluminense*).

- c) reparo iniciado pelo interlocutor e resolvido pelo falante do problema (por exemplo, o interlocutor aponta um problema no turno anterior, e o próprio falante do problema resolve-o no turno seguinte ao da iniciação)

(4) (simplificado)
3_(v1)_00:23:26

Priscila: e daí eu encontrei eles lá no brisé: shopping

Renata: eles quem,
 (...)

Priscila: o- a Lucia:na e o namora:do

Aqui, Renata, a interlocutora, apontou um problema no turno de Priscila (a referência a *eles*) e, a seguir, a falante do primeiro turno resolve o problema (*a Luciana e o namorado*).

d) e reparo iniciado e resolvido pelo interlocutor (por exemplo, o interlocutor aponta um problema no turno anterior e oferece resolução para o problema)

(1) (simplificado)
 5_(v6-1)_00:30:00

Fabi B.: para subi:r no terra:ço do
 apartame:nto,
 (0,2)
 Fabi B.: tu tinha que pegar aquelas estradi:nhas::,
 Mariana: escadi:nhas=
 Fabi B.: =escadi:nhas:

Aqui, após a produção do item, considerado pelas participantes como problemático (*estradinha*), a interlocutora (Mariana) provê um substituto para o problema (*escadinha*) que, ao mesmo tempo em que aponta o problema, leva a cabo o reparo.

Essa última trajetória, chamada de R(eparo) I(niciado) e L(evado) a C(abo) pelo O(utro) – RILCO –, foi objeto de investigação em interações em português brasileiro (GARCEZ e LODER, 2005) e mostrou-se ser especialmente próxima de seqüências de discordância. A observação desse tipo de reparo é semelhante à descrição de Goodwin (1983) de que, “entre crianças, o apontamento da fonte do problema e o fornecimento da correção podem estar fundidos num único turno” (p. 659).

No que diz respeito às relações entre reparo e seqüências de discordância, o interesse especial recai nas trajetórias de reparo em que o interlocutor está implicado, isto é, nas ocasiões em que o interlocutor inicia um reparo sobre o falante do turno inicial ou em que realiza o reparo sobre o turno inicial.

De maneira geral, a relação entre a iniciação de reparo pelo outro e a instauração de discordância parece ser um tema pouco controverso para diferentes autores. Já no estudo de Pomerantz (1984), observou-se a ocorrência de iniciações de reparo pelo outro em turnos de discordância. A autora destacou que as iniciações de reparo pelo outro constituíam-se em um recurso que atrasa a manifestação explícita da discordância, sendo, por isso um índice da sua despreferência. Nesses casos, as iniciações de reparo pelo outro, sendo pré-discordâncias, proporcionariam uma oportunidade para que o interlocutor que produziu a primeira elocução recue de seu posicionamento, o que eliminaria a necessidade de uma discordância explícita a seguir (também KOSHIK, 2003, p. 62).

Por outro lado, a iniciação de reparo pelo outro pode ser, ela mesma, um recurso para fazer avançar a discordância. Maynard (1985a) aponta que “uma oposição pode ser exibida no momento em que o reparo pode ser iniciado por um outro” e que, “quando o primeiro falante realiza o reparo (...), isso desfaz a oposição imediatamente. Quando o primeiro falante rejeita uma iniciação de reparo, isso mantém a oposição” (p. 6). A iniciação de reparo pelo outro seria, então, uma maneira de sinalizar uma oposição ao turno anterior. Sacks (1992) observa que os participantes de uma interação podem “tomar uma pergunta (...) que poderia ser tratada simplesmente como ‘ele [o participante] não tem certeza de que ouviu o que foi dito’ [e, nesse sentido, como uma iniciação de reparo para resolver um problema de escuta], e dar a ela uma posição em alguma discussão em desenvolvimento a respeito de alguma questão controversa” (p. 346), de modo que essa elocução estaria não apenas implementando uma iniciação de reparo, mas também um movimento dentro da seqüência de oposição.

Explorando um pouco mais essa observação de Sacks em que “a *forma* de uma pergunta” pode ser usada “para fazer uma variedade de coisas” (p. 344, ênfase no original), Schegloff (1997, p. 522-524) discute ocorrências da expressão “o que você quer dizer?” (*what do you mean?*), que, não estando envolvidas em uma iniciação de reparo, são empregadas para

impor um desafio ao interlocutor. Schegloff observa que, nesses casos, após turnos com essa expressão, os participantes não se orientam para a produção de uma repetição ou paráfrase do que haviam dito antes, mas para a apresentação de uma defesa de sua afirmação anterior, conforme o exemplo a seguir, em que duas irmãs estão discutindo sobre a eficácia de um medicamento para micoses¹¹.

Agnes: bom ele não é terapêutico Clara. Diz na
(0,4) coisa, ã- que(h)- quando voc- ã esse
peróxido é ã meio- (0,2) hhhhh
Clara: o que cê quer dizer ã- o- ã os médicos usam ele,
(0,8)
Agnes: .hh Bom no vidro pequeno diz não terapêutico
então,

Nesse caso, além da pergunta “o que você quer dizer?”, o interlocutor agrega uma justificativa para sua oposição, explicitando ainda mais o caráter de desafio de seu turno. E, no turno a seguir, Agnes não responde à pergunta de Clara (*o que cê quer dizer*), mas produz uma justificativa para seu posicionamento inicial (o que diz no rótulo do remédio).

Apesar da observação específica das diferenças do uso dessa expressão em seqüências de desafio (que implica discordância) e de iniciação de reparo, Schegloff (1997, p. 505) alega que, de modo geral, iniciação de reparo pelo outro e discordância podem estar numa relação mais próxima, estando uma a serviço da outra. “A iniciação de reparo pelo outro pode ser usada como um *veículo* ou *instrumento* para realizar demonstrações de dúvida, não-alinhamento, discordância, desafio, rejeição, etc.” (ênfase adicionada). Tratam-se, portanto, de elocuições que, ao mesmo tempo em que estariam implicadas numa seqüência de reparo, fariam parte da construção de uma discordância.

¹¹ Exemplo extraído de Schegloff (1997, p. 522-3).

Versão original: “Agnes: W’l that’s not therapeutic Clara, really It says on the (0,4) thing, uh- theh- when yih- uh this proxide is uh kind of a- (0,2) hhhhh
Clara: Whatddiyuh mean uh- th- uh doctors use it, (0,8)
Agnes: .hh W’l on the little jar it says not therapeutic so,”

No que diz respeito às relações entre o reparo iniciado e levado a cabo pelo outro (RILCO) e as seqüências de discordância, as propostas parecem ser mais difusas e são menos numerosas. Nessas discussões, o termo mais abrangentemente empregado é “correção pelo outro”, e não “reparo pelo outro”.

Com efeito, no âmbito das discussões sobre a organização do reparo mais amplamente, há uma distinção técnica entre “correção” (substituição de um erro por um item que seria o correto) e “reparo” (em que a fonte de problema não necessariamente implica erro, sendo que o problema pode ser inclusive a falta de um item, como no exemplo apresentado em b) acima). Assim, desde essa proposta de Schegloff et al. (1977, p. 363), entende-se, em AC, que o termo “reparo” é mais abrangente, referindo-se a seqüências em que o negócio interacional em foco torna-se resolver o problema, e a correção seria um componente possível em certas trajetórias de reparo. No entanto, considerando-se que o reparo pelo outro constitui-se da oferta de um item pelo outro interlocutor para substituir um item equivocado no turno anterior do falante inicial, pode-se dizer que também o reparo pelo outro implica uma correção pelo outro.

No entanto, mais recentemente, Macbeth (2004), sob um outro ângulo, apresentou uma outra proposta de distinção conceitual e analítica entre os fenômenos de reparo (que teria relação com a manutenção do entendimento mútuo) e de correção (a substituição de um item errado por outro correto, que indicaria um processo de instrução de um interagente mais experiente em relação a um menos experiente). Segundo sua proposta, reparo e correção são domínios distintos mas co-operantes, em que o segundo depende do primeiro, isto é, para que se proponha um erro e sua substituição, realizando, assim, a correção, é preciso que os participantes não tenham nenhum problema de entendimento mútuo. Ou, melhor dizendo, antes de corrigir, é preciso que os participantes assegurem-se de que estão se entendendo (para isso, tendo se engajado em tantas seqüências de reparo quantas forem necessárias).

Embora as análises que o autor apresenta para sustentar essa proposta não sejam sem objeções, a proposta ecoa, em parte, a observação anterior de Schegloff et al. (1977) acerca das implicações da produção (rara) de uma correção pelo outro. Conforme os autores, se as práticas de reparo têm por finalidade remover problemas de escuta ou de compreensão para que a interação possa prosseguir, então, nos casos em que o interlocutor foi capaz de entender o que o falante disse a ponto de poder identificar que houve um problema, e ainda indicar a solução (produzindo uma correção), não haveria um problema de entendimento de fato. Essa seria a razão, portanto, para que grande parte das correções pelo outro sejam tratadas por seu interlocutor como implicando não a solução de um problema de entendimento, mas sim uma discordância (p. 379-80).

A relação entre a correção pelo outro e a discordância fica também evidente em estudos mais recentes. Por um lado, há trabalhos em que os autores não fazem uma distinção entre essas noções, empregando-as intercambiadamente como sinônimas (por exemplo, KANGASHARJU, 2002, p. 1453-1457), o que indicia, portanto, sua relação estreita a ponto de poderem ser confundidas. Por outro lado, há estudos que, não tratando correção e discordância como o mesmo fenômeno, põem em evidência a relação entre eles. Barros (2003), investigando a ocorrência de correções em um inquérito do Projeto NURC/SP, destaca que correções pelo outro “caracterizam conversações fortemente polêmicas” (p. 164) e que “corrigir o outro é uma forma de (...) acentuar as diferenças e discordâncias entre os interlocutores” (p. 175). Também Weeks (1985, p. 227), Norrick (1991, p. 67) e Fávero, Andrade e Aquino (2000, p. 72) fazem breves observações a respeito da ocorrência de correções pelo outro como um recurso para discordar. No entanto, nenhum desses trabalhos parece avançar, aprofundando a investigação dessa vinculação entre a correção pelo outro e a discordância, resumindo-se a apontar sua existência.

Como uma tentativa de avançar nessa discussão, problematizando explicitamente a relação entre correções pelo outro e discordâncias, tenho notícia apenas do estudo de Goodwin (1983). Em um trabalho em que procura especificamente contrastar a construção de seqüências correção e de discordância, a autora reconhece que

correção e discordância são tipos relacionados de movimentos que se seguem a movimentos anteriores, na medida em que desafiam ou um elemento na fala do falante do turno anterior ou a ação implementada pelo falante anterior (p. 670).

Reconhece, ainda, que os turnos de seqüências de discordância se valem de “elementos associados a formas explícitas de correção” (p. 667) para implementar a discordância. Mesmo assim, a autora busca diferenciar esses dois fenômenos, afirmando que “a matéria de uma seqüência de correção freqüentemente é algum tipo de evento objetivamente definível no mundo, especialmente quando pronúncia ou seleção lexical está em jogo” (p. 670), podendo, por isso, ser concluída em menos turnos. Em contraste, a discordância estaria relacionada a eventos que dão “espaço considerável para a variação em sua interpretação” (p. 675), desvinculada, portanto, de eventos que podem ser objetivamente avaliados e decididos.

Entretanto, como lembram Jacobs e Jackson (1982, p. 227), “qualquer ato de fala pode tornar-se sujeito à discordância e, portanto, à argumentação”. Também Maynard (1985a, p. 3) observa que “qualquer elocução ou ação pode conter características objetáveis, e pode tornar-se parte de uma disputa apenas se for contraposto”. Portanto, uma distinção entre discordância e correção fundamentada numa vinculação desses fenômenos a tipos de assunto que poderiam motivá-los parece não ser suficiente.

Por fim, o estudo de Magalhães (2004), ao mapear a ocorrência de trajetórias de reparo em relação a uma tipologia de discordâncias em audiências de conciliação entre consumidores e prestadores de serviço no PROCON, destaca que os reparos iniciados e levados a cabo pelo outro estão associados a uma maximização da “tensão entre pontos de vista divergentes” (p.

100). Ao final do trabalho, a autora indica que “as audiências mais conflituosas, que apresentam mais agressões e disputa, são exatamente as que apresentaram o maior número de *reparos ao outro iniciados pelo outro*” (grifo no original, p. 118), sugerindo a investigação detida dessa relação em trabalhos futuros. De certo modo, é nessa direção que as discussões do capítulo analítico se encaminharão.

No presente capítulo, após a definição do tipo de seqüência (extensa) de discordância em que está centrado o interesse analítico, apresentei o debate atual acerca das relações entre discordância e preferência, alguns aspectos de sua organização seqüencial (recursos para promover seu avanço e seu encerramento, além das modificações nos alinhamentos entre os interlocutores no caso de cenários com mais de dois participantes) e, finalmente, as relações de seqüências de reparo (tipicamente as que envolvem iniciação e/ou resolução com a participação do outro) com discordância, concluindo, no entanto, que a trajetória de reparo que mais interessa para as discussões no capítulo de análise – RILCO/correção pelo outro – foi algumas vezes apontada, mas pouco explorada na sua relação com discordância.

No capítulo a seguir, serão expostos os pressupostos teórico-metodológicos do presente trabalho e um breve relato sobre a geração dos dados, após o que serão apresentadas as análises de seqüências de discordância com correções pelo outro (no capítulo 3).

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresento a perspectiva teórico-metodológica que orienta a condução deste trabalho, destacando suas origens intelectuais, o tipo de raciocínio que propõe e os procedimentos metodológicos mais relevantes para as discussões propostas no capítulo de análise. Ao fim, relato brevemente a geração de dados, e caracterizo os cenários observados.

2.1 ANÁLISE DA CONVERSA

A linha teórico-metodológica que orienta o presente trabalho é a Análise da Conversa etnometodológica (doravante AC) (HAVE, 1999; PSATHAS, 1995), perspectiva de pesquisa fundada por sociólogos norte-americanos no final da década de 1960. Alinhada, no âmbito da tradição sociológica de língua inglesa (PARSONS, 1937; GIDDENS, 2003), com uma preocupação em entender a natureza da ação social, a AC entende que, para levarem a cabo suas ações, os agentes sociais o fazem centralmente pelo uso da linguagem (seja face a face, seja mediado por recursos tecnológicos como o telefone). Entretanto, nesse paradigma, entender como a ação se dá pelo uso da linguagem não equivale a observar enunciados isolados produzidos por falantes em um contexto hipotético. É central a noção de que a natureza do uso da linguagem é essencialmente interacional, com isso querendo-se dizer que o uso da linguagem é sempre de uma realização de pelo menos dois indivíduos que, situados numa certa configuração temporal e espacial, coordenam seus enunciados individuais (bem como seus gestos, seus olhares) e, por conseguinte, suas ações individuais em torno de uma ação conjunta, sendo essa produção conjunta, co-ordenada, o foco de interesse para entender a dinâmica da ação social.

Essa breve caracterização da AC permite entrever que, apesar de diferenças substanciais no desenvolvimento de suas teorizações, “desde o início, os analistas da conversa compartilhavam das visões de Malinowski, Austin, Searle e Wittgenstein de que a fala em si é ação social” (DURANTI, 1997, p. 247). Embora seu foco inicial seja sociológico (por exemplo, SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974, p. 698), tendo sido, no entanto, vista com certa suspeita por alguns sociólogos tradicionais, “a pesquisa de analistas da conversa teve um impacto considerável entre aqueles interessados em como a linguagem é usada na interação social” (DURANTI, 1997, p. 246), o que resultou na crescente aproximação entre estudiosos da linguagem e analistas da conversa¹².

No âmbito dos estudos lingüísticos brasileiros, essa tradição norte-americana foi introduzida por Marcuschi (2003) nos anos 1980, encontrando proximidade com questões levantadas pela contemporânea Lingüística Textual brasileira (cf. FÁVERO e KOCH, 1983), que almejava investigar o texto/discurso além do nível da frase, relacionando-o com o contexto mais amplo de sua produção. Esse encontro (entre AC e Lingüística Textual) permitiu avançar na investigação de questões lingüísticas importantes, como, por exemplo, as distinções entre as modalidades escrita e falada da língua (por exemplo, RODRIGUES, 1993, PRETI, 1993b; BRAIT, 1998; URBANO, 1998; FÁVERO, 2000; PRETI, 2000a), tema bastante recorrente inclusive no título de algumas coletâneas (por exemplo, PRETI, 2000b; PRETI, 2003; PRETI, 2005); se interessava à Lingüística Textual uma abordagem ao contexto de produção do texto/discurso superando as limitações que a análise de períodos estanques apresentava, a AC oferecia um tratamento bastante detalhado e técnico do contexto, com a introdução de questões como a organização da tomada de turnos, a operação dos pares

¹² Numa outra formulação das relações entre a AC e os Estudos da Linguagem, Schegloff comenta: “Para alguns, o fato de que a Análise da Conversa se ocupa ela própria dos detalhes da fala significou que esse era um tipo de Lingüística. Talvez sim, mas certamente não apenas isso. Se não é uma disciplina distinta em si mesma, (...) a AC está em um ponto em que a Lingüística e a Sociologia (e algumas outras disciplinas, Antropologia e Psicologia entre elas) se encontram” (SCHEGLOFF, 1991, p. 46).

adjacentes e a organização de reparo, sublinhando o caráter dialógico e inter-acional da produção do uso da linguagem.

No entanto, num veio um pouco afastado das questões postas pela Lingüística Textual, a AC no Brasil tomou também um outro rumo, não mais partindo de uma busca por produzir uma discussão lingüística que levasse em conta, de maneira competente, o contexto de produção dos enunciados, mas, por outro lado, partindo do contexto e procurando entender como o uso da linguagem aí se engendra, entender que lugar o uso da linguagem ocupa na construção da realidade social entre as pessoas a cada instante. Nesse quadro, a orientação e as reflexões a serem propostas no presente trabalho se alinham mais a essa última tendência, buscando entender, em contextos de discordância (conflito), a operação de uma estrutura lingüística particular, a de correção.

2.1.1 Origens

Em termos de influências, a AC se constituiu mais centralmente a partir da Etnometodologia de Garfinkel, tendo, também proximidade com os estudos de Goffman sobre a ordem interacional.

Por um lado, de Goffman, permanece, principalmente, o entendimento de que a interação face a face é um objeto legítimo de investigação científica, cuja observação permite apreciar as “imensas capacidades que pessoas comuns trazem para a interação cotidiana.” (SCHEGLOFF, 1988a, p. 103)¹³. Nas palavras do próprio Goffman: “as práticas interacionais

¹³ O pioneirismo de Goffman na instauração da análise interacional como campo de estudo no âmbito da sociologia é destacado por muitos autores. Para Schegloff: “Ao registrar certos eventos e aspectos dos eventos como merecedores de atenção e disponíveis à interpretação aguda e profunda, Goffman materializou, quase do nada, a percepção de que lá havia um tema a ser estudado. É-se tentado a dizer que ele reabilitou um campo, a não ser pelo fato de que ele parece ter efetivamente habilitado este campo” (1988a, p. 90).

têm sido usadas para elucidar outras coisas, mas elas próprias são tratadas como se não precisassem ou não valessem a pena ser definidas.” (1971, p. xi). Portanto,

Uma sociologia das ocasiões é aqui advogada. A organização social é o tema central, mas o que é organizado é a combinação de pessoas e os empreendimentos interacionais temporários que advêm daí. Uma estrutura normativamente estabilizada está em questão, um ‘agrupamento social’, mas essa é uma entidade mutante, necessariamente evanescente, criada por chegadas e finalizada por partidas. (...) Eu assumo que o estudo adequado da interação não é o indivíduo e sua psicologia, mas, ao contrário, as relações sintáticas entre os atos de diferentes pessoas mutuamente presentes uma a outra (GOFFMAN, 1982, p. 2)

Ao privilegiar os encontros face a face como foco de interesse, dando atenção não só às implicações da produção verbal dos participantes, mas também às contingências espaciais da co-presença (direcionamentos de olhar, posição dos corpos dos interagentes), Goffman evidencia que “o que parecem ser aspectos bem triviais e desinteressantes do comportamento do dia-a-dia tornam-se repletos de implicações para a interação” (GIDDENS, 1987, p. 134-135).

Por outro lado, sendo considerada uma das vertentes da Etnometodologia (WEEKS, 1985, p. 196; HERITAGE, 1987¹⁴, p. 256; TAYLOR, 1987, p. 100; COULON, 1995, p. 72), a AC deriva alguns de seus princípios teórico-metodológicos fundamentais das reflexões de Garfinkel. Centralmente, está a preocupação com a racionalidade prática dos agentes sociais, isto é, há um interesse em observar e descrever a lógica que orienta os agentes na condução de suas ações cotidianamente e de evidenciar como essa lógica subjacente está constante e mutuamente sinalizada entre os próprios agentes, embora não necessariamente topicalizada por eles durante o curso da ação. Em outras palavras, na medida em que estão engajados na construção conjunta de suas ações, os agentes acabam, ao mesmo tempo, revelando essa

¹⁴ Embora haja uma tradução desse texto disponível em português (em GIDDENS e TURNER, 1999), todos os fragmentos aqui citados desse texto (HERITAGE, 1987) serão de minha tradução; paginação conforme original em inglês.

lógica uns para os outros. Entretanto, a conduta dos atores não é meramente idiossincrática; há procedimentos ou métodos que os participantes compartilham para que possam se entender e coordenar a construção conjunta de suas ações. Portanto, a observação da racionalidade prática dos agentes passa por identificar que *métodos* (daí, o termo *etnometodologia*) os participantes usam para construir suas ações cotidianamente e por explicar como operam, em vez de buscar as causas das ações dos participantes. Assim, como bem destacam Pomerantz e Fehr (1997, p. 65), há “uma mudança, da busca por causas da conduta humana para a explicação de como a conduta é produzida e reconhecida como inteligível e sensata”.

Entretanto, essa racionalidade é sempre localmente produzida e interpretada. Isto é, não se trata de um planejamento feito pelos agentes previamente ao encontro, mas, isto sim, de uma realização que vai tomando forma durante a interlocução, na dependência do intercâmbio entre as ações do(s) participante(s) ao longo de cada encontro social. Por essa razão, o olhar do analista para desvendar a racionalidade prática dos atores sociais é sempre no detalhe local do encontro social, e, por local, entendam-se as elocuições produzidas por cada participante a cada momento e seu encadeamento seqüencial. Objetivando entender a ação pelo uso da linguagem, o interesse em desvendar a lógica do raciocínio prático dos membros no desenrolar de suas ações cotidianas torna-se parte central do projeto da AC.

Entre as reflexões de Garfinkel, destaco dois conceitos que estão no cerne dessa elucidação da lógica subjacente e, portanto, da ação dos agentes: a intersubjetividade e a justificabilidade (*accountability*). A primeira noção refere à possibilidade de que haja entendimento, convergência entre o que um interlocutor produziu e o que o outro entendeu do que foi/está sendo produzido. Entretanto, intersubjetividade, aqui, não supõe uma identidade de experiências de mundo dos interagentes como uma condição (e como uma garantia) para que possam se entender. Para a Etnometodologia e, por conseguinte, para a AC, a intersubjetividade diz respeito a

um processo ativo em que os participantes admitem a ‘tese geral da reciprocidade de perspectivas’, isto é, apesar das diferentes perspectivas, biografias e motivações que levaram os atores a ter experiências de mundo não-idênticas, eles podem, entretanto, tratar suas experiências como sendo ‘idênticas para todos os propósitos práticos’” (HERITAGE, 1987, p. 230).

Dizer que os participantes “admitem” que as coisas são assim tem relação, mais amplamente, com a observação de Schutz (parafrazeada por Heritage) de que “na vida cotidiana, há uma generalizada *suspensão de dúvida* de que as coisas poderiam não ser como parecem ser ou de que a experiência prévia possa não ser um guia confiável para o presente” (HERITAGE, 1987, p. 230). Portanto, no caso da intersubjetividade, os atores cotidianamente suspendem a dúvida de que seus entendimentos sobre o mundo possam ser díspares (caso contrário, além de produzirem suas elocuições, teriam que parar a todo o tempo para explicar uns aos outros a aceção de cada palavra que estão usando) e agem como se esses entendimentos fossem iguais. É apenas em circunstâncias em que fica patente, pela seqüencialidade das elocuições, que o entendimento dos participantes é diferente que cessa a suspensão da dúvida e que os participantes se lançam a reparar esse problema antes que possam prosseguir a interação (ver discussão abaixo sobre seqüencialidade).

Em outras palavras, embora não sejam idênticas (e os participantes sabem que não são rigorosamente idênticas), as experiências dos diferentes participantes são tratadas por eles mesmos como semelhantes o suficiente para o andamento da interação em que estão engajados. A expressão-chave aqui é “para todos os propósitos práticos”, que sublinha a instabilidade inerente à construção contínua do entendimento mútuo e o foco dos atores nas ações (os “propósitos práticos”) que estão co-construindo. Nesse entendimento de intersubjetividade, então, não há garantias de que um participante irá entender o outro, e o

entendimento torna-se, portanto, uma realização prática¹⁵ dos participantes ao longo da construção conjunta da interação.

Já a noção de justificabilidade diz respeito ao fato de que os participantes estão constantemente orientados para a racionalidade/razoabilidade de suas ações e das de seus interlocutores. Há sempre uma expectativa subjacente de que as ações de cada um dos participantes estão sendo produzidas justificadamente, têm razão de ser naquela junção interacional. Entretanto, esse caráter razoável das ações é, ele próprio, um elemento constitutivo dessas ações, subjacente a sua construção, sem que haja necessidade de os interagentes o topicalizarem o tempo todo. Além disso, à semelhança do funcionamento da intersubjetividade na interação, a justificabilidade não se origina de um planejamento antecipado dos participantes, mas é uma realização contínua, um produto da construção situada dos participantes ao longo da interação.

É apenas quando há um “desvio” nessas expectativas mútuas de racionalidade, quando são (propositadamente ou não) violadas, que fica evidente o seu papel constitutivo e, quando, então, os participantes solicitam que seja explicitada a justificativa, o motivo para a produção dessa ação desviante, não esperada¹⁶. Fica aparente, aqui, assim como no caso da intersubjetividade, que há uma suspensão da dúvida (nesse caso, de que as ações serão produzidas racionalmente); os participantes assumem que as ações estão sendo produzidas justificadamente “para todos os fins práticos”, e apenas quando não conseguem recuperar essa razão é que requerem uma explicação adicional de seu interlocutor.

Na literatura em AC, as noções etnometodológicas de intersubjetividade e justificabilidade foram articuladas na de seqüencialidade, que evidencia como operam em

¹⁵ Ou, como nos diz Garfinkel, torna-se uma operação: “A imagem apropriada de um entendimento comum é, portanto, uma *operação* em vez de uma intersecção comum de conjuntos que se sobrepõem” (GARFINKEL, 1986, p. 320, ênfase no original).

¹⁶ Um exemplo de desvio são os experimentos de Garfinkel com jogos. No caso de uma partida de jogo-da-velha, o experimentador pede ao sujeito que faça a primeira jogada e, a seguir, na sua vez de jogar, o experimentador muda de lugar a marca do primeiro jogador e, a seguir, faz a sua, causando, por parte do sujeito, surpresa e solicitação de uma justificativa do experimentador para o movimento realizado.

conjunto no fluxo interacional. A seqüencialidade diz respeito ao fato de que as elocuições (turnos) de cada participante de uma dada interação são sempre produzidas ao longo do fluxo do tempo, com uma elocução depois da outra, isto é, as elocuições são produzidas em uma seqüência temporal. Nesse sentido, cada nova elocução (cada novo turno de fala) é uma nova contribuição para a interação em andamento, e que, por um lado, revela o entendimento de seu produtor a respeito da elocução de seu interlocutor, anterior à sua (por exemplo, ao produzir uma resposta, o falante exibe o entendimento de que o interlocutor produziu uma pergunta no turno anterior). Por outro lado, ao produzir uma ação relevante a seguir (ao produzir uma resposta, tornada pertinente pela pergunta), o falante exibe sua avaliação de que a ação anterior (a pergunta) era justificável, razoável, tinha razão de ser naquele ponto da interação.

Caso essa avaliação de justificabilidade e esse entendimento revelados estejam adequados ao que o falante da primeira elocução quis dizer (ou seja, caso sejam suficientes “para todos os fins práticos”), a interação prosseguirá, de modo que podemos dizer que houve uma convergência das expectativas mútuas da racionalidade dos participantes e um entendimento intersubjetivo para todos os fins práticos. Caso apresentem algum problema aos olhos do falante da primeira elocução, ele poderá se manifestar na elocução seguinte, explicitando a divergência (entre o que quis dizer e o que o interlocutor entendeu) e tornando o tratamento desses aspectos (o problema de intersubjetividade ou de justificabilidade) o foco da interação.

Assim, a produção e a interpretação de cada nova elocução são moldadas pelo contexto seqüencial em que se situam, e, ao mesmo tempo, são os elementos que constituem a seqüência. Portanto, fica claro que a manutenção do entendimento intersubjetivo e a construção e manutenção da racionalidade na interação são, por um lado, produtos seqüenciais e, por outro, constituintes da própria noção de seqüência.

2.1.2 Perspectiva êmica

As demonstrações de entendimentos e de avaliações de justificabilidade entre os interagentes a que se aludiu acima são produzidas pela construção de cada nova elocução na seqüência interacional, ou seja, é pelo uso da linguagem publicamente entre os interlocutores engajados num encontro que essas demonstrações se produzem, um participante tornando acessível ao outro seus entendimentos. Embora tais entendimentos estejam primeiramente disponíveis aos interagentes no momento da interação, o fato de estarem publicamente acessíveis permite que, além dos próprios participantes do encontro, observadores externos também tenham acesso a eles. Assim, se se busca observar a lógica do raciocínio prático dos agentes sociais na construção de suas ações cotidianas e se é possível observar como a justificabilidade e a intersubjetividade ficam publicamente reveladas pelo uso da linguagem na seqüência interacional, o analista externo acaba tendo acesso à maneira como os participantes estão mostrando, uns para os outros, o entendimento das ações que estão construindo em conjunto. Isto permite a eles, isto é, aos analistas externos à interação, ter uma aproximação maior do entendimento dos próprios participantes no momento da interlocução.

Em razão dessa acessibilidade, em AC, busca-se sempre aproximar a perspectiva êmica (PIKE, 1966)¹⁷ dos participantes para substanciar as asserções analíticas que são feitas, procurando, desse modo, minimizar observações impostas externamente pela perspectiva do pesquisador à interação analisada. Nas palavras de SCHEGLOFF (1987a, p. 209): “são precisamente as relevâncias, as orientações e a ação assim-informada *dos participantes* que é

¹⁷ Sendo uma prática muito associada a metodologias de pesquisa etnográficas (MARKEE e KASPER, 2004, p. 494), o termo “êmico”, em contraste com “ético”, foi cunhado por Pike (1966) a partir da analogia com o par “fonêmico/fonético”. Nas palavras de Pike, “o ponto de vista ético estuda o comportamento a partir do exterior de um sistema particular, e como uma abordagem inicial crucial a um sistema estrangeiro. O ponto de vista êmico resulta de estudar comportamentos a partir do interior do sistema” (PIKE, 1966, p. 152).

de nosso interesse descrever, e descrevê-las sob o controle dos detalhes da interação em que estão sendo realizadas.”

2.1.3 Uso da linguagem

Apesar de ter, como parte importante e central de suas descobertas, o interesse pela linguagem verbal, a AC não tem a linguagem em si mesma como objeto. Ela se torna relevante nas reflexões em AC na medida em que é um elemento central para fazer a vida social¹⁸, cuja lógica local subjacente se pretende investigar. Nas palavras de Markee e Kasper (2004), para a AC, “a linguagem é a realização local, colaborativa e intersubjetiva de recursos lingüísticos convencionalizados, mutualmente reconhecíveis e socialmente partilhados pelos membros” (p. 495). Trata-se, portanto, de uma concepção dinâmica de linguagem, que resulta do engajamento e do trabalho em conjunto dos interagentes em cada encontro social. Na verdade, pode-se dizer que não é nem mesmo o conceito de “linguagem” o mais central para as discussões em AC, mas, isso sim, o conceito de “uso da linguagem”. O termo enfatiza o caráter situado da linguagem, em que é crucial levar em consideração as circunstâncias específicas (seqüenciais) de sua produção para a reflexão analítica que se propõe.

Não se está, com isso, negando a importância do código lingüístico enquanto conjunto ordenado de recursos abstratos, sendo “uma ferramenta cultural para fazer o trabalho de falar e de entender o que os outros estão falando”, que é aprendida em um momento anterior à nossa participação em um dado encontro, e cujo sistema “foi originado em um espaço e tempo muito afastados da situação imediata de uso em que estamos engajados no presente momento” (ERICKSON, 2004, p. 14). Entretanto, não se quer perder de vista a noção de que,

¹⁸ Nas palavras dos três proponentes da AC, “a linguagem é um veículo para o viver de vidas reais com interesses reais em um mundo real” (SCHEGLOFF, JEFFERSON e SACKS, 1977, p. 381).

ao proferir uma palavra ou expressão (...), não estamos apenas traduzindo, pela fala, um conjunto abstrato subjacente de palavras extraído de uma lista de palavras e de uma gramática abstratas. (...) Estamos *falando alguma coisa para alguém* e fazendo isso com propósitos específicos em um momento específico e em relações específicas com aqueles com quem estamos falando na ocasião (ERICKSON 2004, p. 16, ênfase no original).

sendo esses últimos aspectos, envolvidos no uso da linguagem situado, os que interessam especialmente às discussões em AC.

Na medida em que envolve as particularidades da produção lingüística de cada encontro social, o uso da linguagem comporta não só itens reconhecidamente lingüísticos (como palavras e frases), mas também itens não-lexicais (como, por exemplo, produções vocálicas *ã?* – DREW, 1997 –, *ãhã/mhm*¹⁹ – SACKS, 1992b, p. 3 –, entre outros – GARDNER, 1997; WIGGINS, 2002), falsos começos de palavras ou frases e risos (JEFFERSON, 1985). Uma vez que o objetivo da investigação é evidenciar o raciocínio prático dos atores sociais na medida em que constroem suas ações conjuntas, os falsos começos, por exemplo, são um índice importante desse raciocínio porque sinalizam cursos de ação que foram abortados pelos participantes e substituídos por outros. Daí porque sua relevância para as análises em AC.

Além disso, merece destaque a observação de que, se, no início da AC, o foco analítico recaía exclusivamente sobre a produção oral dos interlocutores (inclusive por questões financeiras, uma vez que a tecnologia de registro visual das interações era muito dispendiosa), mais contemporaneamente, tem sido dada atenção também aos aspectos espaciais (movimentação dos corpos dos participantes, manipulação de objetos) e visuais (direcionamento de olhar) que, interrelacionados com a produção oral, compõem um quadro

¹⁹ Enquanto parece haver um certo consenso, nas transcrições em língua inglesa, em torno da grafia *uh huh* (indicando, por exemplo, concordância do falante com a afirmação anterior), em português brasileiro, há várias propostas de registro: *ãhã*, *ahn hã*, *ãrrã* entre outras. Conforme aponta Gago (2004), essas são ainda questões não discutidas no âmbito da comunidade acadêmica brasileira e, por ora, as práticas em uso são as mais variadas.

mais completo de como se organiza a construção conjunta da ação social (por exemplo, C. GOODWIN, 1981; C. GOODWIN, 1984; C. GOODWIN, 2000).

2.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Na presente seção, serão apresentados os procedimentos para a análise de interações que foram empregados neste trabalho divididos nas seguintes subseções: “Os registros”, “Seleção de fragmentos”, “As transcrições” e “Análise seqüencial”.

2.2.1 Os registros

A fim de evidenciar a construção local das interações e revelar a racionalidade prática dos participantes ao fazer o que estão fazendo, a AC centra sua observação nos detalhes das interações tais como efetivamente aconteceram num dado momento e num dado espaço. No intuito de registrar esses detalhes da maneira mais próxima possível, recorre-se à gravação em áudio e vídeo dos encontros. Esse procedimento permite, entre outras coisas, registrar aspectos detalhados das interações (como a ocorrência de silêncios ou da fala com a coordenação de gestos e direcionamento de olhar entre os interagentes) não recuperáveis de outras formas (como em notas de campo ou entrevistas com os participantes depois da interação transcorrida), bem como ouvir/visualizar repetidamente o material, possibilitando a produção de análises mais completas e aprofundadas.

Diferentemente de estudos embasados em interações experimentais ou simuladas, em AC, almeja-se registrar e analisar interações de ocorrência “natural”, isto é, interações “em contextos do mundo real, entre pessoas que têm relacionamentos reais, cujas falas têm conseqüências e justificativas reais” (HERITAGE, 1988, p. 23), sem que a ocasião tenha sido

controlada pelo pesquisador para os fins da pesquisa. Como bem lembra Have (1999, p. 49), “o ideal é (...) observar as interações tal como aconteceriam sem a observação para pesquisa.” Entretanto, isso nunca é plenamente possível, uma vez que o pesquisador de fato está muitas vezes fisicamente presente, e os participantes sabem que estão sendo gravados²⁰, fato que é, por vezes, topicalizado pelos atores durante a interação (também relatado por ZUENGLER et al., 1998, p. 11). Portanto, mesmo sabendo dessa limitação na sua geração de registros, o pesquisador procura tornar sua presença (e a de seus equipamentos) o menos invasiva possível (no caso do presente trabalho, por exemplo, sempre que possível, a(s) câmera(s) foi(ram) posicionada(s) em cômodos adjacentes ao cenário da interação ou em locais que interferissem o mínimo possível no livre trânsito dos participantes).

Além disso, a câmera, por sua necessária unidirecionalidade, nunca consegue registrar a interação em sua completude. Escolhas de quando começar e terminar a gravação e de onde posicionar a câmera (mais próxima de alguns participantes e mais distante de outros, captando melhor as vozes e os movimentos desses em relação àqueles, ou, no caso de ambientes muito amplos, excluindo alguns participantes do escopo da câmera) exemplificam decisões que o pesquisador deve tomar no momento do registro e que acabam afetando “o que pode ser dito depois” (PSATHAS e ANDERSON, 1990, p. 75), uma vez que é dentro dos limites do que foi registrado pela câmera que poderão ser feitas as observações analíticas no momento de visualização da gravação. Pode-se dizer, então, que o registro, não sendo a cristalização de absolutamente todos os aspectos presentes na interação, é uma aproximação em segundo grau

²⁰ Trata-se do “paradoxo do observador” (por exemplo, DAVIES, 2001), termo atribuído a Labov (1972) para sintetizar o dilema de que, para observar o comportamento autêntico dos falantes, o pesquisador necessariamente se faz presente e, por conseguinte, causa modificações na autenticidade desse mesmo comportamento. No caso da AC, se, por um lado, não se quer perder a riqueza de registros que só a câmera de vídeo (em contraste com outros recursos) proporciona para o estudo dos detalhes interacionais, por outro lado, tendo consciência de que o paradoxo do observador é inevitável, não se quer ignorar o fato de que “as pessoas normalmente não *inventam* comportamento social do nada, incluindo a linguagem. Ao contrário, suas ações são parte de um repertório que está disponível a elas independentemente da presença da câmera de vídeo (...) durante a maior parte do tempo, as pessoas estão muito ocupadas levando adiante suas próprias vidas para modificá-las de maneiras substanciais devido à presença de um novo dispositivo ou de uma nova pessoa” (DURANTI, 1997, p. 118).

(ZUENGLER et al., 1998, p. 7) da interação. Nas palavras de Sacks (1984, p. 26): “Os materiais gravados em fita constituíam um registro ‘bom o suficiente’ de o que aconteceu. Outras coisas, com certeza, aconteceram, mas pelo menos o que estava na fita aconteceu”. Vê-se, portanto, que o processo de gravação não é neutro (o pesquisador tem decisões a tomar) nem completo (há limitações no que a câmera/o gravador consegue registrar), podendo-se dizer mesmo que a análise inicia-se já nessa fase de gravação, balizada por escolhas que afetarão as etapas analíticas a seguir.

2.2.2 Seleção de fragmentos

Depois de gerados os registros das interações naturalísticas, o pesquisador seleciona, a partir do *corpus* de gravações que tem em mãos, os fragmentos nos quais irá centrar sua análise detalhada, formando, assim, uma *coleção* de ocorrências do seu fenômeno de interesse.

No presente trabalho, antes de compor a coleção do fenômeno, seguiu-se a sugestão de Erickson (2002) de, num primeiro momento, assistir aos registros na íntegra, fazendo um índice geral dos principais acontecimentos de cada ocasião e, após essa fase, fazer o levantamento das ocorrências propriamente ditas.

Como bem destaca Have (1999, p. 40), não há, em AC, um caminho único para selecionar os fragmentos. Schegloff (1997) relata e recomenda um método “generoso” para formar uma coleção, em que não só exemplares aparentemente semelhantes entre si são incorporados, mas também “ocorrências que, à primeira vista, parecem ser *diferentes* das instâncias-alvo” (p. 502). Essa prática, argumenta ele, evita, por um lado, limitar o escopo do que se está estudando apenas às instâncias superficialmente semelhantes, abrindo espaço para descoberta de novas relações entre as ocorrências após a análise mais detalhada de cada uma

delas. Por outro lado, obriga que o pesquisador, após análise detalhada, ao verificar ocorrências que não se conformam aos demais exemplares, explicita o que os torna diferentes, e, ao fazê-lo, acaba esclarecendo o que constitui o fenômeno central de interesse.

Na construção da coleção de ocorrências no presente trabalho, a seleção de ocorrências para análise foi também guiada pela “generosidade”. Num primeiro momento, foram selecionados todos os segmentos que apresentavam discordância extendida (avanzando além do terceiro turno, cf. seção 1.1) e, num segundo momento, foram separadas apenas as instâncias que envolviam correção pelo outro. Esse procedimento permitiu analisar não apenas as seqüências de discordância com correção em si mesmas, na sua organização seqüencial particular, mas também apreciá-las no contraste com outros recursos para discordar. No processo de separar as instâncias com correção pelo outro da coleção inicial, a necessária explicitação dos aspectos que as tornavam distintas das demais instâncias foi evidenciando suas particularidades e conduzindo ao melhor entendimento de sua operação e de suas implicações nas seqüências de discordância.

A etapa de análise detalhada de cada instância propriamente dita, entretanto, não é feita apenas com a visualização/audição das gravações dos segmentos de interesse. Em AC, trabalha-se sempre com transcrições dos fragmentos selecionados, sendo essa etapa a que se discute a seguir.

2.2.3 As transcrições

A partir da gravação das interações e da seleção das ocorrências de potencial interesse, é o processo de transcrição, a partir do que está gravado nas fitas de áudio e de vídeo, que permite analisar os aspectos sonoros e visuais de modo mais sistemático, fixando-os em um “registro que irá permanecer ao momento fugaz da *performance* na vida real” (DURANTI,

1997, p. 137). No caso dos estudos em AC, as transcrições são produzidas com base nas convenções inicialmente desenvolvidas por Gail Jefferson (ver ATKINSON e HERITAGE, 1984; convenções usadas neste trabalho constam no Anexo I), cuja

função principal é destacar fenômenos sequenciais em detalhe muito maior do que o necessário para outros tipos de abordagem. A técnica básica é visualizar no papel a linha de tempo do curso interacional e posicionar a contribuição de cada participante em relação às dos outros (HAVE, 1999, p. 33).

Nesse modelo de transcrição, interessa não apenas *o que* os participantes falam, mas também *como* falam (HAVE, 1999, p. 76; BUCHOLTZ, 2000). Portanto, registram-se as elocuições dos participantes tal como foram produzidas, não negligenciando auto-interrupções, inspirações e expirações audíveis, risos, etc., e procurando indicar, também, marcações gerais de prosódia e entonação.

Com relação ao registro dos aspectos não-verbais (direcionamento de olhar, manuseio de objetos), concorrentes à produção das elocuições, a orientação geral parece ser a de que,

na maioria dos casos, a produção verbal dos participantes é tomada como a base para o entendimento da interação, com detalhes visuais selecionados sendo agregados a esse entendimento para tornar a análise mais completamente uma análise de interação *face a face*. (...) A prática geral e recomendada parece ser começar com uma transcrição de áudio, (...) e, depois, acrescentar detalhes visuais que se queira considerar (HAVE, 1999, p. 9, ênfase no original).

No que diz respeito à identificação dos participantes, é comum, na literatura em AC, serem empregados pseudônimos em lugar dos nomes verdadeiros a fim de garantir o anonimato dos indivíduos (HAVE, 1999, p. 62). Embora haja debates na área (por exemplo, SCHEGLOFF, 1999; BILLIG, 1999; GARCEZ, 2002) a respeito do uso de categorias (por exemplo, profissionais: “professor/aluno” ou “médico/paciente”) para identificar os participantes nas transcrições, essa opção pode-se tornar complicada em instâncias em que

mais de uma das (múltiplas) identidades de um interlocutor tornam-se simultaneamente relevantes. Nesses casos, o analista se vê obrigado a escolher uma dessas categorias, privilegiando-a na identificação dos interagentes, em detrimento de outra(s), que pode(m) mesmo ser evidenciada(s), na análise posterior da interação, como mais relevante(s) para os participantes do que aquela(s) eleita(s) inicialmente pelo transcritor. Nesse contexto, o emprego de nomes próprios parece, como sugere Garcez (2002, p. 92), minimizar a imposição de categorias identitárias éticas²¹. Por essas razões, no presente trabalho, optou-se pelo uso de nomes (pseudônimos) para identificar os participantes nas transcrições.

É relevante atentar para o fato de que

as transcrições não devem ser consideradas como um substituto das gravações. Elas são versões seletivas (...) de certos aspectos de o que a fita preservou da interação original, produzida com um propósito particular em mente por um transcritor em particular com suas capacidades e limitações especiais (HAVE, 1999, p. 77).

Desse modo, assim como a etapa de geração de dados, a produção de transcrições também faz parte do processo de análise, na medida em que nenhuma transcrição é completa (nunca abarca todos os aspectos registrados na gravação) nem neutra pois, ao fazer a transcrição, o transcritor está orientado pelas motivações teóricas às quais a transcrição deve satisfazer. No caso das transcrições em AC, o interesse pelos aspectos sequenciais da interação motiva a escolha do modelo de transcrição adotado. Portanto, considerando-se que transcrever é fazer escolhas (BUCHOLTZ, 2000, p. 1446; HAVE, 1999, p. 33, 77), de modo que o produto final resulta sempre em *uma* representação parcial dos aspectos presentes no encontro (OCHS, 1979, p. 44; COATES e THORNBORROW, 1999, p. 595; PSATHAS e ANDERSON, 1990, p. 77), torna-se necessário, revisitar os registros sonoros/visuais durante a análise (a esse respeito, também DURANTI, 1997, p. 161).

²¹ Aqui, “ético” está sendo empregado em oposição a “êmico”.

2.2.4 Análise seqüencial

Após o registro das interações, da seleção de excertos de interesse e da transcrição desses excertos (que, como já foi discutido, são parte, também, do processo de análise), a etapa seguinte diz respeito à análise seqüencial comparativa dos excertos. Para cada ocorrência, com base na transcrição feita e na audição/visualização repetida do registro audiovisual correspondente, procede-se à análise seqüencial das ações, com foco na observação do encadeamento dos turnos dos participantes, tentando apreender os aspectos relevantes para os participantes (troca de turnos, construção sintática e lexical de cada turno em relação aos antecedentes e precedentes, a coordenação desses aspectos com os direcionamentos de olhar, gestos, manipulação de objetos) e o que esses aspectos revelam acerca das ações que estão sendo co-construídas pelos participantes.

Após essa análise seqüencial individual, buscando evidenciar o raciocínio prático subjacente a cada ocorrência da coleção, procede-se à comparação entre elas, atentando para semelhanças e diferenças nas trajetórias identificadas e aos demais aspectos emicamente relevantes, em direção à elaboração de uma articulação explicativa do fenômeno. Em resumo, é a partir da análise individual detalhada de cada fragmento e da posterior comparação entre essas análises que se constroem as asserções analíticas acerca do fenômeno de interesse rumo à elucidação de sua organização.

2.3 REGISTROS, PERCALÇOS E CENÁRIOS

Nesta última seção, faço um breve relato de como foram feitos os registros que subsidiarão as análises a seguir, dos percalços enfrentados e dos cenários escolhidos.

2.3.1 Registros e percalços

Para o presente trabalho, foram geradas pouco mais de oito horas de registro de interações face a face em vídeo, gravadas com câmera de vídeo em fitas magnéticas VHS-C de 30 minutos, em velocidade máxima (SP) para que se pudesse captar as imagens com a melhor qualidade possível. Cada encontro foi gravado em tantas fitas de 30 minutos quantas necessárias, buscando o registro contínuo do evento. A fim de melhorar a qualidade do som captado pelo microfone embutido na própria câmera, foi também posicionado, em algum local próximo dos interagentes, um gravador de fitas cassete. O material em vídeo foi, posteriormente, digitalizado na íntegra (com o *software* PINNACLE STUDIO, 2003), bem como o material em áudio (com o *software* SONIC FOUNDRY SOUND FORGE, 1997-2001)²². Além de possibilitar uma localização mais rápida e precisa dos eventos de interesse na fase da visualização do material e de facilitar o processo de transcrição²³, o registro em meio digital está menos suscetível à deterioração física do que as fitas magnéticas (que, dependendo das condições climáticas do local onde ficam armazenadas e do tempo em que ficam paradas, podem sofrer ação de fungos de maneira irreversível).

A câmera, montada sobre um tripé ou, eventualmente, sobre alguma outra superfície elevada (uma estante), foi posicionada em algum ponto do cenário que enquadrasse o máximo de participantes possível e mantida em posição estável ao longo de todas as gravações, sem recurso a *zooms* ou a movimentos de câmera freqüentes (eventualmente, na troca de fitas,

²² A aquisição desses equipamentos pelo Projeto Integrado “A organização do reparo conversacional, intersubjetividade e controle social” (coordenado pelo professor Pedro M. Garcez), do qual esta dissertação faz parte, foi financiada pelo CNPq (processo número 403684/2003-0).

²³ No caso do vídeo, uma das vantagens que a digitalização proporciona é que o andamento do vídeo e a produção da transcrição ocorrem na mesma tela (a do computador), e todos os comandos são feitos pelo teclado do computador, evitando a necessidade de monitorar, intercambiadamente, duas telas diferentes e dois aparelhos diferentes. No caso do áudio, uma das grandes vantagens é a cronometragem mais rápida das pausas; o *software* permite a visualização da onda sonora e, ao selecionar, com o *mouse*, o trecho em que há silêncio, o programa define, em segundos e décimos de segundo, a extensão do trecho selecionado.

quando se verificava mal enquadramento, pequenos ajustes no posicionamento da câmera foram feitos). Ainda, a escolha do local para posicionar a câmera também foi orientada pela preocupação de a gravação ser o menos invasiva possível e de atrapalhar o menos possível a livre movimentação dos participantes.

Concordando com C. Goodwin (1993) a respeito do fato de que a geração de registros audiovisuais “é um processo iterativo, progressivo” (p. 194), um contínuo aprendizado, em que as experiências atuais ajudam a moldar decisões em ocasiões futuras, cabe destacar que os procedimentos adotados durante as gerações de registros para o presente trabalho também foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo. Os dois principais aspectos em que houve mudanças, comparando as primeiras e as últimas filmagens, foram o número de câmeras empregadas e a disponibilidade de um excedente de fitas virgens.

No que diz respeito ao número de câmeras, a opção inicial, em função, principalmente, de limitações logísticas (a pesquisadora dispunha de apenas uma câmera de sua propriedade, e o uso de uma segunda câmera duplicaria o volume de equipamentos e acessórios – cabos, tripé, fitas – a serem operados e carregados) foi por usar apenas uma câmera de vídeo. Entretanto, ao assistir às gravações, observou-se que, especialmente em cenários com muitos participantes e/ou cujo ambiente físico era mais vasto do que poderia ser abrangido por apenas um ângulo de visão, a necessária unidirecionalidade da câmera impedia o registro de alguns aspectos interacionais importantes (como, por exemplo, direcionamentos de olhar de participantes que estavam de costas para a câmera). Como lembram ZUENGLER et al. (1998, p. 12-13, ênfase no original),

uma única câmera não consegue captar a perspectiva frontal de dois ou mais participantes em uma interação face a face. Simplesmente não há posição a partir da qual a câmera possa captar a expressão facial e o movimento corporal completos de cada participante *tal como vistos pelo outro participante*.

Portanto, a fim de amenizar essas limitações do uso de apenas uma câmera, na última geração de registros, operou-se com duas câmeras, gravando simultaneamente o encontro a partir de dois ângulos de vista diferentes. Esse procedimento necessariamente duplicou os custos com material de consumo – as fitas de vídeo – e também o trabalho de assistir duas vezes à mesma interação, mas houve um avanço analítico em relação às gravações anteriores quanto à maior riqueza de detalhes registrados e à conseqüente confiança em uma maior aproximação da perspectivaêmica dos participantes no momento da interação.

Com relação ao segundo aspecto (a disponibilidade de fitas virgens sobressalentes), ocorreu a seguinte situação. Nas primeiras gravações, foram utilizadas fitas de VHS-C de 30 minutos de duração em velocidade máxima. A fim de reduzir o número de trocas de fita durante a gravação e o conseqüente número de fitas para serem guardadas, foram adquiridas, para as gravações seguintes, fitas de VHS-C capazes de registrar 45 minutos em velocidade máxima. Entretanto, no momento da gravação, observou-se que as fitas não estavam “rendendo” tanto quanto o esperado e, mais tarde, na visualização, observou-se que cada uma dessas fitas efetivamente não gravara 45 minutos, mas apenas 30 minutos. Em razão de tal problema não ter sido previsto e, portanto, de não ter havido planejamento de compra de fitas sobressalentes, o número de fitas disponíveis no momento da gravação acabou não sendo suficiente para registrar o evento completo. Para as gravações seguintes, abandonou-se o emprego de fitas de 45 minutos (a fim de não se correr mais o risco do mesmo problema) e, além disso, adotou-se a prática de adquirir, por segurança, o dobro do número de fitas que se planejava usar efetivamente²⁴.

²⁴ Apesar do alto custo envolvido na aquisição de um grande número de fitas, concordo com Goodwin (1993, p. 190) quando diz que, “depois de todo trabalho e esforço que você investe em conseguir o cenário em que você quer filmar e do custo do equipamento [de filmagem], o custo das fitas é irrisório. Você quer gravar tudo o que puder. Traga fitas suficientes, certamente mais do que você acha que vai usar. Você não consegue prever quando coisas interessantes vão acontecer.” Mesmo tendo tido acesso a essa recomendação antes das gravações, foi apenas o enfrentamento com a dificuldade que me despertou para a importância central desse aspecto.

2.3.2 Os cenários

A escolha dos cenários enfocados obedeceu, principalmente, a dois critérios: o primeiro diz respeito ao acesso. Sendo uma questão central para as considerações éticas de pesquisas que envolvem seres humanos, a obtenção do consentimento informado de todos os participantes gravados determinou a possibilidade de fazer as gravações, limitando, portanto, as interações analisadas àquelas que foram autorizadas para a pesquisa. Assim, as gravações das interações face a face que subsidiaram o presente trabalho foram feitas apenas mediante o consentimento, por escrito, de todos os presentes em cada filmagem (modelo de consentimento consta no Anexo III, adaptado de Almeida, 2004).

O segundo critério diz respeito à variedade (de participantes e de atividades). A fim de evitar um estudo das idiosincrasias ou de atividades de apenas um grupo, possibilitando uma análise mais abrangente sobre a incidência e a operação dos fenômenos analíticos de interesse, buscou-se, sempre que possível, ocasiões cujos participantes diferissem das demais e também cujos propósitos dos encontros fossem os mais variados possíveis. Não foi feito, portanto, acompanhamento longitudinal de nenhum grupo em nenhum cenário particular.

As gravações foram feitas entre julho de 2004 e junho de 2005, e, de modo geral, os encontros enfocados envolviam uma configuração espacial mais ou menos estável dos participantes (ou seja, havia pouco deslocamento dos participantes entre diferentes espaços), tipicamente incluindo momentos de preparo ou de consumo de refeições em torno de uma mesa, o que, justamente, obrigava os participantes a limitarem seu deslocamento. A escolha por esse tipo de cenário mais estático deveu-se, principalmente, a limitações técnicas (ausência de um operador de câmera para seguir as movimentações dos participantes, já que a pesquisadora era também participante das ocasiões), mas também por recomendações de que a geração de imagens envolvesse o mínimo de movimentação de câmera possível, o que torna

mais agradável a posterior visualização repetida do material (GOODWIN, 1993, p. 190, 194; HAVE, 1999, p. 73) e diminui o tamanho final dos arquivos quando da digitalização dos registros (HAVE, 1999, p. 73).

Pouco mais de oito horas de registros foram efetivamente geradas, dividindo-se em cinco ocasiões, abaixo brevemente descritas:

Ocasião 1: trata-se de um jantar de encontro de colegas de colégio na residência de um deles, na presença da mãe e da irmã do anfitrião, totalizando 10 pessoas em torno da mesa. A gravação inicia quando a mesa já está posta e alguns ainda estão se sentando, não tendo sido registrado o preparo anterior da refeição, e termina depois que todos se levantam da mesa. O propósito principal do encontro era a produção de um vídeo caseiro de ficção entre os colegas, dando continuidade a um tipo de atividade que o grupo já havia desenvolvido no ano anterior. A refeição registrada ocorreu em meio aos preparativos para essa atividade.

Ocasião 2: trata-se de um encontro de três mulheres na residência de uma delas com a finalidade de testar uma receita que uma delas irá preparar no almoço para colegas de trabalho na semana seguinte. A gravação foi feita na cozinha e começa com o início do preparo da receita, findando antes de sua conclusão (essa foi uma das ocasiões em que houve problemas com as fitas de 45 minutos).

Ocasião 3: trata-se de um chá da tarde de reencontro entre quatro ex-colegas de colégio, na residência de uma delas. A gravação inicia com as participantes já sentadas à mesa e termina antes que elas se retirem (novamente, nesse caso, houve problemas com as fitas de 45 minutos).

Ocasião 4: trata-se de um jantar organizado por quatro primas, na residência de uma delas, contando com a presença, também, dos namorados de duas delas e de mais um amigo de um dos rapazes, totalizando sete pessoas. A gravação foi feita na sala, iniciando-se com a chegada dos primeiros participantes, incluindo a refeição (cujo preparo, na cozinha, não foi

registrado) e terminando quando, após a refeição, os participantes se encaminham para iniciar uma partida de jogo de tabuleiro. Durante essa gravação, a movimentação dos participantes entre a sala e a cozinha foi considerável; entretanto, como essa gravação foi feita apenas com uma câmera, não foi possível acompanhar todos os deslocamentos.

Ocasião 5: trata-se de um jantar entre seis mulheres, três delas sendo ex-colegas de faculdade, sendo que algumas já se conheciam de antemão e outras não. A gravação ocorreu na copa-cozinha da residência de uma delas e iniciou-se com a chegada das primeiras participantes, incluiu o preparo e o consumo da refeição e terminou após o final da mesma, quando todas se levantam da mesa e começam a ir embora.

Ainda, cabe a observação de que, no capítulo de análise, os fragmentos a serem analisados serão assim identificados:

Exemplo:

(1)

5_(v6-1)_00:30:00

Primeira linha:

(1): numeração seqüencial do fragmento conforme ordem de apresentação no capítulo;

Segunda linha:

5: número da ocasião da qual o fragmento foi extraído. Nesse caso, o fragmento corresponde à ocasião 5;

(v6-1): identificação da fita em que está o fragmento. Nesse caso, o fragmento está na fita de vídeo 6-1;

00:30:00: identificação, em horas, minutos e segundos, do ponto da fita em que o fragmento inicia. Nesse caso, o fragmento inicia aos 30 minutos da respectiva fita.

Tendo apresentado a orientação teórica e os procedimentos metodológicos e analíticos deste trabalho, passo, no capítulo seguinte, à análise dos dados.

3. CORREÇÃO PELO OUTRO EM DISCORDÂNCIA: ANÁLISES DE DADOS

No presente capítulo, apresentam-se seqüências de discordâncias levadas adiante por correções pelo outro a partir de suas ocorrências no presente *corpus* de interações cotidianas face a face. Discute-se, inicialmente, a relação entre a correção pelo outro e o reparo no contexto de discordâncias e, a seguir, após tratar da organização seqüencial das correções pelo outro, apresentam-se algumas de suas implicações em comparação com outros recursos para construir discordâncias. Além disso, discute-se a ocorrência de índices de despreferência associados ao investimento dos participantes numa disputa com correção pelo outro nos dados da presente pesquisa.

3.1 RILCO OU CORREÇÃO PELO OUTRO

O fenômeno de reparo iniciado e levado a cabo pelo outro (RILCO), em que os participantes assentem com a propriedade do reparo e, em seguida, retomam o curso de sua interação, já foi explorado em Garcez e Loder (2005) para interações em português brasileiro. Nos dados da presente pesquisa, também ocorreram RILCOs que não foram problematizados, encerrando-se no terceiro turno, em que o interlocutor reparado produz um simples registro do item oferecido como reparo:

(1)

5_(v6-1)_00:30:00

01	Fabi B.:	e daí: o- h::: .h::: o cara disse assim
02		ó- >o: cara que eu estava fica:ndo< ai vamos lá
03		em cima não sei o que ver como é que tá (0,6)
04		ver a vi:sta lá: do:: terra:ço do
05		apar[ta]me:nto,
06	(Mariana):	[h:]
07		(0,2)
08	(Mariana):	[[°()°
09	Fabi B.:	[[só que assim ó=

10 Larissa: =eu le::mbro [dessa história]
 11 Fabi B.: [para su]bi:r no terra:ço do
 12 apartame:[nto,
 13 Larissa: [>posso pegar,< ((o prato de Fabi B.))
 14 (0,2)
 15 Fabi B.: → tu tinha que pegar aquelas estradi:nhas::,=
 16 =(movimento c/ mãos simulando uma escada))
 17 Mariana: → escadi:nhas=
 18 Fabi B.: → =escadi:nhas: .h: de:::,
 19 (Virgínia): mari[nheiro]
 20 Fabi B.: [de:::]::, (0,2) de fe:rro assim sabe que
 21 tu sobe >imagina< eu de salto a:lto a Hilda de
 22 salto [a:lto,]
 23 Mariana: [olha que] romântico ((olhando para
 24 Virgínia))
 25 (.)
 26 Fabi B.: e da[í:::] o guri,
 27 Virgínia: [AH:::]

Nesse fragmento de uma narrativa de Fabiana Bastos (Fabi B.), a narradora produz o item *estradinhas* (linha 15), que Mariana (uma das ouvintes da história) aponta como problemático e sugere um substituto (linha 17, *escadinhas*). Nesse caso, a orientação dos participantes não parece ser para a produção de uma discordância, mas sim para o tratamento de um “lapso” na fala de Fabi que, caso não tivesse sido sanado, poderia implicar um problema de entendimento da platéia na continuidade da narrativa. A interlocutora Mariana, mesmo sem ser a narradora da história, identifica e (talvez pela movimentação de Fabi B. enquanto produz seu turno da linha 15) é capaz de produzir um substituto à fonte de problema, ao qual Fabi B. acata, incorporando-o (linha 18, *escadi:nhas:*) e seguindo a narrativa.

Nesses casos, tanto o participante que produz o reparo quanto o seu interlocutor, que é reparado, convergem quanto à adequação do RILCO naquela ocasião, orientando-se para um potencial problema de inteligibilidade no seguimento da interação, em nome do qual os interlocutores concordam que o problema apontado deve ser sanado. Assim, o que foi apontado como problemático é reconhecido pelo produtor do problema como um “lapso” seu que, após sanado, permite a retomada das atividades anteriores em curso (no caso do fragmento apresentado, a retomada da narrativa). A orientação dos participantes, nesse caso, é

para a correção do outro como parte da solução para um potencial problema de entendimento entre os participantes.

No entanto, em seqüências de discordância extensas (isto é, quando, no terceiro turno, o falante do turno inicial insiste na oposição), os participantes parecem não se orientar para a prática da correção pelo outro como estando a serviço da resolução de um problema de entendimento, como no RILCO acima. No fragmento a seguir, após a interrupção de uma narrativa de Fabi Bastos (Fabi B.) sobre Larissa (que é retomada no turno da linha 21), entra em pauta o tópico²⁵ “qual é o endereço eletrônico de Larissa”.

(2)

5_(v7-1)_00:34:08

01	Fabi F.:		[eu acho que é La]ri:-
02		não [é Lá: Bo:r]ges-ã,=	
03	Mariana:		[Lá Bo:rges]
04	Mariana:	=Lá Bo:[rges	
05	Fabi F.:		[Lá Bo:rges arroba:: yahoo: ponto
06		com ponto bê erre	
07		(0,2)	
08	Camila:		[[arroba bo:::l sei lá,]
09	Mariana:		[[ai eu sempre não sei nunca sei se é] yahoo
10		ponto co:m ou ponto com ponto bê erre	
11	Fabi F.:		°é [ponto com ponto bê erre°]
12	Larissa:		[tenho do::is::]
13		(,)	
14	Fabi B.:		da::í[:::]:-
15	(Larissa):		[°(deu,)°]
16	Fabi F.:		[e Cá: Va:rgas é essa daqui=
17		=((aponta para Camila))	
18		(.)	
19	Fabi F.:		ponto co:m

20		(0,4)		(0,7)
21	Fabi B.:	daí: eu sei que eu-		Camila:
22		eu disse para o cara		°ponto bê erre°
23		assim o:lha, (0,3) me		(0,7)
24		dá o teu telefone,		Fabi F.:
25		(0,2) aí eu pa:sso		[[°sem bê erre°]
26		para ela se ela quiser		Camila:
27		ela te li(h)ga(h):		[[depende de] qua:l
28		(0,7)		(1,0)
29				Fabi F.:
				(tem bê erre,)
				(0,2)
				Camila:
				da o:nde,
				(0,6)

²⁵ No âmbito do presente estudo, “tópico” está sendo usado como um equivalente de “aquilo sobre o que se está falando” na conversa. Sem ignorar, por um lado, a intensa discussão acerca da dificuldade de propor uma definição mais técnica para o conceito (BROWN e YULE, 1983, p. 68-124; MARCUSCHI, 2003, p. 76), e, por outro lado, o caráter não-estável, processual do tópico ao longo de uma interação, o uso que se faz do termo aqui é não-técnico, sendo empregado, para os propósitos específicos da discussão no presente trabalho, genericamente como sinônimo de “assunto”, “tema” sobre o qual os interagentes discutem.

30			Fabi F.:	do yahoo
31				(0,2)
32			Camila:	si::m
33				(0,5)
34			Fabi F.:	°(não me [le:]mbro)°
35			Camila:	[°é°]
36	():	.h:::		
37		(0,4)		
38	Fabi B.:	e ele <u>ah</u> mas ela não vai liga <u>r</u> aí eu digo se:i		
39		<u>lá</u> : né eu vou falar		

Após a sinalização de dúvida quanto ao endereço eletrônico de Larissa (linhas 01-11), com uma convergência, por fim, entre Mariana, Camila e Fabi Fonte em seguida da intervenção da própria Larissa esclarecendo qual é o seu endereço eletrônico (Larissa diz “tenho dois”, na linha 12), Fabi Fonte introduz um novo assunto, relacionado a “endereços eletrônicos”: enquanto Fabi Bastos tenta retomar a narrativa (suspensa antes do início deste fragmento) na linha 14 (com *da::í:::~*), Fabi Fonte abre um novo tópico, informando às demais interlocutoras sobre o endereço eletrônico de Camila (linha 16, *Cá Va:rgas é essa daqui*, e, linha 19, [o endereço de Cá Vargas termina em] *ponto co:m*). Enquanto Fabi Bastos dá prosseguimento à narrativa (coluna da esquerda), Camila, a seguir (linha 21, na coluna da direita), objeta a afirmação de Fabi Fonte propondo *ponto com* como problemático (incompleto) e apresentando *ponto bê erre*, a ser acrescido a *ponto com*, como a solução (isto é, como a correção do turno de Fabi Fonte). Se, por um lado, Camila poderia estar propondo que há um problema de produção no turno de Fabi Fonte que poderia implicar algum problema de entendimento no seguimento da interação, essa não parece ser a interpretação de Fabi Fonte. Na linha 23, Fabi Fonte não registra recibo da substituição apontada por Camila, assentindo com a adequação da correção de Camila, mas insiste em sua posição anterior, negando o item proposto por Camila como correto (Fabi F. diz, na linha 23, *sem bê erre*) e, assim, fazendo avançar uma discordância.

No entanto, em sobreposição a esse turno oponente de Fabi Fonte, Camila produz um movimento espontâneo de recuo parcial de sua posição até então assertivamente produzida

(linha 24, *depende de qua:l*), acenando para a existência de alguma possibilidade de haver um endereço sem o *bê erre*, tal como afirma Fabi Fonte. Nesse caso, o recuo de Camila evidencia dois aspectos. Em primeiro lugar, aponta que um problema de entendimento (nesse caso, de estabelecimento de referentes diversos) pode estar em curso: enquanto Fabi Fonte afirma o *sem bê erre* considerando um dos endereços de Camila, ela, por sua vez, ao afirmar que o endereço tem *ponto bê erre* ao final, pode estar considerando um outro endereço seu. Em segundo lugar, justamente porque Camila aponta esse possível problema de entendimento nesse ponto da interação (isto é, depois que a discordância já foi instaurada), isso evidencia que a produção de seu turno da linha 21 não estava orientada, ela mesma, para sanar um problema de entendimento, mas, pelo contrário, avançava um posicionamento oposto ao de Fabi Fonte assumindo que havia entendido o turno da linha 19. É, então, em nome da solução desse potencial problema de entendimento que Camila estaria recuando.

Em seguida dessa sobreposição de Fabi Fonte e Camila (linhas 23-24), após um silêncio (linha 25), Fabi Fonte também produz um recuo de sua parte (linha 26, *tem bê erre*), pondo em dúvida a sua própria posição anterior e solicitando de Camila a confirmação de sua afirmação da linha 21.

Após a pergunta de Fabi, mas antes de respondê-la, Camila produz uma pergunta de volta a Fabi Fonte (*da onde*, na linha 28), ainda orientada para sanar o (possível) problema de referentes diversos antes de prosseguir na discordância. É, então, apenas depois de Fabi Fonte explicitar o ponto de partida para sua posição (esclarecendo que seu referente é o endereço *do yahoo*, na linha 30), e, assim, resolver o potencial desentendimento em meio a essa discordância, que Camila responde à pergunta de Fabi Fonte (na linha 32, *sim*), reafirmando sua posição inicial no debate de que seu endereço eletrônico *tem bê erre*.

O que se segue, na linha 34, é um recuo definitivo de Fabi Fonte da posição que defendia, apresentando uma justificativa (*não me lembro*) para a produção do item inicial

(*ponto com/sem bê erre*, linhas 19 e 23), que ficou, agora, sequencialmente explicitado como *errôneo*.

O que a análise desse fragmento evidencia é que as correções pelo outro, produzidas por Camila em relação a Fabi Fonte (linha 21) e por Fabi Fonte em relação a Camila (linha 23), ao contrário do que ocorre no fragmento (1) analisado acima, não estão engajadas em sanar um potencial problema de entendimento, não sendo, por isso, partes de uma seqüência de reparo. Pelo contrário, na medida em que assumem que há entendimento mútuo, as participantes produzem as correções pelo outro aqui promovendo o avanço da discordância. É porque entendem a posição de sua interlocutora que são capazes de opor-se a ela, propondo como correto um outro item. Apenas depois que a discordância já foi instaurada com correções mútuas é que, suspendendo a oposição, um potencial problema de entendimento entra em pauta, após a resolução do qual as participantes retornam ao debate, resolvendo-o. As participantes orientam-se, portanto, para a correção pelo outro e para a resolução de problemas de entendimento como questões diferentes nas seqüências de discordância.

Assim, creio ser mais apropriado, nas análises deste capítulo, utilizar apenas o termo “correção” pelo outro em lugar de RILCO, na medida em que os interlocutores, nas seqüências de discordância, não parecem considerar o uso da correção como envolvido na resolução de algum potencial problema de entendimento (portanto, não estando vinculado a uma seqüência de reparo). Pelo contrário, é por assumir-se que não há problemas de entendimento que o emprego da correção pelo outro em discordâncias faz avançar a oposição.

Passo, a seguir, a apresentar seqüências de discordância levadas a cabo por correções pelo outro, apontando em que ponto de uma discordância as correções podem ocorrer e discutindo uma implicação de seu emprego.

3.2 CORREÇÃO PELO OUTRO EM SEQUÊNCIAS DE DISCORDÂNCIA

O apontamento de um item no turno anterior e a oferta de um seu substituto pode ser uma maneira de iniciar uma discordância. No excerto a seguir, Mauro está jogando truco com Gil; Eric, Priscila, Maria Elisa e Maria Lúcia²⁶ estão nas proximidades, sentados em um sofá. Neste momento, estão comentando sobre a maneira peculiar de Mauro organizar suas cartas durante o jogo de canastra (os primeiros turnos de Mauro e Eric, não numerados, estão tratando desse tópico), ponto em que Priscila recorda o seguinte fato:

(3)

4_(v3)_00:05:00

Mauro:	para bo- para mostrar para eles entede:rem eu	
	s: (0,3) >s: s:<	
Eric:	[[para eles poderem entender]	
01 Priscila:	[[ELE GANHOU A PRIMEIRA VE][:Z] NA VIda de=	
02 (Mauro):	[tá]	
03 Priscila:	=mi:m ontem por causa de um sete de copas	
04	(0,4)	
05 (Mauro):	ah::[::::]	
06 Priscila:	[desgra]çado=	
07 Mauro:	→ =foi- foi na segunda roda:da	
08	(0,4)	
09 Priscila:	ã-=	
10 Eric:	=(prime:ira [vez,])	
11 Mauro:	[>envi]do<]	
12 Priscila:	→ [QUE SEGUN]DA RODA::DA Mauro TU	
13	→ GANHOU NA ÚL::TIMA	
14	(0,6)	
15 Gil:	[[eu que:ro	
16 Priscila:	[[ã::: (olhando para M ^a L. e M ^a E.))	
17	(0,6) ((M ^a E. sorri e olha para Priscila))	
18 Maria Lúcia:	ã: hã ((riso))	
19 Mauro:	três a [um]	
20 Maria Lúcia:	[hã]	
21 Gil:	três a um	
22	(2,0)	
23 Priscila:	quando é que tu ganhou	Eric: ° ()°
24	meu amor,	(0,8)
25	(1,1)	M ^a Elisa: ° ()° ((vira p/ Eric))
26 Mauro:	na segunda roda::da tu	(0,4)
27	me deu (em dô) aí	Eric: ° (canastra)°
28	>aquele sete lá aí	(.)

²⁶ Em algumas das transcrições desta ocasião, os pseudônimos de alguns participantes foram abreviados por razões de economia de espaço na transcrição. Assim, “M^a E.” corresponde a “Maria Elisa” e “M^a L.” corresponde a “Maria Lúcia”.

29		[o resto eu-<]		M ^a Elisa:	° (truco) °
30	Priscila:	[ã: ã:]=(<i>assente</i>			(0,3)
31		<i>negativamente com a</i>		Eric:	° (ah truco) °
32		<i>cabeça uma vez</i>)			(0,5)
33		(3,2)		M ^a Elisa:	° (canastra já joguei) °
34	Mauro:	(truco <u>er</u>)		Eric:	° (é) °
35		(4,4)			
36	Gil:	que:ro			

37		(2,2)			
38	Gil:	(i:: i::: bá:::)=			
39	Mauro:	=ã >hã hã hã:<			
40		(0,2)			
41	Maria Elisa:	[[Hã Hã Hã] Hã [.h:: hã hã hã			
42	Gil:	[[me rendi:]]			
43	Eric:		[hã hã hã hã		
44	Mauro:	[[HÁ HÁ:::			
45	Gil:	[[olha ali ó			

Nesta ocorrência, após a menção de Priscila ao fato de Mauro ter ganhado dela pela primeira vez (linhas 01 e 03), Mauro complementa o relato, informando que o fato ocorreu na segunda rodada (linha 07), e, a seguir, Priscila, em tom de voz elevado (marcado pelas letras maiúsculas), aponta um problema no turno de Mauro (turnos 12-13, *que segunda rodada Mauro*) e apresenta um substituto (*tu ganhou na última*).

Imediatamente, Mauro não responde à oposição de Priscila. Após o silêncio na linha 14, Priscila produz o que parece ser um suspiro (linha 16) dirigindo o olhar a Maria Lúcia e Maria Elisa, e Maria Lúcia ri (linha 18), enquanto Mauro e Gil continuam jogando truco (linhas 11 e 15). É apenas após o final da partida (sinalizado nos turnos 19 e 21 de Mauro e Gil, em que acertam o placar antes da próxima rodada) que Priscila se manifesta, solicitando um próximo movimento de Mauro que lide explicitamente com sua correção (linhas 23-24, *quando é que tu ganhou meu amor*). No entanto, o que Mauro produz a seguir não é um assentimento público com a adequação da proposta de Priscila, mas sim uma reafirmação de sua posição anterior (linhas 26-29, *na segunda rodada tu me deu (em dô) aí aquele sete lá aí o resto eu-*).

Observe-se, no entanto, que a disputa através das correções produzidas de parte a parte não se resume a uma discussão sobre quais são os termos adequados a uma versão “correta”

do fato. Trata-se, mais amplamente, de um questionamento sobre a autoridade de cada um para afirmar o que afirma, de uma disputa de quem sabe mais sobre o fato como um todo. Portanto, está em “questão não apenas o que foi dito, mas também a competência geral de alguém que poderia produzir tal fala” (GOODWIN, 1990, p. 149). Assim, na medida em que substitui *segunda rodada* por *última* (linha 13), Priscila está pondo em dúvida a condição de Mauro para co-produzir o relato do fato. Da mesma forma, a seguir, na medida em que propõe a substituição de *última* por *segunda* (linha 26), além de rejeitar a alternativa proposta por Priscila, Mauro está pondo em questão o *status* de Priscila para narrar o fato.

É justamente a exposição e o questionamento da autoridade da parte oponente que o emprego de correções pelo outro em seqüências de discordância parece promover: “Ao fornecer [a] correção, o opositor da fala anterior representa o falante anterior como carente de capacidade ou de competência para remediar ele mesmo/ela mesma o erro” (GOODWIN, 1990, p. 146).

Ainda, o fato de que o falante que corrige, além de indicar o problema no turno anterior, apresenta-lhe o substituto (supostamente) adequado aponta não só para o questionamento da autoridade do interlocutor, mas também para a caracterização de si próprio como detendo *status* de conhecimento superior ao do interlocutor (cf. GARCEZ e LODER, 2005, p. 291). Assim, o uso da correção pelo outro “não simplesmente retrata seu interlocutor como defeituoso, mas mais exatamente invoca uma relação particular entre o falante e o interlocutor que categoriza cada um desses participantes de uma maneira alternativa” (GOODWIN, 1990, p. 149). Portanto, a correção pelo outro não apenas põe em dúvida a autoridade do interlocutor em si, mas centralmente expõe o contraste entre os *status* dos participantes, propondo que, enquanto o interlocutor é desprovido da informação adequada, o falante seja alçado à posição de participante mais legitimado a falar sobre o assunto. Na medida em que a seqüência de discordância se desdobra, com a reiteração das correções de

parte a parte, essa (alegada) assimetria ou diferença de *status* entre os interlocutores (ver NORRICK, 1991, p. 78; WEEKS, 1985, p. 231) acaba-se tornando o foco interacional, e a interlocução centra-se na resistência dos interagentes à atribuição de sua não-legitimidade pelo oponente, retornando essa mesma atribuição ao interlocutor.

Observe-se, no entanto, que a autoridade a que se faz referência aqui diz respeito não necessária e exclusivamente ao domínio que os participantes têm de recursos lingüísticos e gramaticais da língua de interação (questões de pronúncia, seleção lexical, construção sintática, etc.), como é o caso, por exemplo, das correções observadas em cenários escolares por Norrick (1991) e Weeks (1985). Embora aspectos mais estritamente vinculados à expressão lingüística possam se tornar interacionalmente relevantes no tipo de cenário (não escolar) observado no presente trabalho (ver fragmento 5 a seguir), a autoridade a que faço referência aqui está mais vinculada a uma posição de sabedor em que o interlocutor se apresenta na interação, à sua apresentação como conhecedor do tópico interacional corrente, o que o habilita a fazer as afirmações que faz, a dizer o que diz. É apenas no confronto com um outro interagente, que também se coloca, ele mesmo, como tendo domínio informacional sobre o tema da interação, que a condição de conhecedor do primeiro participante é posta em dúvida. Já tendo sido observada por Heritage e Raymond (2005) como subjacente a seqüências de concordância, essa negociação e sinalização de quem tem acesso à informação e, por conseguinte, quem tem mais autoridade e legitimidade para falar sobre o assunto está ainda mais central e acirradamente em pauta em seqüências de discordância, tomando conta do foco interacional especialmente nas seqüências levadas a cabo por correções pelo outro.

Esse entendimento da noção de autoridade, de certa forma, parte da observação de Jefferson (1987) de que a correção (exposta, isto é, aquela em que a atividade de corrigir torna-se o cerne da interação, como no caso da correção nas seqüências de discordância que analisamos aqui) expõe, aponta explicitamente para “um lapso de competência e/ou conduta

do interlocutor, o que propicia a ocorrência de justificativas, pedidos de desculpa, etc.” do falante corrigido pela produção da fonte de problema (JEFFERSON, 1987, p. 80). No entanto, com a rejeição da correção e, conseqüentemente, com a reiteração de seu turno original (que é o que ocorre nas correções em seqüências estendidas de discordância), o falante inicial não produz justificativas ou pedidos de desculpa, e o que era inicialmente um índice de um lapso do falante (aos olhos do corretor) passa a ser (pela insistência do corrigido em rejeitar a correção) um índice da falta de conhecimento do falante sobre o assunto. De certo modo, o questionamento de autoridade que é flagrado em seqüências de discordância extensa é um agravamento do aspecto que Jefferson (1987) observa como inerente às correções expostas em geral.

No caso do fragmento sob análise, um outro aspecto deixa ainda mais evidente a centralidade da orientação dos participantes para a questão da disputa de autoridade de cada parte. O fato de que o relato está sendo produzido para uma platéia expõe também publicamente essas atribuições mútuas de falta de conhecimento produzidas durante a discordância. Assim, não se trata apenas de esclarecer, entre os dois participantes envolvidos na discordância (Mauro e Priscila), quem tem legitimidade para dizer o que é, portanto, qual o item é correto, mas se trata, mais ampla e especialmente, de esclarecer essas questões diante da platéia.

A perseguição de Priscila de um registro público de Mauro sobre a correção feita por ela sobre o turno dele (e, portanto, da falta de autoridade sendo imputada a ele) parece ser sensível à presença (e à atenção) dessa platéia. Observe-se que, enquanto Priscila está solicitando a resposta de Mauro à sua ação anterior (linhas 23-24), dois dos três ouvintes do relato (Eric e Maria Elisa) se engajam em uma interação paralela (coluna da direita). Essa desatenção de parte da platéia ao seguimento da discussão parece contribuir para os movimentos a seguir.

Em sobreposição com o final do turno de Mauro (linhas 26-29), Priscila produz o turno opositivo da linha 30 com menos veemência (sem tom de voz alto), acompanhado de um balanço de cabeça, e no qual Priscila apenas nega a versão de Mauro, sem repetir sua formulação original das linhas 12-13. A seguir, quando poderia prosseguir no debate, Mauro não acrescenta mais nenhum turno opositivo para dar continuidade à discussão e engaja-se em uma nova rodada de truco (linha 34).

Nesse caso, fica em aberto a conclusão da discordância e, conseqüentemente, a avaliação de qual versão é válida, sem que os próprios protagonistas consigam chegar a um consenso. No entanto, o desinteresse de parte da platéia pelo resultado do debate (já que se engajam em uma interação paralela) parece ter contribuído para a desistência de ambas as partes em disputa de persistirem no debate, e, portanto, de decidirem sobre as imputações mútuas de falta de autoridade publicamente apresentadas.

Assim, a correção pelo outro pode ser um recurso para iniciar uma discordância, enfocando um item ou expressão do turno anterior do interlocutor e, ao fazê-lo, implicando não apenas uma oposição de posições, mas também um questionamento da condição do oponente de afirmar o que afirma.

Além de desencadear o início de uma discordância, uma correção pelo outro pode também ocorrer numa seqüência de disputa já iniciada, como um novo movimento opositivo que faz avançar a discordância, aqui também colocando em jogo a autoridade do interlocutor corrigido sobre o que está dizendo.

O exemplo a seguir é de uma interação em que quatro participantes se encontram no ponto de definir se uma conhecida comum, não presente, está ou não com um novo namorado. O destino de viagem da amiga torna-se um ponto de discussão:

(4)
3_(v1)_00:23:26

	Priscila:	ela fez: penal eu fiz civi:l (0,6)		
01	Renata:	m:::::		Juliana: ai pena::l eu (queria)
02	Priscila:	e daí eu encontrei		(1,5)
03		eles lá no <u>brisé:</u>		Juliana: eu queria ser da-
04		shopping		promoto:ra
05	Renata:	eles quem,		(0,7)
06		(0,2)		Larissa: como assi:m,
07	Priscila:	que eles fora::m,		(0,7)
08	Renata:	e:les <u>que</u> :m, (h:)		Juliana: (>°hm hm hm°<)
09	Priscila:	o- a <u>Luciã</u> :na e o		Larissa: <u>quê</u> ::,
10		namora:do		(2,6)
11		(1,9)		
12	Renata:	QUE NAMORA::DO,		
13		(.)		
14	Priscila:	não se:::i não é:: a Luciana e o namora:do::,		
15	Renata:	>a Lu[ciana tá de-<] >a Luciana tá de=		
16	Larissa:	[si::m]		
17	Renata:	=namora:do:,<=		
18	(Larissa):	=tá:::		
19	Renata:	desde qua::ndo,=		
20	Priscila:	=ué:: d- [eu <u>a</u> ::cho que é o namo]r↑a::do né=		
21	Renata:	[(bá tô por fo:ra)]		
22	Priscila:	=gurias::[:]::,,, pelo que eu::=-		
23	Larissa:	[é:]		
24	Juliana:	→ =não se:i se é tão sério		
25		(0,4)		
26	Larissa:	e eu acho que [°(é)°]		
27	Priscila:	→ [e ela] tá em Búzios com quem,		
28		(.)		
29	Juliana:	→ sei lá[::]:: não TÁ em Búzios tá no Rio de=		
30	Priscila:	[sozi:nha,]		
31	Juliana:	→ =Jane::iro (vai:::-)		
32	Renata:	[[é Bú::zios]		
33	Larissa:	[[mas ela não ia para] Bú:zios ou A:ngra::,=		
34	Juliana:	=não ela ia para Ri- para o Ri:o ela di[sse		
35	Priscila:	[ela		
36		colocou Bú:zios=		
37	Renata:	=[[Búzios]		
38	Juliana:	=[[(cidade] Ri:[o]		
39	Priscila:	[Búzios=		
40	(Juliana):	=[[é,]		
41	Larissa:	=[[<u>on</u>]de que ela co[locou,		
42	Priscila:	[colocou Bú:zios		
43		(.)		
44	Priscila:	no <u>ema</u> ::il		
45		(.)		
46	Priscila:	Bú:zios		
47	Larissa:	[[ela te man]dou um <u>ema</u> :il,		
48	Renata:	[[()]		
49	Priscila:	<u>m</u> para [todo mundo		
50	Juliana:	[para todo <u>mu</u> ::ndo Larissa=		

51 Renata: =é: logo [depois que] a gente:: marcou:[:: lá,
52 Larissa: [ah é::,] [eu não
53 recebi(h)=
54 Priscila: =tá:: não se:i ela estava com um ca::ra eu
55 [suponho que seja] o namo[ra::do
56 Larissa: [eu não recebi]
57 Renata: [pô:: e eu perguntei
58 para e:la aquele di:a e ela não falou na:da=
59 Juliana: tá com quem que ela fo:i da(h)í então,
60 Priscila: AH:: eu [vi ela com um ca:ra ela ta]va ali com=
61 Renata: [()]
62 Priscila: =um ca:ra sozinha ela e o ca:ra=
63 Renata: =tá mas ela [(),]
64 Priscila: [de mão da:::da] tu::do como
65 namora:do=

Aqui, o excerto de discordância em destaque surge após o questionamento de Renata (*QUE NAMORADO*), acerca da afirmação de Priscila no turno das linhas 09-10 (*Luciana e o namorado*). No turno da linha 14, Priscila recua de sua afirmação, buscando o apoio das duas outras participantes (com a pergunta *não é a Luciana e o namorado*), orientando-se para elas como interagentes que teriam conhecimento do fato. Uma delas (Larissa), nas linhas 16 e 18, confirma a afirmação de Priscila, mas a outra (Juliana) permanece sem participação. No seu próximo turno, Priscila, mais uma vez, busca a confirmação das outras duas participantes, endereçando o turno a elas (*gurias*) (linhas 20 e 22, *eu acho que é o namorado né gurias*). No entanto, antes que Priscila possa concluir seu turno (*pelo que eu-*), Juliana, a participante até então silenciosa, inicia uma oposição (linha 24) sobre a afirmação de Priscila (e, conseqüentemente, sobre a posição de Larissa também, que confirmara, nas linhas 16, 18 e 23, a afirmação de Priscila), amenizando a certeza de que se trata, de fato, de um namorado (*não sei se é tão sério*).

A seguir, nas linhas 27 e 30, Priscila insiste na discordância propondo uma pergunta-desafio (*e ela tá em Búzios com quem, sozinha*), instando Juliana a defender sua posição (de que Luciana não estaria com namorado). No entanto, na composição dessa pergunta, a interlocutora (Juliana) encontra um item problemático (*Búzios*), que, ao ser focado, abre uma nova seqüência de discordância (sobre o destino de Luciana) através de uma correção

pelo outro, inserida na discordância maior sobre Luciana estar ou não com namorado (linhas 29 e 31 *não tá em Búzios tá no Rio de Janeiro*).

Observe-se que o fato de que Juliana tenha empregado uma correção aponta como problemático não só o elemento produzido por Priscila em seu turno, mas também a sua posição para saber sobre a vida de Luciana. Se, conforme a imputação de Juliana, Priscila está equivocada quanto ao destino de Luciana, fica sob risco também a posição de Priscila de afirmar que Luciana tem um namorado.

A seguir, em vez de a participante (Priscila) que produziu o item apontado como problemático (Búzios) se manifestar, nas linhas 32 e 33, as outras duas participantes se manifestam. Uma delas (Renata) se opõe à proposta de Juliana, asseverando, novamente, o item *Búzios*, e, ao fazê-lo, além de alinhar-se com Priscila, questiona a posição de Juliana de afirmar saber mais do que suas interlocutoras sobre Luciana. A outra participante (Larissa) propõe uma pergunta com o item apontado como problemático (*Búzios*), indicando oposição à proposta de Juliana (*Rio de Janeiro*), mas trazendo à tona também um terceiro item (*Angra*). É a pergunta de Larissa que é respondida por Juliana a seguir, (*ela não ia para Búzios ou Angra, / não ela ia para Ri- para o Ri:o*, na linha 34), que, além de ser uma resposta, torna-se mais uma oportunidade para Juliana reafirmar sua posição. Assim, a terceira possibilidade levantada por Larissa (*Angra*) é rejeitada, e sua participação no debate se encerra. Observe-se que, no final do turno de Juliana (linha 34), pouco antes da sobreposição com o próximo turno, a interagente traz o respaldo de Luciana (*ela*), que é o próprio sujeito sobre quem se está falando, para sua posição (*para o Ri:o ela disse*).

No entanto, é esse também o recurso de defesa de Priscila a seguir, que, ao retornar pela primeira vez após ter sido corrigida por Juliana (nas linhas 29 e 31), inicia o turno com *ela colocou* e repete sua posição (*ela colocou Búzios*, linhas 35-36), imputando de volta para Juliana a falta de autoridade para afirmar o que afirma. Imediatamente a seguir, Renata

respalda, mais uma vez, a posição de Priscila (*Búzios*, na linha 37), de certa forma “ecoando” o turno das linhas 35-36 de Priscila e conferindo ainda mais força para a defesa de que o item correto é *Búzios*. Na linha 38, Juliana, pela última vez, repete o item que defende (*cidade Ri:o*), e, na linha 39, Priscila, em sobreposição final, repete *Búzios*. É depois dessa reiteração que Juliana recua de sua posição (linha 40, *é*), não só deixando de insistir no item oposto ao asseverado por Priscila e Renata, mas também, ao fazê-lo, reconhecendo a possibilidade da imputação de ignorância de suas interlocutoras sobre si.

Assim, a posição de Priscila quanto a saber da vida de Luciana (não apenas sobre seu destino, mas também sobre seu namorado) acaba fortalecida, de modo que, Priscila torna-se a provedora autorizada da informação, repetindo, a seguir, o item *Búzios* (linha 42). Em sobreposição inicial com Juliana e final com Priscila, Larissa (linha 41) inicia reparo sobre o turno das linhas 35-36, acerca do termo *colocar* que Priscila usa. Priscila responde *no email* e, a seguir, reafirma, pela última vez, a posição que permanece depois da discussão: Luciana foi para *Búzios* (linha 46). Após uma seqüência (linhas 47 a 53) em que esclarecem a respeito do *e-mail* enviado por Luciana, referido como a fonte da informação de Priscila, Priscila traz, novamente, a questão em suspenso a respeito de Luciana e seu pretense namorado (linhas 54-55), dessa vez sem objeções de Juliana.

Nesse caso, a correção pelo outro foi empregada numa seqüência de discordância já em andamento, promovendo a problematização de um item que é, na verdade, parte da discussão maior, que continua após a discussão desencadeada pela correção ser resolvida.

Novamente, há aqui um enfoque não apenas sobre o item em discussão, mas também sobre quem tem condições de dizer o que sobre o tópico em pauta, propondo um questionamento sobre a autoridade do interlocutor em relação ao tema atual. No entanto, diferentemente do fragmento anterior, em que a acusação de equívoco do item imputava a falta de legitimidade do interlocutor sobre o tópico do qual o item fazia parte (a rodada em

que Mauro ganhou de Priscila), aqui, questionar o item não impacta apenas sobre o tema atual (o destino da amiga, se Búzios ou Rio), mas reflete, também, um questionamento maior acerca da autoridade da oponente para saber sobre a questão maior (saber se Luciana está ou não com namorado) e, portanto, sobre a vida de Luciana mais amplamente. Assim, a ocorrência de correção pelo outro em meio a uma seqüência de discordância maior implica um questionamento da autoridade dos participantes não apenas em relação ao tópico em que o item corrigível se localiza, mas também em relação ao assunto maior em discussão.

Por fim, a correção pelo outro pode ser um recurso também para pôr fim a uma seqüência de discordância. Ao contrário do excerto 4, discutido acima, em que, depois de uma discordância com correção pelo outro, os participantes retornaram ao debate iniciado antes, a correção pode ser empregada como uma saída para uma discordância anterior, deixando-a sem resolução.

O excerto a seguir ocorre durante um momento que, nos termos de Goffman (2002), poderíamos chamar de “estado de fala” (p. 18), em que os participantes, apesar de co-presentes, não estão engajados em uma atividade que envolva a produção contínua de uso da linguagem. Neste caso, os três participantes que se envolvem na discussão a seguir estão, após o jantar, sentados lado a lado (Maria Elisa sentada entre Eric e Maria Lúcia) e de frente para outros dois participantes que estão jogando cartas. Os três participantes em questão eventualmente fazem comentários sobre os jogadores de cartas. O segmento a seguir inicia com um turno de um dos jogadores (Mauro) para o outro (Gil) no final de uma rodada (*ó que li:xo* estaria dizendo respeito à jogada):

(5)
4_(v4)_00:13:50

01	Mauro:	não é melzinho na chupetinha não mas (ó que
02		li:xo)
03		(0,6)

04 Mauro: [[(para] ti)
05 Gil: [[(tá ruim cara)]

06		(0,7)		(.)
07	Mauro:	e o que é:: <u>i</u> :- e		M ^a Elisa: °(como <u>é</u> o bico para ti,)°
08		vamos lá e <u>joga</u> aí		(1,7)
09		(0,9)		M ^a Elisa: °(chupe:ta né,)° ((vira p/ Eric))
10	Gil:	é tu que joga		(2,0)=((Eric se vira p/ M ^a E.))
11		(0,3)		(Eric): °chupeta,°
12	Mauro:	ah tá e quero truço		(0,6) ((Eric com mão na boca;
13		então		M ^a Elisa acena cabeça
14		(0,8)		positivamente))
15	Gil:	(quero)		Eric: (o bi:co de vocês)
16		(6,6)		(0,9)
17				M ^a Lúcia: (a gente) fala bi:co ((vira
18				cabeça para Eric/M ^a Elisa))
19				(1,5)
20				M ^a Lúcia: não fala chu[peta ((olhar p/ frente))
21				M ^a Elisa: [(nunca usou
22				bi:co)
23				(0,2)

24 Maria Elisa: °tu fala chupeta Mauro,°
25 (1,1)
26 (Mauro): bi:co
27 (0,2)
28 Eric: o normal é chupeta=
29 Maria Elisa: =ah tá
30 (0,5)
31 Maria Elisa: não o normal é °()°=
32 Maria Lúcia: → =não o:- os [são pauli:nos=
33 Eric: [°chupeta°°]
34 Maria Lúcia: → =falam chupe:ta=((se reclina para frente))
35 (0,5)
36 Maria Elisa: → paulista:no:=(vira para M^a Lúcia com tapinha no
37 braço de M^a Lúcia)
38 (0,5)
39 Eric: → >são [pauli:no é para quem [torce] para o são]=
40 Maria Elisa: [ou é pauli: [sta-]
41 Maria Lúcia: [nã:] :o.]
42 Eric: =pa(h):ulo(h) (hã)<
43 (0,2)
44 Maria Elisa: [[ou (h)é] pauli:sta ou é paulista:no °(hã)°
45 Maria Lúcia: [[é:,]
46 (0,3)=((M^a L. retornando à posição reclinada no sofá))
47 Maria Elisa: (pauli:[sta -])
48 Eric: [paulistano é quem nas]ceu na [capita:l
49 Maria Lúcia: → [a::i vocês
50 → entenderam o [espírito ((sorrindo))
51 Maria Elisa: [pauli(h)::sta sã(h)o
52 pau[li(h):no,]
53 Maria Lúcia: [°h: h:°°] ((riso))
54 (1,6)
55 Maria Elisa: isso aí. tá ((com tapinha no braço de M^a Lúcia))
56 (0,3)
57 Maria Elisa: (tá bom)=
58 Mauro: =e carioca é carioca e::::,
59 (0,2)
60 Eric: fluminense

61 (0, 2)
 62 Mauro: fluminense

A menção de Mauro a *chupetinha* no turno inicial desse segmento parece motivar o tema para a interação paralela (iniciada na coluna da direita) inicialmente entre Maria Elisa e Eric. Maria Elisa produz uma pergunta (linha 07) para Eric, modificando o termo *chupetinha* para *bico*. Em seguida, sem ter obtido uma resposta (mesmo porque, até esse ponto, tanto Maria Elisa quanto Eric estavam com o olhar para frente, em direção aos jogadores), Maria Elisa, virando seu torso e olhar para Eric, recicla a pergunta com o termo *chupeta*, propondo-o como o termo usado por Eric (linha 09). A seguir, Eric, já com o olhar direcionado a Maria Elisa (linha 11), repete o termo proposto por Maria Elisa (pondo, a seguir, na linha 12, a mão fechada junto aos lábios simulando uma chupeta) e, na linha 15, confirma a proposta de Maria Elisa, destacando que o termo *bico* é *de vocês*. A seguir, Maria Lúcia entra na interlocução (linhas 17 e 20, *a gente fala bi:co não fala chupeta*) opondo os dois termos (*bico* e *chupeta*) e identificando-se com o grupo que fala *bico*.

Maria Elisa, no turno 24, dirige a palavra a Mauro (um dos jogadores na interação paralela), incluindo-o como participante ratificado, e querendo saber o uso que ele faz dos termos em questão, ao que Mauro responde *bi:co*. Antes que Maria Elisa possa dar o recibo pela resposta de Mauro à sua pergunta (*ah tá*, na linha 29), Eric produz uma avaliação acerca do uso dos termos: *o normal é chupeta* (linha 28). Após um atraso de 0,5 na linha 30, Maria Elisa produz um turno de oposição (linha 31), negando a avaliação de Eric e apresentando uma substituição (que o analista não consegue escutar), que é seguido pela contribuição de Maria Lúcia (linhas 32 e 34) e em meio à qual Eric ainda insiste em sua posição de que [o normal é] *chupeta* (linha 33). Estando, até então, reclinada no sofá à esquerda de Maria Elisa, Maria Lúcia movimentava seu tronco para frente durante a produção de seu turno nas linhas 32 e 34, ficando com os cotovelos apoiados sobre os joelhos, tendo melhor acesso visual a ambos

os interlocutores, e permanece nessa posição até o silêncio da linha 46, quando começa a retornar à posição reclinada no sofá.

Observe-se que esse turno de Maria Lúcia (linhas 32 e 34) apresenta um posicionamento interessante. Maria Lúcia diz: *não o:- os são paulinos falam chupe:ta*. Por um lado, ela se opõe a Maria Elisa, que afirma que o normal é bico, arguindo que *chupeta* seria o normal para *são paulinos* (e talvez também aí arguindo que Eric, por ser de São Paulo, tem razão em sua defesa). Por outro lado, se opõe a Eric (que afirma que *chupeta* é o normal) argumentando que esse seria um uso particular de *são paulinos*. Assim, a posição de Maria Lúcia, além de opor-se às duas posições em disputa, sofisticava a discussão porque introduz um argumento novo no debate (a avaliação do que é normal depende da região) que, até então, se constituía apenas de polarização de itens (*chupeta/bico*). Entretanto, na construção de seu turno, Maria Lúcia emprega um gentílico que Maria Elisa, e depois Eric, consideram problemático: *são paulino*. O que se segue não são apreciações, oposições ou alinhamentos com o argumento proposto por Maria Lúcia, nem uma continuação da disputa entre *chupeta* e *bico* de Eric e Maria Elisa; após um silêncio na linha 35, Maria Elisa produz uma correção (substituindo *são paulino* de Maria Lúcia por *paulistano*), à qual Eric adere a seguir (linhas 39 e 42), explicando, com risos em meio à produção da última palavra de seu turno, o emprego correto do termo usado (*são paulino é para quem torce para o são paulo*). Na linha 40, Maria Elisa inicia um turno introduzindo um terceiro termo (*paulista*), que é retomado na linha 44. Maria Lúcia, no turno da linha 41, produz um *não*, em que parece se opor às oposições de Maria Elisa e Eric (em curso) em relação a seu turno anterior, sem, no entanto, acrescentar nenhum outro item além do *não* opositivo. A seguir, em sobreposição inicial com o turno da linha 44 de Maria Elisa (*ou é pauli:sta ou paulista:no*), Maria Lúcia (ao falar *é*, linha 45) parece recuar, assentindo com a correção e com a conseqüente imputação de sua possível falta de conhecimento que estão sendo propostos pelo time Maria Elisa/Eric. Esse assentimento (e

desistência de acrescentar mais alguma objeção) parece também estar evidente na movimentação do tronco da participante; após findado o turno da linha 44 de Maria Elisa, em meio ao qual Maria Lúcia produz (na linha 45) seu recuo, Maria Lúcia começa o movimento de retorno à posição reclinada no sofá, mantendo, agora, apenas o olhar na direção de Maria Elisa e Eric. Observe-se que, assim como o primeiro movimento de participação de Maria Lúcia no debate foi simultaneamente acompanhado pela reclinação para frente (linha 34), em posição tal que permitia a ela encarar fisicamente mais de frente Eric e Maria Elisa (indicando sua disposição em opor-se a eles), o primeiro movimento que sinaliza a desistência de Maria Lúcia de continuar a oposição também está articulado a um movimento de troco, mas, dessa vez, ela recolhe-se ao sofá, abandonando o contato visual mais frontal com seus adversários (linha 46). Assim, o recuo verbalizado de sua posição no debate (na linha 45) é imediatamente seguido por um recuo físico, um retorno à sua posição física de antes do debate, indícios que, juntos, reforçam o entendimento de que Maria Lúcia estaria se orientando, nesse ponto, para um encerramento da discussão. A seguir, Maria Elisa e Eric produzem mais dois turnos (linhas 47 e 48) de alinhamento entre si, (ainda) tratando do problema do turno das linhas 32-34 de Maria Lúcia.

Em sobreposição final com o turno da linha 48 de Eric, Maria Lúcia se manifesta resumindo, de certo modo, sua disposição de encerrar a questão destacando que, apesar de reconhecer o problema apontado e resolvido pelas correções de Maria Elisa e Eric, o *espírito* de sua manifestação não era tratar da questão terminológica, que, por fim, foi o foco exclusivo das respostas que obteve de seus interlocutores. Maria Elisa ainda repete (linhas 51-52), em meio a risos, alguns dos termos envolvidos na confusão em que a interação se centrou (*paulista são paulino*), e, ao final, sinaliza sua disposição de também pôr fim à discussão indicando que efetivamente entendeu o “espírito” do que sua interlocutora havia dito (*isso aí. tá, na linha 55, e tá bom, na linha 57*). Essa orientação de ambas as interlocutoras para

finalizar o debate parece estar também clara para os outros participantes do cenário; é apenas depois dessas sinalizações mútuas de Maria Lúcia (linhas 49-50) e de Maria Elisa (linhas 55 e 57) que Mauro (um dos jogadores, que não havia participado da discussão) se manifesta, introduzindo um novo tópico (os gentílicos referentes ao estado e à cidade do Rio de Janeiro, linha 58), ratificado por Eric (linha 60), o que muda o rumo tópico da interação definitivamente.

Na produção dessa nova seqüência de discordância por correção pelo outro, o que fica em destaque é a recorrente imputação de incapacidade a Maria Lúcia que, na tentativa de construir sua posição no debate, o faz de maneira falha (aos olhos de seus interlocutores). É interessante observar que Maria Elisa, com a cooperação de Eric, engaja-se em explicar para Maria Lúcia o uso adequado não só do termo equivocado (linhas 39 e 42, *são paulino*), mas também do correto (linhas 36 e 48, *paulistano*) e de um terceiro (linhas 40 e 44, *paulista*), não usado por Maria Lúcia e cuja menção não tem relação direta com a resolução do problema. Esse trabalho pedagógico em que Maria Elisa e Eric se envolvem parece assumir que Maria Lúcia produz o equívoco não por um lapso, mas porque efetivamente não sabe usar os gentílicos e, por isso, precisa ser instruída a respeito, lembrando a observação de Schegloff et al. (1977, p. 381) de que é recorrente o emprego de correções pelo outro em relação à fala de interagentes considerados interacionalmente menos competentes, que parece ser a orientação dos participantes aqui em relação a Maria Lúcia²⁷ (também WEEKS, 1985, p. 217).

Em resumo, no momento em que Maria Elisa e Eric se envolviam em construir uma oposição (entre *chupeta* e *bico*), surge a oportunidade de produzirem correção sobre um *outro* item, sobre o qual concordam que há problema, concordam quanto à solução e que, em termos de tópico, é periférico em relação ao debate que vinha sendo travado até então entre eles (sobre normalidade de *chupeta* e *bico*). O engajamento nesse outro foco reconfigura os alinhamentos entre Eric e Maria Elisa, que passam de oponentes (quanto aos itens

bico/chupeta) a apoiadores mútuos (quanto ao item *são paulino*), fazendo parte do mesmo time. Como aponta Maynard (1985b, p. 210),

a organização social alcançada pelo conflito está (...) suscetível a mudança. Representa uma aliança de interesses em torno de alguma questão, de algum problema prático que emerge na interação local. Quando o problema muda, também pode mudar a organização do grupo.

É exatamente o que acontece com o investimento na nova seqüência de discordância nesse caso. Mesmo diante da verbalização de Maria Lúcia de que seu turno tinha um outro enfoque (ao qual não foi produzido nenhum retorno/resposta), nenhum dos interlocutores lida com o turno dela dentro do *espírito* proposto. O ponto que estava sendo discutido nas linhas 28-33 *não* retorna, e o tópico da interação se volta a outras questões depois de resolvido o termo adequado para habitantes de São Paulo. Assim, o emprego dessa correção pelo outro sobre o turno de Maria Lúcia permite que a seqüência de discordância que estava em construção seja abandonada antes que nenhum dos dois interlocutores (Maria Elisa e Eric) tenha que ceder de sua posição no debate original, assentindo publicamente com a falta de autoridade que está sendo imputada pelas correções de seu oponente, e que se enfoquem na exposição da falta de autoridade de um outro interagente (Maria Lúcia). Trata-se de um recurso em que uma nova discordância com correção é usada para encerrar uma seqüência de discordância anterior, deixando a questão central em aberto, e resultando, também, na mudança do alinhamento anterior entre os participantes.

Na presente seção, além de apresentar os contextos seqüenciais em que a correção pelo outro pode ser empregada como um recurso para fazer avançar uma oposição (dando início a uma discordância, em meio a uma discordância já iniciada ou como saída para uma discordância anterior), evidenciou-se que esse recurso implica, ao mesmo tempo, uma disputa

27 Devo a observação desse último aspecto nessa interação aos colegas do grupo ISE.

pelo item correto e um questionamento da legitimidade do oponente para estar afirmando o que afirma. Ao apresentar um item em oposição ao do interlocutor, o interagente, por um lado, põe em dúvida a condição do interlocutor para defender sua posição e, por outro lado, constitui-se como mais capacitado, tendo condições de intervir no turno do interlocutor e corrigir-lhe o “erro”.

Na seção a seguir, será tratado em mais detalhe o encaminhamento ao fim de seqüências de discordância levadas adiante por correção pelo outro.

3.3 ENCERRAMENTO DE DISCORDÂNCIAS COM CORREÇÕES PELO OUTRO

Conforme se mencionou na seção 1.3.2, diversos autores observaram que instâncias de discordância podem se encerrar sem uma convergência ou solução da disputa. No caso das ocorrências de discordância que envolvem correção pelo outro, há, também, a incidência de discordâncias com fim em aberto. Dois dos fragmentos analisados acima exemplificam esse tipo de fechamento.

No fragmento 3 (primeira/última rodada), o fato de que nenhum dos interlocutores oponentes tenha investido mais na oposição, deixando de acrescentar mais um turno de discordância a seguir, encerra a disputa sem uma solução. O desengajamento de parte da platéia em atentar para a discordância parece ter contribuído para a não continuidade do investimento dos oponentes na disputa. Nesse caso, o fim em aberto evidencia que o tratamento das imputações mútuas de falta de autoridade dos participantes estava orientado não apenas para resolver a questão entre os protagonistas do debate, mas para resolvê-la também para a platéia.

No fragmento 5 (bico/chupeta), a discordância inicial (entre *bico* e *chupeta*) também encerrou-se sem uma solução, mas, nesse caso, em função do investimento de seus participantes em uma *nova* seqüência de discordância com correção pelo outro. Aqui, o enfoque na exposição e no tratamento da falta de autoridade imputada a um outro interagente além dos protagonistas do debate inicial (Maria Elisa e Eric sobre a normalidade de *bico/chupeta*) aborta o questionamento da legitimidade dos oponentes do debate inicial. Diferentemente do excerto anterior, em que um relato estava em andamento para uma platéia e a orientação dos participantes era para resolver a questão do *status* de conhecimento também para a platéia, aqui o tratamento das autoridades parece estar mais orientado para uma resolução entre os próprios protagonistas do debate inicial. No momento em que ambos desistem de resolver a questão entre eles e se alinham em outra “atividade”, co-constroem a orientação de que há uma questão mais premente a resolver (a correção e a imputação de ignorância a Maria Lúcia) e, assim, abandonam a questão inicial.

Em ambos os casos, as atribuições mútuas de falta de autoridade aos participantes oponentes ficam explicitamente apresentadas mas não resolvidas em função do abandono do assunto em que a discordância ocorreu e do engajamento dos participantes em outras atividades; há uma co-construção entre as partes em disputa para deixar a questão em aberto mesmo depois de ter sido interacionalmente exposta. Nesses casos, não há propriamente uma cedência, um recuo das partes em relação a seus posicionamentos anteriores, mas, isto sim, uma desistência de persistirem no confronto. Os participantes abrem mão de insistir no debate, mas sem retirar suas posições e, portanto, sem retirar o questionamento mútuo sobre a autoridade de seu(s) interlocutor(es).

Se uma discordância com correção pelo outro pode terminar em aberto, há, também, a possibilidade de que, depois de instaurada a oposição, um dos participantes acabe cedendo de

sua posição. Observa-se, no entanto, que esse movimento de recuo de uma das partes muitas vezes ocorre após o turno de um dos oponentes apresentar, além da insistência no item que defende, um novo elemento relevante à discussão, demonstrando ao seu interlocutor que o falante de fato é legitimado a afirmar o que afirma. A instância a seguir evidencia como essa demonstração surge e como o interlocutor a ela responde. O fragmento inicia em meio a uma narrativa de Fabi F. a Camila sobre uma festa em que ela e Larissa (que está co-presente) estiveram.

(6)
5_(v2)_00:58:31

01	Fabi F.:	tá aí ele f- (0,5) <u>pego:u</u> e <u>agarro:u</u> ela de
02		<u>no:vo</u>
03	Camila:	de <u>no::vo</u> ,=
04	Fabi F.:	=aí a [gente-
05	Larissa: →	[<u>nã::</u> não me <u>agarro:u</u> não <u>foi</u> daí
06	Fabi F.: →	<u>n:ã:o</u> . uma hora- <u>no- logo</u> que a gente <u>entrou</u>
07		→ na fila ele te <u>agarr<u>ou</u></u>
08		(0,3)
09	Larissa: →	°é, [não me (lembro disso)°]
10	Fabi F.:	[no começo da fila- quando] a gente <u>entrou</u>
11		na <u>fi:la</u> =
12	Larissa:	=não me lem[bra:va]
13	Fabi F.:	[e quando] a gente estava no <u>fim</u>
14		que a gente começou a tentar se esconder e ele

Após a afirmação de Fabi Fonte (linhas 01-02) e do registro da ouvinte da narrativa (Camila, na linha 03), antes que Fabi Fonte pudesse dar continuidade ao relato (linha 04), Larissa apresenta uma oposição ao relato de Fabi Fonte, corrigindo-a (*não me agarrou não foi daí*, na linha 05). No que se segue, Fabi Fonte insiste na propriedade de sua caracterização original do evento não se limitando a reiterar o aspecto apontado como equivocado por Larissa (*ele te agarrou* na linha 07), mas também agregando um novo elemento a seu turno, especificando o momento em que o fato ocorreu (*na hora no- logo que a gente entrou na fila*, nas linhas 06-07). A introdução desse novo elemento não só confere um reforço para a versão do fato que Fabi Fonte está defendendo, mas crucialmente evidencia a sustentação (ou seja, o conhecimento) que Fabi Fonte tem para dizer o que diz, para asseverar sua posição. A seguir,

a interlocutora (Larissa), em lugar de produzir mais uma oposição contundente, prosseguindo na defesa de uma caracterização alternativa à de Fabi, parece recuar, agora apenas pondo em dúvida a versão de Fabi (dizendo *não me lembro disso*, na linha 09). Fabi Fonte responde ao desafio, repetindo o novo elemento que apresentara no turno das linhas 06-07, e, imediatamente a seguir, Larissa retira sua oposição definitivamente, repetindo a expressão de seu turno anterior mas, agora, com uma mudança importante de tempo verbal (*não me lembrava*, na linha 12). Se a expressão apresentada no tempo presente (*não me lembro*) indicava um desafio, a mudança para o pretérito imperfeito (*não me lembrava*) parece indicar uma novo posicionamento em relação à caracterização de Fabi do evento narrado, em que a alegada falta de memória de Larissa não mais opera. Isso sinaliza, por um lado, a admissão de Larissa de que a versão de Fabi é válida e, por outro lado, uma justificativa para sua própria falta de conhecimento frente ao apresentado por sua interlocutora. Esse movimento põe fim à discordância, após o que se segue a continuação do relato por Fabi Fonte (linhas 13-14).

Um outro excerto evidencia esse mesmo recurso. Aqui, as participantes, após a refeição, dão prosseguimento ao assunto proposto por Priscila no primeiro turno.

(7)

4_(a3)_00:24:00

01	Priscila:	outro <u>dia</u> estava pensando quantos anos a gente
02		tinha quando a gente se conheceu. a Maria Lúcia
03		era bebê
04		(0,6)
05	Maria Lúcia:	>.h (a gente tem que mostrar) [aquela<=
06	Maria Elisa: →	[a Maria=
07	Maria Lúcia:	=fo::to::,]
08	Maria Elisa: →	=Lúcia não era nasci:da]
09		(0,6)
10	Maria Lúcia:	Maria:,=
11	Priscila: →	=era si:m
12		(.)
13	Maria Elisa: →	quando >a gente< se conheceu na pá:scoa em M- >é
14		→ a Maria Lúcia não era [nascida<]
15	Maria Lúcia:	[nã:::] >a gente< conh- a
16		gen[te:-
17	Priscila: →	[nã:::o,=
18	Maria Lúcia:	eu me le::mbro-
19		(.)
20	(M ^a Elisa): →	nã:::o
21		(0,2)

22 Maria Lúcia: eu me lembro que a gente se conheceu, (0,2) foi
 23 nu:::m dia que a gente foi na casa de vocês
 24 (0,9)
 25 Priscila: não tu me conheceu
 26 Maria Lúcia: ah então tá
 27 (6,4)
 28 Maria Elisa: ah é-
 29 (0,3)
 30 Maria Elisa: a gente- (.) le:mbra que era uma pá:scoa e a
 31 gente- (0,5) nossos pais foram para o cassi:no e
 32 a gente ficou () na sa::la com coberto:r

Neste caso, Priscila propõe que recobrem um evento comum no passado (linhas 1-2, *outro dia estava pensando quantos anos a gente tinha quando a gente se conheceu*) e inicia propondo um marco histórico para o evento (linhas 2-3, *a Maria Lúcia era bebê*). Enquanto Maria Lúcia (a própria que está sendo mencionada por Priscila) não questiona a asserção de Priscila e lembra de uma fotografia (que talvez tivesse relação com o evento que estão tentando relembrar), Maria Elisa se opõe a Priscila (linhas 06 e 08, *a Maria Lúcia não era nascida*), corrigindo-a. A seguir, enquanto Maria Lúcia tenta obter a ratificação de Maria Elisa como interlocutora, chamando-a (linha 10), Priscila (linha 11) se opõe, com expressão de oposição polar (*sim* em contraste com *não*) à posição asseverada por Maria Elisa.

Em seguida desse movimento, dando continuidade à oposição, Maria Elisa constrói um turno que, além de reafirmar novamente sua posição, repetindo seu turno anterior (linha 14, *a Maria Lúcia não era nascida*), acrescenta, no início do turno, um outro aspecto, novo, à discussão, o fato de que o encontro do qual Priscila propôs que se recordem ocorreu na Páscoa. Se, ao produzir a correção sobre o turno de Priscila, Maria Elisa está, também, questionando a posição de Priscila para afirmar o que afirma, o fato de que Maria Elisa agrega à sua posição um novo aspecto relevante à discussão fortalece sua defesa, respaldando-a, e acentua ainda mais a potencial falta de autoridade que está sendo atribuída a sua interlocutora (Priscila) sobre o assunto.

Enquanto Maria Lúcia (linhas 15-16) tenta obter a atenção das demais para seu turno (tentando propor uma nova resposta à questão inicial de Priscila sobre quando se conheceram,

que só irá ser completamente enunciada no turno das linhas 22-23), Priscila recua de sua posição inicial (linha 17). Ao fazer uma pergunta (*não*), que Maria Elisa responde a seguir (linha 20), confirmando a informação, Priscila retira sua posição, de modo que a versão de sua interlocutora sobre o fato (bem como a alegação de sua interlocutora como tendo mais autoridade sobre o tópico) permanece como a válida.

Como um último exemplo evidenciando que esse movimento de ceder de uma das partes pode suceder à apresentação de novos elementos pela outra parte, apresento o fragmento a seguir, em que as participantes estão fazendo uma receita conforme as instruções de um livro de Camila. Camila está retirando um creme do copo do liquidificador e Fabiana está ao lado. Após a observação de que o alho que haviam acrescentado ao creme não foi totalmente processado pelo liquidificador (linhas 01- 07), Fabiana faz uma pergunta que desencadeia um novo assunto a seguir.

(8)

2_(v2)_00:59:29

01 Camila: tudo que fica emba:ixo da hélice não::,
02 (0,7)
03 Fabi F.: [[não va:i]
04 Camila: [[>por isso que] [tinha uns a:-<]
05 Larissa: [não (ade)] be:m=
06 Camila: =>por isso que< tinha uns a:lh^{os} inte:iros eles
07 estavam emba:ixo da hé:lice,
08 (5,6)
09 Fabiana: mas quem é que te disse que cebola não dá para
10 usar com a:lho que eu não entendi
11 (.)
12 Camila: é: de:ssa- de:sse tipo de alimentação do iô:ga
13 eles nã:o:: não se mistura a:lho com cebo:la
14 [<nã:o se:i por quê>]
15 Fabiana: → [e por quê que ne:sse aqui] tem cebola, ((se
16 *vira, vai para perto de balcão onde está o*
17 *livro. Aponta para livro, enquanto olha para*
18 *Camila))
19 (0,7)
20 Camila: → mas nesse aí não tem A::lho
21 (0,4)
22 Fabiana: → TE::M ((*olha para o livro*))
23 (0,2)
24 Camila: não [te::m
25 Fabiana: → [do:is dentes de a:lho uma cebola gra:nde=
26 =((*lendo*))
27 Camila: bo:m porque esses aí são alu:nos
28 (.)*

29 Camila: (hã) e aluno faz beste:ira
 30 (0,4)
 31 Larissa: h:::::
 32 (.)
 33 Camila: quem mandou essa receita. só que não se mistura
 34 a:lho com cebo:la
 35 (1,5)
 36 Camila: °sabe° não sei por quê::
 37 (0,2)
 38 Camila: mas deve ser por causa da digestã:o
 39 (1,0)
 40 Fabiana: [°m:::°
 41 Camila: [não se:i
 42 (0,9)
 43 Fabiana: °eu [adoro misturar a:lho com cebola°] ((olhando=
 44 Camila: [que não é nada místico entendeu] então nã:o=
 45 Fabiana: =para Larissa))
 46 Camila: =nã:o nã:o é nenhuma is- nenhuma razão mística=
 47 Fabiana: =eu ado:ro misturar alho com cebola=
 48 Camila: =deve ser alguma coisa bem prá:tica
 49 Fabiana: ah isso aqui tá ((chupa dedo)) bo:m:::

Nas linhas 09-10, Fabiana faz uma pergunta a Camila que, nas linhas 12-14, ela tenta responder, afirmando, por fim, que *nã:o se:i por quê* não se mistura alho com cebola (linha 14). No turno da linha 15, Fabiana faz uma nova pergunta, referindo que, numa das receitas do livro de Camila, consta a mistura não recomendada de alho com cebola (*e por que que nesse aqui tem cebola*), ao que Camila objeta diretamente (linha 20, *mas nesse aí não tem Alho*), destacando, com maior volume de voz e prolongamento de vogal, o item “alho”. A isso, segue-se mais um par de oposições/correções mútuas (Fabiana, com volume de voz ainda maior, na linha 22, e Camila, na linha 24) e, em sobreposição final com o último turno de Camila, Fabiana produz um turno com um novo elemento na interação. Entretanto, diferentemente dos excertos anteriores, esse novo elemento não é simplesmente mais um aspecto acrescentado ao seu argumento pelo próprio interlocutor, mas sim um elemento materializado, palpável, acessível ao escrutínio de seu oponente: Fabiana faz a leitura, no livro de Camila, da receita a respeito da qual estão discutindo. Esse novo aspecto, materializado no papel, além de corroborar com a validade da posição de Fabiana, respaldando-a, atesta a legitimidade da interagente para dizer o que diz, sua posição de conhecedora do tópico em questão. A seguir, ficando sem sustentação para sua posição,

Camila recua, sem acrescentar mais movimentos à discordância, e se orienta a atender à pergunta da linha 15 (*e por que que nesse aqui tem cebola,*), a partir da qual se iniciou o debate (linhas 27-29, *bom porque esses aí são alu:nos (hã) e aluno faz besteira*). Embora Camila não apresente um reconhecimento verbalizado de que sua posição estava equivocada, o fato de que se volta a responder à pergunta de Fabi, agora sem insistir que apresenta um problema, evidencia a retirada de sua posição. A seguir, o retorno ao tratamento da questão de Fabi, ainda anterior à discordância (*mas quem é que te disse que cebola não dá para usar com a:lho que eu não entendi*) nos turnos seguintes de Camila (linhas 33, 36, 38, 41, 44, 46 e 48) encerra definitivamente o debate sobre a receita, com o reconhecimento de Camila de que o livro recomendava a mistura inadequada e, por conseguinte, de que a observação de Fabiana sobre a receita era correta.

Em resumo, no que diz respeito ao fechamento de seqüências de discordância com correção pelo outro, pode não haver convergência. Observou-se que essa situação pode-se dar pelo silêncio das partes em oposição, abrindo mão de insistir na disputa, ou pelo engajamento dos interlocutores em uma *nova* seqüência com correção. Nesses casos, o tratamento do questionamento mútuo da condição dos participantes também fica em aberto, de modo que nenhum dos dois precise admitir publicamente a sua falta de autoridade sobre o tópico, embora ela tenha sido interacionalmente apontada.

No entanto, nos casos de discordância com correção pelo outro em que se chega a uma solução, o necessário recuo de uma das partes, retirando sua proposta e, conseqüentemente, admitindo a imputação de falta de autoridade feita por seu interlocutor, parece seguir-se, muitas vezes, à apresentação de algum elemento novo, relevante à discussão, pela parte oponente. Esse novo elemento, ao mesmo tempo em que dá respaldo à posição que seu proponente defende, também dá respaldo a sua apresentação como conhecedor do tópico em questão, o que acaba contribuindo para pôr ainda mais em xeque a posição do oponente.

3.4 COMPARANDO DISCORDÂNCIAS COM E SEM CORREÇÃO PELO OUTRO

Até agora, foram tratadas apenas seqüências de discordância levadas adiante por correções pelo outro. A fim de poder-se observar suas particularidades e as semelhanças com outros recursos para marcar oposição de posições, passo, a seguir, a comparar discordâncias com correção e discordâncias em que se empregam outros recursos. Tratarei comparativamente da oposição de asserções e do encerramento da discordância.

3.4.1 Oposição de asserções

Em uma discordância, nem sempre a oposição significa uma anulação mútua das afirmações que estão sendo feitas; é possível que os interagentes reconheçam a posição asseverada por seu oponente, mas disputem acerca de qual delas tem mais importância ou “peso” para o ponto que estão discutindo. No fragmento a seguir, antes do jantar, Priscila está lendo as regras de um jogo de tabuleiro que irão jogar após a refeição. No primeiro turno, a participante informa Mauro sobre uma das regras.

(9)

4_(v1)_00:03:13

01	Priscila:	Ma:::uro aqui ele di::z, (0,6) que o negócio é
02		escrever
03		(0,7)
04	Mauro:	mas aquele também dizi:a só que a gente fazia
05	→	mímica porque que e- porque era muito mais
06	→	interessante
07		(0,4)
08	Priscila: →	mas é que é <u>mu</u> ito difícil mímica
09		(0,4)
10	Larissa:	ah::: é verdade
11		(0,2)
12	Mauro: →	ah mas o bo:m [é °mímica°]
13	Priscila:	[MA:::uro tu] PE:ga,]
14	Larissa:	[sempre me] ra:lo em mími]ca
15	Priscila:	o::: jack o estripado:r
16		(0,5)

17 Mauro: jack o estripado:r, (0,3) o cara faz lá
 18 °(gara-)°
 19 (0,8)=(Mauro fazendo mímica))
 20 (): h:
 21 (0,3)=(Mauro fazendo mímica))
 22 Larissa: h:: >h: h: h: h: h: [h:<
 23 Mauro: [(quase enforca)
 24 (0,5)
 25 Larissa: >hã [HÁ HÁ<]
 26 Priscila: [nã:o é] difí:cil é mu:ito difí:cil
 27 (0,3)
 28 Priscila: >principal[mente:< QUEM TEM ()]=
 29 Larissa: [como é que é o jo:ta:,]=
 30 Mauro: =a gente sempre brincou- (1,1) a gente sempre
 31 brincou assim

No turno das linhas 04-05, Mauro registra o recebimento da informação de Priscila destacando, contudo, que, numa ocasião anterior, haviam optado pela mímica no lugar da escrita. Nesse mesmo turno, Mauro insere uma avaliação, dizendo que *mímica é muito mais interessante* (linhas 05-06). A seguir, após um silêncio na linha 07, sem disputar sobre a afirmação de que *a gente fazia mímica*, Priscila enfoca seu contra-argumento na avaliação de Mauro, dizendo que *é muito difícil mímica*, posição com a qual Larissa se alinha (linha 10, *ah é verdade* e, linha 14, *sempre me ralo em mímica*). No entanto, Mauro insiste em sua defesa do uso da mímica no jogo dizendo que *o bom é mímica* (linha 12). A seguir, ainda insistindo no argumento da dificuldade, Priscila não repete sua avaliação, mas desafia Mauro a fazer uma mímica (linhas 13 e 15, *Mauro tu pega o jack o estripado:r*), cuja *performance* poderia evidenciar a grande dificuldade alegada por ela. No entanto, Mauro produz a *performance*, com risos de Larissa (linha 22 e 25), que acaba não corroborando a avaliação de Priscila de que a mímica seria tão difícil a ponto de que deveriam abandonar essa opção. Mesmo assim, a seguir, Priscila ainda insiste, alegando a dificuldade da mímica (linha 26), e o debate continua, com Mauro, agora, defendendo o uso da mímica com a retomada de um aspecto apresentado em seu primeiro turno (a referência à escolha de mímica em ocasiões anteriores) não problematizado por Priscila então (linhas 27-28, *a gente sempre brincou assim*).

Observe-se que, nesse fragmento, as oposições não implicam a anulação das afirmações de parte a parte: ao alegar, na linha 08, que *é muito difícil mímica*, Priscila não está negando que seja *interessante* (Mauro na linha 06). A seguir, no turno da linha 12, a afirmação de Mauro de que *o bom é mímica* não nega a sua grande dificuldade (linhas 08 de Priscila e 10 de Larissa). No entanto, apesar de ambas as avaliações serem válidas, o que está em questão aqui é decidir qual delas vale mais, tem mais relevância para definir a escolha do procedimento a ser adotado no jogo: a dificuldade da mímica levaria a abandoná-la, enquanto o fato de que é mais interessante levaria a adotá-la.

Diferentemente dessa prática, a discordância com correção pelo outro implica que as duas asserções em oposição não podem ser válidas ao mesmo tempo, justamente porque, nesses casos, a discussão não gira em torno de uma avaliação de grau, mas de uma polarização entre aquilo que os participantes consideram “certo” e “errado”, “o que é” e “o que não é”. O foco do debate torna-se os itens opostos em si. No fragmento 3, por exemplo, os dois itens em disputa (*segunda rodada* e *última rodada*) são mutuamente excludentes para a versão “correta” do fato que cada uma das partes pretende produzir. No fragmento 4, a defesa do item *Búzios* necessariamente exclui o item *Rio de Janeiro*²⁸ como uma possibilidade adequada. Assim, com a correção pelo outro, a produção de cada movimento no debate, além de avançar a sua posição acerca do ponto em discussão, necessariamente acaba por anular a afirmação do oponente.

Por outro lado, nas discordâncias em que os participantes manifestam uma oposição à afirmação asseverada pelo oponente, é possível que, em vez de realizar uma operação direta

²⁸ Embora esses dois termos pudessem evidentemente ser compatíveis, considerando-se Rio de Janeiro como estado (em que se encontra a cidade de Búzios), esse não é o tratamento dado aos termos pelas participantes, indiciando, naquela ocasião, posicionamentos opostos.

sobre o turno oponente, o interlocutor apenas apresente objeções, deixando ao encargo do falante possíveis modificações em sua asserção inicial.

Uma das possibilidades é que o oponente produza sua oposição na forma de perguntas, como as perguntas-desafio apresentadas nas seções 1.3.1 e 1.5. No excerto a seguir, após o final do jantar, os participantes se engajam em definir o cardápio do dia seguinte. Fabiana se dispõe a ser a cozinheira (linha 01), e Fabiano expressa uma preferência (linha 03).

(10)

1_(v1)_01:14:18

01 Fabiana: =tá::: eu [vo:u faze::r o arroz] com ca:::rne
 02 Fabiano: [vai ser uns arroz-]
 03 Fabiano: um arroz bem graúdo °hein° por favor
 04 (0,3)
 05 Fabiana: [[°(o::: arroz] >mas tudo be:m<)°=
 06 Alessandra: [[por que graúdo,]
 07 Fabiano: =[[(não vai dā:r,)]
 08 Alessandra: =[[por que graúdo,=
 09 Fabiano: =por que não,
 10 Fabiana: °(não fica)° ((negando com a cabeça))
 11 (0,7)
 12 Fabiano: por que nã:o,
 13 (0,3)
 14 Fabiana: °(não se:i não cre:s[ce)°]
 15 Alessandra: → [o que que é] arroz graúdo
 16 → Fabia[no,
 17 Fabiano: [grandão
 18 (0,4)
 19 Larissa: como a[ssi:m,]
 20 Alessandra: → [qual é a] difere::nça,
 21 Fabiano: → ah: tem diferen[ça
 22 Varela: [a[rro:z é arro:z]
 23 Larissa: [como é que é a]rroz
 24 gran[dão,
 25 Pablo: [mas é a mesma co:isa=
 26 Fabiano: =[[é um arro:z grandã::o]
 27 Alessandra: =[[a:::::: i vai] tu:do para a
 28 barri:::ga

Após a solicitação de Fabiano (linha 03, *um arroz bem hein graúdo por favor*), enquanto Fabiano e Fabiana (a “cozinheira”) discutem sobre a possibilidade de atender ao desejo dele (linhas 05, 07, 09, 10, 12 e 14), Alessandra produz, por duas vezes, (linhas 06 e 08) a indagação *por que graúdo* a Fabiano, sempre em sobreposição ao turno de outro interagente, apontando um item no turno da linha 03 de Fabiano e solicitando-lhe

esclarecimento. Nas linhas 15-16, Alessandra consegue finalmente produzir (parte de) seu turno em solo, dessa vez usando um termo de endereçamento a seu interlocutor (*o que que é arroz graúdo Fabiano*) e modificando sua pergunta (antes era *por que* e agora passa a ser *o que*). Na linha 17, Fabiano responde, substituindo *graúdo*, apontado por Alessandra como problemático, por *grandão*. A seguir, em sobreposição à indagação de Larissa a Fabiano (repetida nas linhas 23-24), Alessandra produz uma nova pergunta (linha 20, *qual é a diferença,*), que poderia ser entendida como uma solicitação de mero esclarecimento da distinção entre *graúdo* e *grandão*, assumindo-a como válida. No entanto, não é esse o entendimento de Fabiano acerca da pergunta de Alessandra: no turno da linha 21, em vez de apontar critérios para a distinção, Fabiano se resume a asseverar sua posição de que *tem diferença*. Isso evidencia sua interpretação de que a pergunta de Alessandra propunha-lhe mais do que um esclarecimento, mas uma oposição, exigindo-lhe justificar a razão de ser da diferença, implicada como potencialmente irrelevante pela pergunta. De certa maneira, essa segunda pergunta de Alessandra parece ser uma nova formulação para *por que graúdo*, repetido antes (linhas 06 e 08), mas não respondido por Fabiano então, na medida em que o *por que* também requer uma justificativa para o destaque especial que Fabiano está dando ao termo *arroz graúdo* (linha 03). O caráter opositivo da interação fica ainda mais evidente a seguir, quando Varela (linha 22) e Pablo (linha 25) se opõem diretamente à asserção de Fabiano de que há uma diferença, seguidos por Alessandra (linhas 27-28, *ai vai tudo para a barriga*).

Nesse caso, até o turno da linha 20, o que se apresentou a Fabiano foram objeções, que oportunizaram a ele promover ajustes em sua asserção inicial, sem que seus interlocutores oferecessem modificações diretas de seu turno. Foi apenas depois dessas oportunidades que oposições mais explícitas foram apresentadas. Observe-se que, aqui, mesmo que as objeções sinalizem uma potencial oposição, ao produzi-las, o interlocutor (Alessandra) não está

imputando um questionamento pleno da condição do falante (Fabiano) de falar sobre o tópico; o fato de que o opositor solicita uma justificativa do falante indica um certo “crédito” que está dando ao falante para que se explique. Trata-se, portanto, de um recurso que, além de dar oportunidade ao falante de modificar seu próprio turno inicial, não parece pôr imediatamente em jogo a autoridade do falante.

No caso da expressão da oposição em discordâncias com correção pelo outro, no entanto, o oponente não se resume a indicar o ponto de sua oposição, antes de apresentar-lhe uma modificação, mas, pelo contrário, ao manifestar a oposição, necessariamente realiza uma operação sobre o turno anterior de seu interlocutor, modificando-o. Assim, no fragmento 4 (Búzios/Rio de Janeiro), as oponentes manifestam suas posições apresentando, cada uma, um item que, ao mesmo tempo, indica o ponto de discordância com o turno anterior e aponta-lhe o substituto “adequado”. Ao expressarem suas posições, além de necessariamente anularem a validade do ponto apresentado por seu interlocutor, ambas as partes em disputa o fazem operando sobre o turno de seu oponente, apontando-lhe um problema e apresentando a solução antes que o produtor da asserção anterior tenha oportunidade de modificá-la. No fragmento 3 (segunda/última rodada), embora o primeiro turno opositivo da seqüência (Priscila, linhas 12-13) contenha, inicialmente, o apontamento do problema (*que segunda rodada Mauro*) e, depois, apresente o item substituto (*tu ganhou na última*), o fato de que esses elementos são produzidos sem intervalo, dentro de um mesmo turno, não dá efetiva oportunidade para que o falante possa modificar sua asserção inicial antes que o oponente (Priscila) o faça, de modo que essa prática resulta seqüencialmente semelhante às demais discordâncias com correção pelo outro contendo apenas o item em disputa (cf. GOODWIN, 1983, p. 669).

Em resumo, enquanto há, por um lado, a possibilidade de produzir-se discordância sem necessariamente anular a validade do argumento apresentado pelo oponente (por

exemplo, em que a discussão centra-se sobre qual argumento vale mais) e, por outro lado, sem necessariamente operar sobre o turno do oponente (por exemplo, com a produção de perguntas-desafio), no caso de discordâncias com correção pelo outro, a oposição necessariamente substitui um elemento no turno do interlocutor, negando, assim, a validade da posição do interlocutor. Portanto, a correção pelo outro configura-se, em comparação com esses outros recursos para produção de discordâncias, como um tipo bastante agravado/explicito de oposição, em que, além de operar diretamente sobre o turno do oponente, anulando sua validade, a atribuição de falta de autoridade ao falante fica, desde o início, explícita.

3.4.2 Encerramento de discordâncias sem correção pelo outro

No que diz respeito ao encerramento de seqüências de discordância sem correção pelo outro, é possível que, assim como nas discordâncias com correção pelo outro, a discussão se encerre em aberto, no entanto, com a possibilidade de um andamento seqüencial que parece não ocorrer com correções pelo outro. Tomemos o fragmento 11²⁹ como exemplo. Aqui, Priscila acabou de relatar que passou a uma colega as recomendações que Renata havia lhe passado por *e-mail* para alisar os cabelos. No entanto, no início dessa seqüência, Priscila aponta um ponto de discórdia em relação às recomendações de Renata.

(11a)

3_(v1)_00:20:50

01	Priscila:	agora::: uma coisa eu disco::rdo
02		(0,3)
03	Priscila:	tu falou ali ah:: nunca vai ser tão prático como
04		li:so mas não ↑é tão li::so- tão prá- tão
05		prático ter cabelo li:so
06		(0,8)

²⁹ O excerto será, aqui, apresentado em fragmentos, dada a sua extensão. A transcrição contínua está disponível no Anexo IV.

07 Renata: bom não vou entrar na ques[tã:o [(tu nunca]=
08 Priscila: [é::: [não é]=
09 Juliana: [°hã hã°]
10 Renata: =teve) cabelo cres]po tu- [quando vo]cê ti[ver=
11 Priscila: =tã::o prá-] [não-]
12 Larissa: [>hã=
13 Renata: =[cabelo [cre:spo,]
14 Larissa: =[hã hã [hã hã hã<]
15 Juliana: =[>hã hã [hã< hã:]::=
16 Priscila: [tá:::]
17 Priscila: =Rena[:ta[::,]
18 Renata: [a [gen]te con[ve:rsa
19 Juliana: [hã]
20 Priscila: [Rena:ta:: .h:-=
21 Renata: =na pró:::xi[ma encar[na][çã:o
22 Priscila: [Rena:t[a:,]
23 Juliana: [hã:]
24 Larissa: [>há há [há há<]
25 Priscila: [tipo] eu
26 quase nu:nca uso secador tu sabe de quanto tempo
27 o meu cabelo demora para seca:r,
28 (0,4)
29 Renata: °m,°
30 Priscila: d- na:tural assim,
31 (0,3)
32 Renata: [m:,]
33 Priscila: [tá:] é que eu [tenho muito cabe-]
34 Juliana: [>mas pelo menos tu pode] secar
35 ao natura:l<=
36 Renata: =é: (>Pri[scila<)
37 Juliana: [tem gente que não pode secar ao
38 natural< [(tem que usar [)]
39 Renata: [se eu secar ao natural- se [eu secar]=
40 Priscila: [tá mas aí-]
41 Renata: =o [me]u natural [(vai ficar)] metade cre:s[po=
42 Priscila: [ó]
43 Juliana: [hã: hã:]
44 (Larissa): [h:=
45 Renata: =meta]de [li:so(h)

Neste excerto, Priscila inicia propondo que discorda da asserção *ter cabelos lisos é prático*, atribuída a Renata em um momento anterior (no *e-mail* que escreveu para Priscila para encaminhar a sua amiga). A seguir, apesar de Renata inicialmente opor-se a discutir o tema com Priscila (linhas 07, 10, 13, 18 e 21, *bom não vou entrar na questão (tu nunca teve) cabelo crespo tu- quando você tiver a gente conversa na próxima encarnação*) e apesar do entendimento desse comentário como jocoso por parte das outras duas interagentes desse cenário (risos de Larissa, nas linhas 12 e 14, e de Juliana, nas linhas 15 e 19 em meio à produção do turno de Renata), Priscila clama pela atenção de Renata por três vezes (linhas

17, 20 e 22), não só insistindo em levar o debate adiante com Renata, mas também em chamar Renata de volta à seriedade.

É apenas no turno da linha 25 que Priscila consegue produzir um turno iniciando um argumento a seu favor. Apesar de Renata mostrar-se, a seguir, disposta a ouvir Priscila (linhas 29 e 32), a participante não consegue produzir seu argumento até o final, uma vez que Juliana (linhas 34-35 e 37-38), apresentando-se contra o ponto de Priscila, põe em questão a validade do argumento, argüindo que a alegação de tempo prolongado para secar os cabelos ao natural não justifica sua tese (de que ter cabelo liso não é prático). Após o alinhamento de Renata com Juliana (linhas 36, 39, 41, 45), Priscila³⁰ tenta retomar o turno diversas vezes (linhas 40, 42, 47-48), consegue retomar a palavra e concluir a apresentação do argumento inicial (dizendo que dependendo do dia, o cabelo dela não seca até as dezoito/dezenove horas) (nas linhas 51, 53-59, 62). Mais uma vez, Priscila é objetada por Juliana (linhas 60-61).

(11b)

67 Renata: =qua:nto te:mpo,=
 68 Juliana: =das o:ito da manhã até as se:is da tarde nã(h)o
 69 [secou o [cabe(h):lo (de(h):la)]
 70 Priscila: [nãõ s::-[às vezes nã-] a::qui no [me:io nã::o]=
 71 Renata: [°°>há há há há há] há<°° [bá mas tá]=
 72 Juliana: [hã hã hã]
 73 Priscila: =se:::ca:]
 74 Renata: =uma umi][da:de] nesse=
 75 Juliana: [(h)é::]
 76 Renata: =[di::a
 77 Priscila: [nã:o se::[ca]
 78 Juliana: [>hã hã hã<. h:
 79 [pegou chu:va né (>Priscila<)]
 80 Renata: [(a Pri] cabe:lo) ((mexendo no
 81 cabelo de Priscila))
 82 Priscila: eu tenho um mo::nte de cabe:lo
 83 (1,2)
 84 Renata: °(ah: Priscila: mas::,)°
 85 (0,2)
 86 Renata: tu vai ter que nascer [de cabelo crespo antes=
 87 Juliana: [até as dezo::ito do dia=
 88 Renata: =para poder [ver]
 89 Juliana: =segui:nte [nã:o] seco:u o cabe:lo] da guri:::a=
 90 Larissa: [>hã] hã hã hã hã hã<]
 91 (Larissa): =.h=

³⁰ As linhas referidas a seguir nesse parágrafo não constam no fragmento. O fragmento na íntegra encontra-se disponível no Anexo IV.

92 (Renata): =h::
 93 (0,3)
 94 Priscila: ah Juli[ana () que eu tô te fala::ndo=

Retornando de uma interação paralela, Renata (linha 67) pergunta a Juliana sobre afirmação anterior de Priscila, que Juliana parafraseia (linhas 68-69). Nas linhas 70 e 73, Priscila sinaliza um certo recuo (*às vezes nã- aqui no meio nã*), mas sem que as oposições ao seu argumento sejam amenizadas. A seguir, Juliana recebe o apoio de Renata e ambas passam a apresentar oposições ao argumento (sério) de Priscila, rindo (linhas 71, 72, 78) e ironizando suas afirmações (linhas 71, 74, 76, 79, 87, 89). Depois de afirmar sua posição mais uma vez (linha 77, *não seca*), Priscila, na linha 82, resgata um aspecto que mencionara na primeira tentativa de exposição de seu argumento (linha 33) como a justificativa para a demora em secar: a quantidade de cabelo (*eu tenho um monte de cabelo*). Note-se que, se, no início do debate, a demora em secar era uma evidência para a pouca praticidade do cabelo liso (a tese inicial de Priscila), desse ponto em diante, o volume dos cabelos torna-se uma defesa para o argumento da demora em secar os cabelos. Trata-se de uma tentativa de defender o argumento que pretendia ser usado para defender a tese inicial (que, portanto, a essa altura, já deixou de ser a questão central).

Nesse momento, depois de estarem já evidentes os pontos fracos da argumentação de Priscila e sua incapacidade de defendê-los a contento (pelo menos no entendimento de suas interlocutoras), Renata explicita que ainda está orientada para a tese inicial de Priscila (sobre praticidade dos cabelos lisos) ao comentar que *tu vai ter que nascer de cabelo crespo antes para poder ver* (linhas 84, 86, 88), mas Priscila aqui não lida com esse turno de Renata. Após a ironia de Juliana (linhas 87 e 89), Priscila a ela responde (*ah Juliana*, linha 94).

(11c)

103 Priscila: tu pega aqui ó: é [mu::ito cabe:lo
 104 Renata: [°°(é: bem comprido)°°
 105 (1,0)
 106 Priscila: só não [tenho mais que-]
 107 Renata: [mas (cadê)] Lucia(h):na para me

108 apoia(h):r aqui:(h) [hã
 109 Juliana: [>hã hã hã <=
 110 (Priscila): =hã:
 111 (0,2)
 112 Larissa: tá no [Ri:o]
 113 Renata: [hã .h:]
 114 Priscila: ah::[::: é::: a Lucia-]=
 115 Renata: [que co:isa vou liga:r para ela]=
 116 Priscila: =.h: [pois é mas a Luciana não] te:::m ã:::=
 117 Renata: [(mais poderosa)]
 118 Priscila: =chapi:nha japone:sa [né
 119 Renata: [°não ela faz esco:va°
 120 Priscila: e como é que ela faz quando vai tipo para Búzios
 121 assim,

Segue-se uma tentativa de Larissa (linha 94) de entrar no debate, rejeitada por Priscila (linhas 95 e 97), após o que Renata, na linha 104 (na sua próxima participação desde o turno 86-88), manifesta uma concordância com a observação sobre a quantidade de cabelo de Priscila, evidenciando, agora, sua orientação para esse novo aspecto introduzido por Priscila. A seguir, nas linhas 107-109, Renata menciona Luciana (não presente) para apoiá-la na defesa de seu ponto. Essa menção desencadeia, a seguir, um novo assunto, também relacionado a cabelos, mas, nesse caso, sobre a experiência de Luciana. Priscila passa a inquirir Juliana e Renata sobre como Luciana lida com seus cabelos crespos, sendo que o debate iniciado por Priscila, sobre a defesa da tese da não praticidade de cabelos lisos, não retorna mais. Essa mudança de tópico torna-se uma saída, deixando o debate inicial inconcluso.

Considerando-se o fragmento como um todo, cuja discordância se encerra em aberto quanto ao debate inicial, observa-se um progressivo enfraquecimento da posição de Priscila. Esse enfraquecimento (e o conseqüente abandono da discussão) resultou, na verdade, dos sucessivos questionamentos sobre a validade dos argumentos de Priscila, culminando com a gradativa modificação no cerne da discussão (em que a tese inicial – pouca praticidade dos cabelos lisos – é abandonada, e Priscila passa a defender outra tese – o tempo prolongado de secagem –, vinculando-a à quantidade de cabelo) e, por fim, com uma mudança de tópico (sobre como Luciana cuida de seus cabelos), em que a dinâmica deixa de ser afirmação e contra-afirmação e passa a ser perguntas (de Priscila) e respostas (de Juliana e Renata) sobre

Luciana (linhas 116-121). Observe-se que, nesse caso, todos os interlocutores se orientaram para a mudança paulatina de enfoque (particularmente Renata, na linha 104) sem contestá-la ou apontá-la como problemática.

Em contraponto, no caso de discordâncias com correção pelo outro, pelo fato de que o debate objetiva-se sobre itens/expressões opostos pelos interagentes, as mudanças de enfoque da discussão não são gradativas, mas bastante abruptas (como no fragmento 5 (chupeta/bico)), com o abandono dos dois itens iniciais e o investimento em outros focos interacionais (no caso do fragmento 5, investimento em uma nova seqüência de correção). Assim, fica bastante explícito e destacado, tanto para os participantes quanto para o analista, o ponto em os participantes se orientam a abrir mão de persistir em disputa.

Essa precisão/clareza do ponto em que o abandono ocorre permite ao interlocutor que ainda estiver orientado para uma resolução do conflito apontar explicitamente a falta de oposição do interlocutor, em seguida do ponto em que ocorreu o abandono, e solicitar-lhe uma resposta. Retomemos, a esse respeito, parte do fragmento 3 (da seção 3.2 acima).

(3)

4_(v3)_00:05:00

12	Priscila:	[QUE SEGUN]DA RODA::DA Mauro TU		
13		GANHOU NA <u>ÚL</u> ::TIMA		
14		(0,6)		
15	Gil:	[[eu que:ro		
16	Priscila:	[[ã::: (olhando para M ^a L. e M ^a E.)		
17		(0,6) ((M ^a E. sorri e olha p/ Priscila))		
18	Maria Lúcia:	<u>ã</u> : hã ((riso))		
19	Mauro:	três a [<u>um</u>]		
20	Maria Lúcia:	[hã]		
21	Gil:	três a <u>um</u>		
22		(2,0)		
23	Priscila:	quando <u>é</u> que tu ganhou	Eric:	° () °
24		meu amor,		(0,8)
25		(1,1)	M ^a Elisa:	° () ° ((vira p/ E.))
26	Mauro:	na segunda roda::da tu		(0,4)
27		me deu (em dô) aí	Eric:	° (canastra) °
28		>aquele <u>sete</u> lá aí		(.)
29		[o resto eu-<]	M ^a Elisa:	° (truco) °

Observe-se que, depois da oposição de Priscila (linhas 12-13), Mauro não responde imediatamente a ela, o que, por um lado, pode indiciar seu engajamento (temporário) em uma outra atividade (a rodada de truço com Gil) e, por outro lado, um ponto de desistência em investir na oposição com Priscila. Como já discuti acima (seção 3.2), é apenas depois de a rodada de truço de Mauro e Gil estar oficialmente encerrada (e antes que eles se engajem em uma nova) (linhas 19 e 21) que Priscila solicita explicitamente uma resposta de Mauro. No entanto, note-se que Priscila apenas o faz depois de um silêncio considerável (de dois segundos, na linha 22) após o final da rodada de truço, o que indicia, mais uma vez, um novo ponto de abandono de Mauro em perseguir a disputa. É precisamente em seguida dessas evidências claras de desengajamento de Mauro na disputa que Priscila indica sua orientação para a continuidade da discussão (e para a definição de quem tem condições de produzir o relato).

Assim, o fato de que o abandono do foco da discussão fica abruptamente evidenciado no caso de correções pelo outro faz dele, em contraste com outros recursos para discordar, um recurso bastante eficaz para monitorar essas tentativas de um interlocutor se esquivar de lidar publicamente com o questionamento de sua legitimidade apresentado por seu oponente. Essa localização do ponto de abandono permite, quando é o caso, que o oponente orientado a prosseguir no debate resgate a discussão (no caso, aqui, Priscila com sua colocação nas linhas 23-24) antes que outros tópicos assumam precedência, reinstaurando a relevância da discordância inicial e constringendo o interlocutor a retomar o tratamento da exposição de sua falta de autoridade sobre o assunto em debate.

Com relação às seqüências de discordância em que há uma resolução, há, também, a possibilidade de uma trajetória que parece não se desenvolver quando há discordância com correção pelo outro. Enquanto a discordância com correção pelo outro se concentra na disputa

de um item, e a introdução de um novo elemento pode conduzir ao recuo de uma das partes de sua posição, as discordâncias sem correção pelo outro, depois da instauração da oposição, podem prosseguir com a introdução e o questionamento de novos elementos antes que se atinja uma convergência.

No fragmento a seguir, as quatro interagentes estão em torno de uma mesa, e Larissa está se servindo de um bolo que Priscila trouxe pronto de casa. Cerca de cinco minutos antes, nessa interação, as interagentes comentaram que o bolo de Priscila não cresceu muito. No ponto em que inicia o fragmento a seguir, Larissa reintroduz o tema, propondo uma razão para o pouco crescimento do bolo.

(14)

3_(v1)_00:05:00

01 Larissa: mas será que não faltou ferme:nto,
 02 (.)
 03 Larissa: tu botou [bastante fermento,]
 04 Priscila: [nã::o eu: pu:s] basta:nte
 05 Larissa: quanto [tu botou,]
 06 Juliana: [no que] faltou fermento,
 07 Priscila: não é::: é [que assou dema::is]
 08 Renata: [ah::: ele é] pequeni::nho
 09 (.)
 10 Priscila: ele e:ra pequenininho
 11 (0,2)
 12 Priscila: é [só um-]
 13 Larissa: → [mas se] tivesse assado demais teria ficado
 14 → pre::to
 15 (0,2)
 16 Renata: nã::o mas é [fica duri:nho aqui em vo:lta]
 17 Priscila: → [mas ficou:: ele:: ele::] tanto que
 18 → [o::: o: chã:o de:le gru]do:::u=
 19 Renata: [e essa cobertura é bem durinha também]
 20 Priscila: =o [chão dele]
 21 Juliana: [>ah Larissa] é::- e::la< deixou cair no
 22 chão o bolo ((apontando para Priscila))
 23 Larissa: [[h:::]::]
 24 Priscila: [[nã(h)o]
 25 Juliana: [[(ela não] falou] essa(h) pa(h)°rte°
 26 Priscila: é [a parte debaixo] do [bo:lo grudou na fô:rma=
 27 (Juliana): [(h::: h:::)]
 28 Renata: [o bolo grudou no chão=
 29 Priscila: =tanto que] sai:u entende por[que ficou::,]
 30 (Renata): =>hm hm hm:::<
 31 Larissa: [m:::]::] por
 32 isso que ele fi[cou bai]xinho
 33 Priscila: [é:::]
 34 (0,2)
 35 Larissa: m:::: °(entendi)°

36 (2,7)
 37 Larissa: quanto tempo tu deixou no forno,
 38 (0,2)
 39 Priscila: ah:: basta:nte
 40 (1,2)
 41 Priscila: hã::
 42 (1,6)
 43 Larissa: °(ah então foi i:sso)°
 44 (1,2)
 45 Larissa: >mas ficou bom:< (ficou bem) de chocola:te
 46 (1,2)
 47 Larissa: °bem achocolatado°
 48 (1,2)
 49 Renata: é choco[la:te ()]
 50 Juliana: [em quem tu votou Renata,]
 51 (1,2)
 52 Renata: o voto é secreto

Nas linhas 01 e 03, Larissa propõe, no formato de pergunta à Priscila, que a falta de fermento teria sido a causa do não crescimento do bolo. Na linha 04, Priscila responde, inicialmente à primeira pergunta de Larissa (*será que não faltou fermento / não*) e, depois, à segunda pergunta (*tu botou bastante fermento / eu pus bastante*), e, ao fazê-lo, sinaliza uma oposição à proposta de que a quantidade de fermento tenha sido a causa do problema, sem, no entanto, avançar alguma outra proposta. Ainda insistindo na relevância da quantidade de fermento, apesar das respostas anteriores de Priscila, Larissa faz, na linha 05, uma nova pergunta (solicitando a especificação da quantidade de fermento que Priscila usara), ao que Priscila, na linha 07, não responde diretamente (especificando a quantidade de fermento utilizada), mas apresenta uma renovada objeção à proposta de Larissa para explicar o crescimento do bolo (*não é*) e, a seguir, propõe uma nova razão (*é que assou demais*). Renata, em sobreposição final, se afilia com Priscila, propondo, ainda, um outro argumento (linha 08, *ele [o bolo] é pequenininho*), o qual Priscila aceita, repetindo em seu próximo turno (linha 10), aceitando, também, o alinhamento oferecido por Renata. O que se segue no próximo turno de Larissa não é nem um recuo diante da introdução do novo elemento apresentado por Priscila (implicando a aceitação da posição de Priscila em lugar da sua), nem uma reafirmação de seu argumento inicial. Larissa produz uma nova oposição à proposta de Priscila, mas, dessa vez,

se apropriando do novo elemento introduzido por Priscila: Larissa expõe uma conseqüência da proposta de Priscila (para a qual se orienta como hipotética – o bolo *teria ficado preto*, nas linhas 13-14), desafiando sua interlocutora a justificar a permanência de sua proposta com a conseqüência apresentada. Ainda, a apresentação dessa conseqüência é, em si, mais um novo elemento no debate. A seguir, enquanto Renata produz uma tentativa de defesa para a posição de Priscila, trazendo, ainda, um outro argumento (*é que fica durinho aqui em volta e essa cobertura é bem durinha também*, nas linhas 16 e 19), que não é respondido por ninguém, Priscila (linhas 17-18 e 20) produz um turno que, ao mesmo tempo em que mantém sua posição de que o bolo assou demais, lida com a nova oposição de Larissa, incorporando a conseqüência apontada pela interlocutora, não mais como uma hipótese, mas como um fato (o bolo efetivamente *ficou preto*, grudando na fôrma). Aqui, o novo elemento lançado por Larissa é apropriado por Priscila na defesa de sua posição.

A menção a *chão* no turno da linha 18 de Priscila motiva o comentário jocoso de Juliana (linhas 21-22, *a Larissa- é- ela deixou cair no chão o bolo*), provocando risos (linhas 23, 27, 30), inclusive da própria Juliana (linha 24) em meio à iniciação de um reparo em terceira posição³¹ de Juliana (que continua no turno das linhas 26-29), esclarecendo a referência de *chão* (relacionado à fôrma do bolo). A seguir, nas linhas 31-32, Larissa produz um recuo de sua oposição anterior à proposta de Priscila, solicitando uma confirmação da explicação de Priscila (*por isso que ele ficou baixinho*), confirmada por Priscila na linha 33.

³¹ Trata-se de uma trajetória de reparo (isto é, de uma tentativa de os participantes resolverem um problema de entendimento) que tipicamente se apresenta como *‘não foi isso o que eu quis dizer’* (ver, por exemplo SCHEGLOFF, 1992 e GONZALEZ, 2004). “O reparo em terceira posição compõe-se de uma seqüência de ações em três posições: no turno da primeira posição (P1) um interlocutor produz um turno [nesse caso, linha 18 de Priscila, *o chão dele grudou*]. No turno da segunda posição (P2), o outro interlocutor produz um turno seqüencialmente relevante, demonstrando seu entendimento do turno em P1 [nesse caso, linhas 21-22 de Juliana, *ah Larissa ela deixou cair o bolo no chão*]. O falante de P1 percebe, então, que o entendimento de seu turno P1, revelado em P2, é problemático. Assim, em P3 [linhas 24 e 26 de Priscila, *não é a parte debaixo do bolo grudou na fôrma*], o falante de P1 refaz seu turno inicial a fim de que o problema de entendimento seja resolvido” (LODER, GONZALEZ e GARCEZ, 2004, p. 118). Nesse caso em especial, o que está em jogo no turno de Juliana é o que Schegloff (1987b, p. 212) chama de “brincadeira primeiro” (*joke first*): “antes de fornecer um ‘próximo’ (turno) sério que é seqüencialmente relevante, o participante provê uma brincadeira antes. Regularmente, tais “brincadeiras primeiro” são produzidas como mal-entendidos intencionais da fala anterior”. Para uma análise semelhante, ver Hilgert (2005, p. 134-137).

Finalmente, Larissa produz outro recuo, assentindo com a proposta de Priscila e não produzindo mais objeções (linha 35). Depois de uma seqüência de pergunta-resposta sobre quanto tempo o bolo ficou assando (linhas 37-39), Larissa produz o recuo final (linha 43, *ah então foi i:sso*), encerrando a discussão sobre as razões para o não crescimento do bolo de Priscila.

Nessa ocorrência, a apresentação de novos elementos de parte a parte forneceu subsídios para a produção de novas objeções e defesas de posições. Foi apenas após a incorporação da nova objeção de Larissa à defesa da posição de Priscila que a discordância se encaminhou para um fim. Enquanto aqui a discussão foi ampliada com a introdução dos novos elementos, as discordâncias com correção pelo outro, em contraste, permanecem centradas na oposição dos itens em disputa, conduzindo-se, muitas vezes, para um encerramento após a introdução do novo elemento (já discutido na seção 3.3 acima).

No caso das discordâncias com correção pelo outro, dada a polarização da discussão em torno de itens opostos, a incorporação de uma objeção do oponente à defesa de uma posição, além de não ter sido flagrada no presente *corpus*, não parece ser uma possibilidade viável. Isso porque incorporar significa consentir com a objeção, e, no caso das correções pelo outro, consentir significaria abrir mão do item que se está defendendo, conseqüentemente recuando da posição que se está avançando. Portanto, dado que concordar com a objeção (com o item proposto pelo oponente) ao mesmo tempo em que se permanece na defesa da posição inicial (do item oposto ao do oponente) não seria possível em correções pelo outro, a trajetória observada no fragmento analisado acima não parece ser viável em discordâncias levadas adiante com correções.

Além disso, como se discutiu em seções acima, a polarização das posições em correções pelo outro indiciam, também, uma polarização das posições dos interlocutores em relação ao tópico; enquanto o falante se apresenta como conhecedor, como tendo condições

para fazer as afirmações que faz, ele retrata, ao mesmo tempo, o interlocutor como incapaz (justamente porque este produz e insiste no item que é, aos seus olhos, errado). No caso da ocorrência ora sob análise, parece que está também em jogo uma certa dúvida de parte a parte sobre a autoridade do interlocutor, mas de modo bastante mais ameno e sem que, ao fim, um dos interlocutores seja qualificado como plenamente ignorante sobre o assunto.

Por um lado, Larissa produz seus turnos, ainda que objetando Priscila, em formatos que não são de afirmação enfática. Suas primeiras intervenções (linhas 01, 03 e 05) são em formato de pergunta, que, por projetarem uma resposta relevante de Priscila a seguir, estão orientados para não serem a “palavra final” no debate. Na sua insistência em objetar Priscila, Larissa, a seguir (linhas 13-14), produz um turno afirmativo, mas hipotético. Portanto, ao produzir seu desafios a Priscila nos formatos em que os produz, por um lado, Larissa se resume a questionar a avaliação de Priscila sobre as razões por que o bolo não cresceu (apresentando-lhe elementos que não havia considerado em sua argumentação – bolo ficar preto), e alçando-se à categoria de “quem tem conhecimento sobre bolos”. Por outro lado, Larissa não desqualifica sua interlocutora como ignorante sobre o assunto, na medida em que direciona perguntas a ela.

Por outro lado, Priscila constrói turnos sempre assertivos (responde às perguntas de Larissa – linha 04 –, assevera uma razão para o bolo ter ficado pequeno – linha 07 –, e, por fim, lida com a hipótese de Larissa, incluindo-a em sua última manifestação assertiva – linhas 17-18). Se, por um lado, a resposta/objeção de Priscila no turno da linha 07 (*não é é que assou demais*) pode estar questionando a posição de Larissa para propor o que propõe (falta de fermento como razão para não crescimento do bolo) – o que Larissa parece reconhecer na medida em que desiste do argumento “quantidade de fermento” e parte, a seguir (linha 13-14), para apenas desafiar a posição de Priscila, agora sem avançar uma alternativa original para explicar a altura do bolo –, por outro lado, o fato de que Priscila inclui, no turno das linhas 17-

18, o elemento apontado por Larissa (bolo ficar preto) como relevante à sua posição avalia a posição de sua interlocutora como “conhecidora de bolos”. Ao fim do debate, Priscila parece estar reconhecendo a posição de sua interlocutora como “conhecidora sobre bolos”. Assim, se o item proposto por Priscila “venceu” (convergem para que a razão para que o bolo tenha ficado pequeno é o cozimento prolongado), isso não implica, no entanto, que Larissa seja interacionalmente qualificada como ignorante sobre o tópico em disputa. O fato de que sua oponente tenha incorporado sua contribuição à explicação final do tamanho do bolo a qualifica como também legitimada a falar sobre o tópico.

Observe-se, ainda, que, no fragmento em questão, há uma particularidade tópica que subdivide em dois níveis a questão da autoridade das participantes. Num primeiro nível, estaria a legitimidade delas como “conhecedoras de bolos”, apresentando-se como aptas a avaliar as razões por que bolos podem não crescer. Num segundo nível, estaria a autoridade delas como “conhecedoras *deste* bolo”, como aptas a asseverar as razões por que *este* bolo em particular que têm diante de si não cresceu o suficiente. Se, por um lado, a insistência de Larissa em desafiar Priscila e o reconhecimento de Priscila sobre a propriedade da última proposta de Larissa parecem estar orientados à autoridade no primeiro nível (avaliação genérica sobre bolos), por outro lado, os formatos não assertivos das intervenções de Larissa em contraste com os formatos assertivos dos turnos de Priscila parecem evidenciar a orientação das participantes, ao longo de todo o fragmento, para a assimetria de conhecimento entre elas no que tange ao segundo nível (conhecimento sobre *este* bolo), uma vez que foi Priscila quem preparou *este* bolo em casa e, portanto, é ela quem tem maior *status* de conhecimento do que Larissa sobre *este* bolo. Assim, mesmo que Larissa seja qualificada como desautorizada a avaliar *este* bolo (ao que ela, desde o início, parece estar orientada), sua apresentação como apta a avaliar bolos em geral não é desqualificada por sua interlocutora.

Conforme se discutiu nesta seção, o encerramento de seqüências de discordâncias com correção pelo outro apresenta algumas particularidades em relação às ocorrências sem correção. No caso das seqüências sem correção que se encerram em aberto, o fato de que a disputa não se concentra exclusivamente na oposição de itens/expressões pode levar a que a introdução de novos argumentos produza uma mudança progressiva do foco de debate. Em contraste, as ocorrências com correção pelo outro, pela concentração da disputa em torno de itens particulares e opostos, tornam bastante abrupta e evidente a orientação (de pelo menos um) dos interlocutores para a desistência em persistir no debate e, por conseguinte, bastante abrupta também a orientação dos participantes para desistirem da defesa de sua posição de legitimado a falar sobre o assunto, em oposição a seu interlocutor. A detecção clara do ponto de abandono do debate no caso das correções pelo outro permite que o interlocutor, caso deseje persistir na discussão, monitore o ponto de desistência de seu oponente e, antes que um novo assunto ou foco se desenvolva, reinstaure a orientação para dar seguimento ao debate.

Por outro lado, no caso das seqüências sem correção que se encerram com uma solução, o fato de que um elemento novo, relevante ao debate, seja introduzido por um dos interlocutores como apoio a sua posição não conduz tão diretamente a um encerramento da disputa a seguir, ao contrário das discordâncias com correção pelo outro que apresentei. É possível que um interlocutor se aproprie do que seu oponente diz na construção de seu argumento. Com isso, potenciais atribuições de falta de autoridade de uma parte em relação à outra (ou de ambas mutuamente) em alguns aspectos não necessariamente redundam em atribuição de falta de autoridade plena de uma das partes ao final do debate. Em contraste, no caso de correções pelo outro, o fato de que o debate é indiciado pela oposição de itens/expressões parece não tornar viável a ocorrência de incorporações de elementos do turno do interlocutor no turno do falante e, conseqüentemente, implica a falta de competência plena de um interlocutor em relação ao outro ao final de discordâncias com uma solução.

3.5 PREFERÊNCIA E DESPREFERÊNCIA EM DISCORDÂNCIA

Conforme apresentado no capítulo 1, a despreferência para a produção de um turno discordante é uma observação apresentada em Pomerantz (1984), com a exceção de turnos que se seguem a auto-depreciações, contexto seqüencial no qual a discordância seria esperada. Mais recentemente, Kotthoff (1993) sugeriu que, num contexto de investimento dos participantes em uma disputa, após os dois ou três turnos iniciais (que, de fato, exibiam mitigação em suas construções), os participantes passavam a produzir turnos não modalizados (ou pouco modalizados), evidenciando sua orientação para a discordância como uma ação preferida (isto é, para a expectativa de que os oponentes defendam suas posições).

Dadas essas observações, procurou-se atentar, nas ocorrências de discordância levadas adiante por correções pelo outro do presente *corpus*, para como se configurava a orientação dos participantes para questões de preferência na produção dos turnos discordantes. Embora o debate de Kotthoff não diga respeito especificamente a seqüências que incluem correção pelo outro, mas sim a seqüências de discordância mais amplamente, acredito que a observação de seqüências com correção seja uma oportunidade de contribuir acrescentando evidências e apontando mais elementos a essas observações da literatura.

Nas seqüências de discordância com correção pelo outro que observei, à semelhança com as observações de Pomerantz (1984) e Kotthoff (1993), a produção do primeiro turno discordante, de fato, apresenta evidências da orientação dos participantes para sua despreferência. No entanto, como, nesse caso, a oposição centra-se na repetição dos itens opostos, as evidências para a despreferência não foram a produção de prefácios ou mitigadores nos turnos discordantes. O que se observou, sistematicamente em todas as ocorrências do *corpus*, foi um atraso entre o turno inicial e o turno discordante. Retomemos, a esse respeito, o fragmento 7.

(7)

4_(a3)_00:24:00

01 Priscila: outro dia estava pensando quantos anos a gente
 02 tinha quando a gente se conheceu. a Maria Lúcia
 03 era bebê
 04 (0,6)
 05 Maria Lúcia: >.h (a gente tem que mostrar) [aquela<=
 06 Maria Elisa: [a Maria=
 07 Maria Lúcia: =fo::to::,]
 08 Maria Elisa: =Lúcia não era nasci:da]

Aqui, após a produção do turno inicial de Priscila, do qual Maria Elisa discorda a seguir, o turno discordante de Maria Elisa só foi produzido após o silêncio de seis décimos de segundo (linha 04) e a produção do início do turno de Maria Lúcia.

No seguimento da seqüência de discordância com correção pelo outro, no entanto, observa-se tipicamente uma redução nesse índice de despreferência. Em outras palavras, se, entre os primeiros turnos, há a ocorrência de atrasos, na medida em que a discordância se estende (proporcionando aos falantes a oportunidade de reafirmarem suas posições iniciais), os silêncios entre os turnos tornam-se progressivamente menores. Retomando o fragmento 8,

(8)

2_(v2)_00:59:29

09 Fabiana: mas quem é que te disse que cebola não dá para
 10 usar com a:lho que eu não entendi
 11 (.)
 12 Camila: é: de:ssa de:sse tipo de alimentação do iô:ga
 13 eles nã:o:: não se mistura a:lho com cebo:la
 14 [<nã:o se:i por que>]
 15 Fabiana: [e por que que nesse aqui] tem cebola, ((se
 16 vira, vai para perto de balcão onde está o
 17 livro. Aponta para livro, enquanto olha para
 18 Camila))
 19 (0,7)
 20 Camila: mas nesse aí não tem A::lho
 21 (0,4)
 22 Fabiana: TE::M ((olha para o livro))
 23 (0,2)
 24 Camila: não [te::m
 25 Fabiana: [do:is dentes de a:lho uma cebola gra:nde=
 26 =((lendo))
 27 Camila: bo:m porque esses aí são alu:nos
 28 (.)
 29 Camila: (hã) e aluno faz beste:ira

observa-se que, na primeira oposição, entre a linha 15 de Fabi e a linha 20 de Camila, há um silêncio de sete décimos de segundo. A seguir, entre esse turno e a reafirmação (enfática) da posição de Fabi, na linha 22, há um silêncio comparativamente menor, de quatro décimos de segundo. Entre esse turno e o próximo, opositivo, de Camila, um silêncio ainda menor, de dois décimos de segundo e, por fim, entre esse turno e o próximo de Fabi, na linha 25 (com a introdução de um novo elemento que define a discussão), não há silêncio algum, mas uma sobreposição. Assim, na medida em que o silêncio entre os turnos oponentes é cada vez menor, isso parece indicar o crescente investimento dos participantes no agravamento/explicitude da discussão, em lugar de permanecerem orientados para sua não expectativa, tal como destacou Kotthoff (1993).

Essa orientação para a expectativa de que as partes oponentes se engajem em defender suas posições dada a instauração de um enquadramento de disputa, evidente pela redução dos silêncios entre os turnos oponentes, pode culminar com a produção de sobreposições mais extensas, como no fragmento 4, parte do qual é retomada a seguir.

(4)

3_(v1)_00:23:26

```

11  Renata:          QUE NAMORA:::DO,
12                (.)
13  Priscila:       não se:::i não é:: a Luciana e o namora:do::,
14  Renata:         >a Lu[ciana tá de-<] >a Luciana tá de=
15  Larissa:        [si::m]
16  Renata:         =namora:do:,<=
17  (Larissa):     =tá:::
18  Renata:         desde qua::ndo,=
19  Priscila:       =ué:: d- [eu a::cho que é o namo]ra::do né=
20  Renata:         [(bá         tô por fo:ra)]
21  Priscila:       =gurias::[:]::::, pelo que eu::=
22  Larissa:        [é:]
23  Juliana:        =não se:i se é tão sério
24                (0,4)
25  Larissa:        e eu acho que [°(é)°]
26  Priscila:       [e ela] tá em Búzios com quem,
27                (.)
28  Juliana:        sei lá[:]:: não TÁ em Búzios tá no Rio de=
29  Priscila:       [sozi:nha,]
30  Juliana:        =Jane::iro (vai:::-)
31  Renata:         [[é Bú::zios]
32  Larissa:        [[mas ela não ia para] Bú:zios ou A:ngra::,=

```

33 Juliana: =não ela ia para Ri- para o Ri:o ela di[sse
 34 Priscila: [ela
 35 colocou Búzios=
 36 Renata: =[[Búzios]
 37 Juliana: =[[(cidade) Ri:[o)
 38 Priscila: [Búzios=
 39 (Juliana): =[[é,]
 40 Larissa: =[[on]de que ela co[locou,
 41 Priscila: [colocou Búzios
 42 (.)
 43 Priscila: no ema:il
 44 (.)
 45 Priscila: Búzios
 46 Larissa: [[ela te man]dou um ema:il,

Nesse fragmento, o primeiro turno opositivo (linha 23) só ocorre depois de um longo atraso após a primeira solicitação de confirmação de Priscila (linha 13). Antes que novas perguntas e comentários (linhas 18, *desde quando* e linha 20, (*bá tô por fora*)), baseados na até então confirmada informação, fossem tratados, Juliana apresenta sua oposição. A seguir, a oposição de Larissa (linha 25) é produzida com apenas quatro décimos de segundo de atraso, em sobreposição final com a qual Priscila propõe sua pergunta-desafio. A seguir, antecedida por um atraso menor (uma micropausa – linha 27) e uma resposta à pergunta de Priscila (*e ela tá em Búzios com quem / sei lá*), Juliana produz a correção pelo outro que desencadeia um novo “foco” na discussão. Os turnos seguintes não são mais produzidos com atraso, mas sim em sobreposição com o anterior. Tão logo esteja claro, na produção do interlocutor, a reafirmação de sua posição, o oponente se lança a repetir sua objeção. Assim, em seguida da proposta de Juliana na linha 30 (*Rio de Janeiro*), Renata e Larissa produzem (em sobreposição) suas oposições. A seguir, após a resposta de Juliana a Larissa (linha 33), antes mesmo que ela conclua seu turno (dado que já está claro, ao dizer *Ri-*, interrompido antes do fim, e *Ri:o*, que mantém sua proposta anterior), Priscila produz a oposição (linhas 34-35). Imediatamente, seguem-se, em sobreposição, o alinhamento de Renata (linha 36) e a nova reafirmação de Juliana (linha 37), antes do fim da qual, novamente (pela produção de *Ri:* antes da entrada de Priscila), a oponente repete sua oposição. É apenas depois do recuo de Juliana (linha 39) que os turnos deixam de ser produzidos em sobreposição tão imediata.

Entre esse último turno de Juliana e o próximo de Priscila, está parte do turno de Larissa (em que introduz um novo foco) e, a seguir, silêncios (linhas 42 e 44), em que Juliana não mais se manifesta.

O que se evidencia com as análises desses dois últimos fragmentos é que, se, no caso das discordâncias em que os turnos discordantes são produzidos sempre com atraso entre eles, os silêncios vão progressivamente sendo reduzidos, nos casos em que são produzidos em sobreposição, essa redução apresenta-se na sua versão mais “radical”, indiciando, mais uma vez, a orientação dos participantes para a produção (em lugar da mitigação) da discordância. Além disso, especialmente no caso das correções pelo outro, lembrando que há uma implicação não apenas da oposição de itens, mas também da (atribuída) falta de autoridade do interlocutor e, em contraste, da posição de autoridade do falante, esse investimento dos interlocutores na continuidade da disputa evidencia também uma crescente orientação para questionar, cada vez mais fortemente, a condição do interlocutor de conhecedor do assunto. A cada vez que o falante insiste no item que propõe, apontando o interlocutor como ignorante, mais imediata torna-se a próxima intervenção do interlocutor, acentuando, por sua vez, de modo mais explícito e direto do que sua intervenção anterior, o questionamento da legitimidade do falante.

Ainda, conforme Kotthoff (1993), no que tange ao encaminhamento para encerrar uma discordância, “depois da ocorrência de formas de discordância agravada, não é muito provável que o oponente irá ceder imediatamente” (p. 206). No contexto que observa, “a combinação de aceitação relutante e uma pergunta parece ser o formato de concessão” típico. Nos casos de discordância com correção pelo outro em que se chega a uma solução, observa-se também, depois do investimento dos interlocutores na discordância, a produção do recuo de um dos participantes antecedida por um atraso. Retomo, a esse respeito, o fragmento 6, em que Fabi Fonte está narrando a Camila um fato ocorrido com Larissa (que está co-presente).

(6)

5_(v2)_00:58:31

01 Fabi F.: tá aí ele f- (0,5) pego:u e agarro:u ela de
 02 no:vo
 03 Camila: de no::vo,=
 04 Fabi F.: =aí a [gente-
 05 Larissa: [nã:: não me agarro:u não foi daí
 06 Fabi F.: n:ã:o. uma hora- no- logo que a gente entrou
 07 na fila ele te agarrou
 08 (0,3)
 09 Larissa: °é, [não me (lembro disso)°]
 10 Fabi F.: [no começo da fila- quando] a gente entrou
 11 na fi:la=
 12 Larissa: =não me lem[bra:va]
 13 Fabi F.: [e quando] a gente estava no fim
 14 que a gente começou a tentar se esconder e ele

Após a afirmação de Fabi Fonte (linhas 01-02) e do registro da ouvinte da narrativa (linha 03), antes que Fabi Fonte pudesse dar continuidade ao relato (linha 04), Larissa intervém (com atraso) produzindo uma oposição (linha 05, *nã não me agarrou não foi daí*). Imediatamente a seguir (linha 06), sem atraso (indicando um investimento na discordância, como discutido acima), Fabi Fonte insiste na sua versão da história, acrescentando um novo elemento (*logo que a gente entrou na fila*) dando sustentação a sua proposta (como discutido na seção 3.3 acima). No que se segue, em vez de Larissa produzir imediatamente mais uma oposição contundente, há um silêncio (linha 08) e, em seguida, um recuo de Larissa na forma de uma pergunta-desafio (que Fabi Fonte responde nas linhas 10-11), após o que Larissa recua definitivamente, apresentando uma justificativa para a produção inicial da oposição (*não me lembrava*, na linha 12).

A análise desse fragmento evidencia que, à semelhança do observado por Kotthoff (1993) na produção de concessões ao final de seqüências longas de disputa, a desistência de um dos interlocutores de persistir na defesa de sua posição, não sendo a ação esperada a seguir, é produzida com evidências de sua despreferência. No caso desse fragmento, enquanto a discordância vinha sendo produzida, até então, com uma redução progressiva nos silêncios entre os turnos opositivos, sinalizando o investimento crescente dos interlocutores na

discordância, o recuo, não sendo a ação esperada a seguir, foi produzido com um atraso maior.

Finalizando a discussão da presente seção sobre preferência e discordância, conclui-se, a partir das análises da coleção de discordâncias levadas adiante por correções pelo outro, que, considerando apenas os dois turnos iniciais de uma seqüência de discordância, as observações de Pomerantz (1984) descrevem adequadamente a orientação dos participantes para a despreferência (que, no presente trabalho, ficou evidente não por mitigações ou prefácios, mas pela incidência de atrasos). No entanto, considerando o andamento da seqüência além dos dois turnos iniciais, na medida em que os participantes davam prosseguimento à discordância, persistindo no debate, as evidências da despreferência se enfraqueciam (com atrasos progressivamente menores entre os turnos, culminando com a ocorrência de sobreposições), e a ocorrência de um recuo ao fim de uma seqüência de disputa orientada para o debate, por ser precedida de atraso, evidenciava a não expectativa por essa ação, em consonância com as observações de Kotthoff (1993). No entanto, as evidências nas quais Kotthoff (1993) baseou sua proposta diziam respeito essencialmente à organização interna dos turnos em discordância (se apresentavam prefácios ou não, se apresentavam mitigadores ou não), sem atentar para a coordenação temporal da produção dos participantes (ou seja, sem atentar para a ocorrência de atrasos e/ou de sobreposições entre os turnos discordantes). Portanto, se, por um lado, as observações aqui apresentadas confirmam de certo modo a afirmação de Kotthoff (1993) de que as evidências de despreferência por discordância ao longo de uma seqüência mais extensa vão-se enfraquecendo, por outro lado agregam às observações de Kotthoff que, além da diminuição do uso de prefácios, a produção de atrasos também é um índice relevante para observar o afastamento dos participantes da produção de discordância como uma ação despreferida.

Em resumo, por um lado, essas observações não desconfirmam Pomerantz (1984) sobre a despreferência por discordância (evidenciando, no entanto, sua limitação à produção das primeiras “rodadas” de turnos discordantes), e, por outro lado, evidenciam semelhanças às observações de Kotthoff (1993), apontando a produção de atrasos como um aspecto importante (sendo o aspecto central no caso de discordâncias com correção pelo outro). Nesse sentido, nos parece que, em vez de estudos conflitantes, tratam-se de trabalhos que apresentam evidências complementares.

Tendo iniciado o presente capítulo apontando a orientação distinta dos participantes para a correção pelo outro envolvida em reparo (RILCO) (em que a resolução de um problema de entendimento está em pauta) e a correção pelo outro em seqüências de discordância (em que, por assumir-se que há entendimento mútuo, o avanço de uma oposição está em pauta), enfoquei as análises na apresentação e discussão das ocorrências de correção pelo outro em discordância. Inicialmente, apontei como a correção pode iniciar uma discordância, produzir-lhe uma nova etapa ou propiciar o encerramento de uma discordância anterior, produzindo, em todos os casos, além do avanço de uma proposta oposta à anterior, o questionamento da autoridade do interlocutor sobre o tópico e a apresentação do falante como tendo *status* de conhecimento superior ao do interlocutor.

A seguir, discuti como uma discordância levada adiante por correções pelo outro pode ser finalizada. A discordância pode permanecer com um final em aberto, seja porque os oponentes não acrescentam mais nenhum turno opositivo à seqüência, seja porque os participantes se engajam em outra discordância a seguir, o que exime os participantes da necessidade de lidar com o questionamento de seu conhecimento sobre o tópico, lançado pelo interlocutor. A discordância também pode ser encerrada com uma solução, com o recuo de

um dos participantes, que, nos dados do presente *corpus*, tipicamente sucedia à introdução de um novo elemento ao debate por um dos interlocutores, conferindo maior sustentação a sua posição e levando o oponente a assentir com a imputação de sua falta de autoridade sobre o assunto em debate.

A comparação da correção pelo outro com outros recursos para levar adiante uma discordância evidenciou que a correção, diferentemente de outras possibilidades, implica uma negação da validade da afirmação do oponente ao promover modificações diretamente no turno do oponente, não lhe proporcionando a chance de alterar sua própria asserção antes de uma oposição direta, sendo, por isso, um recurso que produz seqüências mais agravadas do que outros; e diferentemente de outras trajetórias, a correção pelo outro não propicia a apropriação de elementos do turno de um interlocutor pelo turno do adversário, além de permitir, por seu enfoque sobre dois itens/expressões em disputa, um monitoramento do ponto em que os participantes abandonam a busca por “ganhar” a disputa.

Por fim, a partir da análise apenas das discordâncias levadas adiante por correções pelo outro, apresentei considerações sobre a ocorrência de atrasos entre os turnos oponentes ao longo da construção de uma discordância enquanto evidências de preferência por discordar. Enquanto, entre os turnos discordantes iniciais, a ocorrência de atrasos parece indiciar a despreferência pela produção da oposição, à medida em que o debate prossegue, a progressiva diminuição dos atrasos, culminando com as sobreposições entre turnos discordantes, evidencia um enfraquecimento da orientação dos participantes para a despreferência por discordância. Ainda, a produção de uma concessão com atrasos maiores dos que os entre os turnos discordantes anteriores evidencia a orientação dos participantes para sua produção como a ação despreferida. A apresentação dessas conclusões sobre as relações entre preferência e discordância destacaram, ainda, que, além de prefácios e modalizações nos turnos discordantes, a observação da construção dos silêncios ao longo da

discordância pode ser um índice relevante para evidenciar a orientação dos participantes para a preferência por discordar.

A seguir, apresento as considerações finais do trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo apresentado, no capítulo anterior, análises da ocorrência de correção pelo outro em seqüências de discordância, cabe, agora, encaminhar respostas às perguntas de pesquisa apresentadas no capítulo introdutório entremeadas por discussões de sua relevância mais amplamente.

As perguntas de pesquisa propostas foram:

1. Nas seqüências interacionais do presente *corpus*, como se caracteriza seqüencialmente a ocorrência de correção pelo outro em discordâncias?

Uma primeira observação importante foi a de que, nas seqüências de discordância, o emprego da correção pelo outro não parecia estar implicado em uma seqüência de reparo, isto é, não parecia estar orientado a resolver um problema de entendimento entre os participantes, mas sim produzia o avanço da oposição entre os participantes. Se, segundo a proposta contemporânea de Macbeth (2004), correção e reparo poderiam ser entendidos como domínios distintos mas co-ocorrentes, a observação de correções em contextos de discordância parece dar razão a essa proposta analítica e, ao mesmo tempo, apontar os contextos de conflito (além dos cenários escolares discutidos em MACBETH, 2004) como um *locus* promissor para a continuidade da investigação e do refinamento dessa proposta.

Um segundo aspecto observado foi que, com relação à organização da preferência, as correções pelo outro apresentaram, por um lado, índices de preferência por discordância, isto é, evidenciaram a orientação crescente dos interagentes para a produção cada vez mais explícita dos turnos discordantes, e, por outro lado, ao final de seqüências em que um dos participantes recuava de sua posição, o movimento de recuo de um dos interlocutores apresentava índices de despreferência, isto é, de orientação para a produção de uma

convergência como a ação não esperada. A semelhança dessas observações com as de Kotthoff (1993) corrobora a proposta da autora da necessidade de especificar-se a descrição inicial da organização de preferência para discordâncias, tomando-se em consideração não apenas a relação entre dois turnos discordantes, mas centralmente o ponto da seqüência de discordância em que os turnos sob análise se encontram (se no início do debate ou se mais adiante). Ainda, o fato de que o índice de preferência nos dados do presente *corpus* foi o atraso agrega às observações de Kotthoff (1993) a importância de atentar-se para a organização temporal na produção de turnos discordantes como evidência da preferência por discordância.

Um terceiro aspecto observado foi a organização seqüencial das correções pelo outro em discordâncias. Observou-se que a correção pelo outro é empregada pelos interagentes não apenas como um recurso para dar início a uma disputa, mas também para produzir um novo movimento opositivo dentro de uma seqüência de discordância já iniciada, ou, ainda, como uma saída para uma discordância anterior. No que tange ao encerramento de discordâncias com correção, observaram-se seqüências com fim em aberto (com o abandono da disputa pelos participantes) e seqüências com o recuo de uma das partes em discordância, de modo similar ao que foi observado na literatura para discordâncias em geral. Entretanto, nas instâncias em que houve recuo, observou-se que esse movimento sucedeu um turno do interlocutor introduzindo um novo elemento relevante ao debate. Considerando-se a escassez (apontada na seção 1.5) de estudos sobre a ocorrência específica de correções pelo outro em discordâncias, essas observações contribuem a essa literatura apresentando um mapeamento seqüencial das possibilidades de intersecção entre esses dois fenômenos.

Portanto, em resumo, a ocorrência de correção em seqüências de discordância caracteriza-se como não orientada a resolver problemas de entendimento, como orientada para a preferência crescente por acirrar a discordância e como tendo presença virtualmente em

qualquer etapa de uma discordância, podendo resultar em um debate em aberto ou com um recuo de uma das partes. A essa caracterização, no entanto, escapa um aspecto que é central às correções pelo outro e que, coordenado com as observações resumidas acima, evidencia implicações importantes para seu emprego em discordâncias: o fato de que as correções põem em questão a autoridade do interlocutor sobre o tópico interacional.

1.1 Que implicação para a discordância o emprego de correção pelo outro acarreta na seqüência interacional?

Como foi destacado ao longo do capítulo de análise, a orientação dos participantes para expor dúvida acerca das condições do interlocutor para fazer as afirmações que faz, através do questionamento de um item no turno do interlocutor, é um aspecto central da ação realizada pela correção pelo outro em discordâncias. O apontamento de um item/expressão no turno anterior como “errado” e a oferta de um substituto “adequado” põem em jogo não apenas a informação que o interlocutor está provendo, mas principalmente sua apresentação como conhecedor do tópico. Ao corrigir o interlocutor, o falante, ao mesmo tempo em que apresenta o interlocutor como desconhecedor/ignorante, apresenta a si próprio, em contraste, como legitimado a falar sobre o assunto.

Ocorrendo no início de seqüências de discordância, o emprego da correção põe em pauta a condição do interlocutor de falar sobre o tópico atual. Ocorrendo como um novo movimento dentro de uma discordância já previamente iniciada, a correção, no entanto, põe em dúvida a legitimidade do interlocutor não apenas em relação ao tópico atual, mas também em relação ao tópico mais amplo, no qual a correção está inserida. Portanto, a resolução da discordância com correção, nesses casos, implica a possibilidade de os participantes, no seguimento da interação, continuarem ou não produzindo afirmações (e de se apresentarem como autorizados) sobre o assunto maior em andamento. Ocorrendo como saída para uma

discordância anterior, a nova correção deixa em aberto as atribuições de falta de autoridade da discordância anterior, e o enfoque passa a ser sobre um novo tópico e, por conseguinte, sobre uma nova configuração de questionamentos de autoridade.

A observação do encerramento das discordâncias com correção pelo outro evidencia também a centralidade do questionamento mútuo das posições de autoridade dos interlocutores. Nos casos em que a discordância se encerra em aberto, não só fica em aberto a decisão de qual item/expressão é o “correto”, mas também permanecem as imputações mútuas de ignorância de parte a parte. Se, por um lado, nenhuma das partes cede de sua auto-apresentada posição, por outro lado, nenhuma das atribuições de falta de autoridade é retirada. O abandono das partes em disputa de chegar a uma convergência não implica a retirada dessas atribuições; pelo contrário, justamente porque não há uma decisão é que permanecem expostos os questionamentos de parte a parte.

Nos casos em que a discordância se encerra com uma das partes recuando de sua posição anterior, o fato de que o recuo segue-se à apresentação de um novo elemento relevante à discussão torna ainda mais evidente a orientação para o apontamento de falta de conhecimento sobre o tópico implicado pelas correções. A apresentação de novos elementos por uma das partes a credencia como conhecedora, como autorizada a falar o que fala, e o interlocutor, a seguir, tipicamente (pelo menos no *corpus* deste trabalho) recua, admitindo não só o equívoco do item que defende, mas também assentindo com a implicação de potencial falta de conhecimento sua, produzida pelo falante.

Considerando-se, ainda, que as seqüências de discordância com correção são constituídas não de apenas pelo turno de um participante que se arroga a corrigir o interlocutor, mas de turnos de dois participantes (ou de duas partes, nos casos de alinhamentos de terceiros), produzindo correções mútuas, a reiteração das correções implica também uma reiteração de atribuições de falta de autoridade. E é justamente a disputa não apenas pela

versão “correta”, mas pela posição de maior legitimidade para falar sobre o tópico do debate que vai ficando progressivamente mais explícita com a redução dos atrasos entre os turnos discordantes e o agravamento da discordância. Assim, a orientação para o enfraquecimento da despreferência por discordância não está apenas relacionada aos participantes quererem que a sua versão do fato prevaleça, mas também a tornar cada vez mais diretamente explícito o questionamento recíproco sobre a capacidade, as condições do interlocutor para permanecer afirmando o que afirma.

Portanto, a implicação que a correção acarreta para a seqüência de discordância é colocar em questão não apenas os itens em debate, mas também as posições de autoridade dos interlocutores em oposição, de modo que a resolução da discordância implica o tratamento também desse aspecto entre os interlocutores.

2. Em que aspectos as ocorrências com correção pelo outro se distinguem ou se aproximam das ocorrências de discordância sem correção pelo outro?

O contraste entre a correção pelo outro e outros recursos para discordar foi balizado centralmente por dois aspectos (oposição de asserções e encerramento das discordâncias). No que tange ao primeiro aspecto, observou-se que a correção, por ser bastante “invasiva” (sem dar oportunidade para o falante reformular sua posição antes que a oposição explícita lhe seja apresentada) e por necessariamente negar a validade da posição apresentada pelo interlocutor (e, por conseguinte, sua autoridade), é um recurso bastante explícito (agravado) para discordar. No que tange ao segundo aspecto, observou-se que a correção pelo outro, pelo enfoque bastante específico da disputa (sobre itens/expressões em oposição), dificulta sua dispersão, permitindo um controle e um monitoramento do fluxo tópico bastante grande. Ainda, a inviabilidade de a correção pelo outro incorporar elementos apresentados pelo oponente, legitimando-os e resultando, assim, na categorização de ambas as partes como

autorizadas, evidencia, mais uma vez, a correção pelo outro como recurso bastante agravado para discordar.

Em resumo, a correção pelo outro, em contraste com alguns outros recursos para discordar, mostrou-se ser mais explícita e imediatamente opositiva, sublinhando (em lugar de mitigar) a oposição ao item proposto pelo interlocutor e propiciando um debate mais focado nas expressões em oposição, o que, por conseguinte, deixa bastante evidente o ponto em que os interlocutores abrem mão de permanecer na disputa (quando é o caso). No que concerne às questões de atribuição mútua de falta de autoridade sobre o assunto entre os interlocutores, a correção pelo outro implica a caracterização de um dos participantes como conhecedor à exclusão do outro, tornando-se, portanto, um recurso bastante agravado também nesse aspecto, que reforça e acentua a oposição entre as partes.

Acredito que a opção, neste trabalho, por tratar a intersecção dos fenômenos de correção e discordância foi bastante mais enriquecedora do que a opção de observá-los em separado. Por um lado, o fato de que as correções foram analisadas como parte de uma seqüência mais extensa (no caso, de discordâncias), permitiu apreciá-las para além da mera relação seqüencial entre o turno com um equívoco e outro turno que lhe apresenta uma versão alternativa. Por outro lado, o fato de que a discordância foi analisada com o olhar para um tipo particular de recurso para levá-la adiante (a correção) permitiu propor mais pontuadamente diferenças no grau de explicitude/gravidade desse recurso para discordar em relação a outros.

Além disso, acredito que o tipo de cenário observado também contribuiu para evidenciar os aspectos discutidos sobre correção pelo outro e discordância. Conforme apontado no capítulo introdutório, o *corpus* do estudo teve por base interações em que a motivação do encontro dos participantes não era, *a priori*, a instrução uns dos outros (os mais experientes/conhecedores ensinando os menos experientes/conhecedores) ou a produção (ou

reprodução) formal de conhecimento (como, muitas vezes, é o caso das instituições escolares, cf. MACBETH, 2004, p. 721), nem mesmo era resolver um conflito pré-existente (como nos casos de audiências entre consumidor e prestador de serviços no PROCON, em que o insucesso de tentativas anteriores de resolução do impasse leva à ocorrência daquele encontro, cf. MAGALHÃES, 2004). Nos cenários que analisei, por um lado, a produção de correção, embora pudesse estar implicada em ocasiões que se tornaram uma instrução (como no caso do fragmento 5 – bico/chupeta), fez parte de diversos outros tipos de atividades em que os interlocutores se engajavam ao longo do encontro (relembração coletiva de um fato comum, relato de um fato a uma platéia, avaliação/opinião dos interlocutores sobre um fato, etc.). Por outro lado, o conflito de posições e o investimento em resolvê-lo emergiu dessas próprias atividades e dos posicionamentos dos participantes durante a interação, sem que necessariamente derivassem de conflitos anteriores ao encontro.

Portanto, a análise da ocorrência e do tratamento de correções pelo outro e de discordâncias nesse tipo de cenário, em que não há uma expectativa prévia dos interagentes (e também do analista) para sua produção, parece proporcionar um outro olhar sobre esses fenômenos, tornando menos óbvias suas ocorrências. O fato de que não são necessariamente esperadas a todo momento leva o analista a buscar, a cada instância de correção e de discordância nas interações analisadas, o entendimento da operação desses fenômenos naquela junção interacional particular, não sendo tratadas apenas como mais uma ocorrência entre outras naquele cenário. Nesse processo, procurou-se levar em consideração, além da análise estritamente seqüencial da correção e da discordância, a relação que os participantes estavam propondo entre si e as implicações disso para o seguimento da interação. Não se está propondo que a observação de outros cenários não possa evidenciar também esses aspectos, mas, nos casos em que a ocorrência desses fenômenos não é iminente a todo o momento, justamente por isso esses elementos parecem tornar-se ainda mais evidentes.

O necessário recorte imposto ao enfoque deste trabalho, enquanto permite avançar no entendimento dos objetos de pesquisa, aponta também outros caminhos para investigação. Embora não tenha havido oportunidade de explorá-los ao longo do texto, permito-me, ao final do trabalho, indicar pelo menos um ponto que me pareceu interessante para tratamentos futuros. Trata-se da questão do questionamento da autoridade em discordâncias em que o tópico que diz respeito às ações/atributos/informações de um dos contendores. Exemplificado nos excertos 2 (seção 3.1) e 6 (seção 3.3), chamou-me a atenção o fato de que, no caso de assuntos relacionados à individualidade de um dos participantes da discussão (nos exemplos, o endereço correto de *e-mail* de Camila e as ações desempenhadas numa festa por Larissa, respectivamente), os interlocutores insistiram em discutir a informação provida pelo indivíduo/protagonista em questão, pondo em dúvida, com o emprego de correção, a autoridade do interlocutor sobre si próprio. Enquanto poderia ser esperado que a informação provida pelo participante sobre si mesmo é inquestionável (afinal, quem saberia mais sobre ele do que ele mesmo?), a ocorrência de discordâncias sobre esses tópicos parece indicar que essa expectativa nem sempre prevalece. Enquanto, no primeiro exemplo mencionado, a interlocutora, ao final, assente com a correção proposta pela participante-tópico, no segundo exemplo, a participante-tópico recua, permitindo que prevaleça a versão da interlocutora sobre si em detrimento de sua própria versão. Parece-me que o tratamento dessa questão poderia ampliar e enriquecer a reflexão sobre correção, discordância e autoridade que apresentei ao longo da discussão analítica.

O presente trabalho, não tendo um foco explicitamente “aplicado” (entendendo-se por isso o tratamento de uma questão em um cenário particular com vistas a propor soluções/modificações/caminhos alternativos para o cumprimento de uma determinada meta), partiu da exploração do funcionamento de um fenômeno em especial (a correção em discordâncias). Dado esse caráter, suas implicações estão bastante mais voltadas a subsidiar

outras pesquisas, com a oferta de reflexões para a análise de interações em outros cenários, nos quais esse fenômeno (ou mesmo os fenômenos de correção e discordância em separado) seja relevante. Espera-se, portanto, que as observações apresentadas aqui, embora oriundas de interações mais cotidianas, sejam produtivas enquanto ponto de comparação para análises de correção em discordância (e de correção e discordância) em outros contextos, seja contribuindo para a elucidação do caráter mais ou menos conflitivo das interações nesses cenários, seja motivando a investigação de implicações diferentes desse(s) fenômeno(s) em relação às apontadas na discussão do presente trabalho.

Por fim, apesar da evidente limitação do *corpus* analisado e, conseqüentemente das análises e discussões produzidas, que podem ser sempre ampliadas ou modificadas, acredito ter disponibilizado reflexões que, por um lado, propiciem esclarecimentos sobre correção e discordância enquanto fenômenos não só distintos, mas também como co-ocorrentes, e, por outro lado, motivem a continuidade da investigação de correções pelo outro e de discordâncias enquanto fenômenos que compõem a fala-em-interação social nos diversos cenários de atividade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. N. **Construindo contextos: a produção de identidades masculinas na fala-em-interação**. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ARONSSON, K.; CEDERBORG, A. Conarration and voice in family therapy: voicing, devoicing and orchestration. **Text**, Berlin, v. 14, n. 3, p. 345-370, 1994.
- ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. **Structures of Social Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- BARROS, D. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de Textos Oraís**. São Paulo: FFLCH/USP, 2003.
- BILLIG, M. Whose terms? Whose ordinariness? Rhetoric and ideology in Conversation Analysis. **Discourse & Society**, London, v. 10, n. 4, p. 543-558, 1999.
- BLUM-KULKA, S.; BLONDHEIM, M.; HACOHEN, G. Traditions of dispute: from negotiations of talmudic texts to the arena of political discourse in the media. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 34, n. 10-11, p. 1569-1594, 2002.
- BOGGS, S. The development of verbal disputing in part-Hawaiian children. **Language in Society**, Cambridge, v. 7, p. 325-344, 1978.
- BRAIT, B. Elocução formal: o dinamismo da oralidade e as formalidades da escrita. In: PRETI, D. (Org.) **Estudos de língua falada**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998. p. 87-108.
- BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- BUCHOLTZ, M. The politics of transcription. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 32, n. 10, p. 1439-1465, 2000.
- BUTTON, G; LEE, J. R. E. **Talk and Social Organisation**. Clevedon: Multilingual matters, 1987.
- CLAYMAN, S. Disagreements and third parties: dilemmas of neutralism in panel news interviews. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 34, n. 10-11, p. 1385-1401, 2002.
- COATES, J.; THORNBORROW, J. A response to Kitzinger ‘Inaccuracies in quoting from data transcripts: or inaccuracy in quotations from data transcripts’. **Discourse & Society**, London, v. 10, n. 4, p. 594-597, 1999.
- COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COULTER, J. Elementary properties of argument sequences. In: PSATHAS, G. (Ed.) **Interaction Competence**. Lanham: University Press of America, 1990. p. 181-203.

- DAVIES, A. Observer's paradox. In: MESTHRIE, R. **Concise Encyclopedia of Sociolinguistics**. Amsterdam, New York: Pergamon, 2001. p. 802.
- DREW, P. 'Open' class repair initiators in response to sequential sources of troubles in conversation. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 28, n. 1, p. 69-101, 1997.
- DURANTI, A. **Linguistic Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- EGBERT, M. Some interactional achievements of other-initiated repair in multiperson conversation. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 27, n. 5, p. 611-634, 1997.
- EISENBERG, A.; GARVEY, C. Children's use of verbal strategies in resolving conflicts. **Discourse Processes**, Norwood, v. 4, p. 149-170, 1981.
- ERICKSON, F. "O quando" de um contexto. Questões e métodos na análise da competência social. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolingüística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 215-234.
- _____. **Talk and Social Theory**. Cambridge: Polity Press, 2004.
- FÁVERO, L. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, D. (Org.) **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p. 79-97.
- FÁVERO, L.; KOCH, I. **Lingüística Textual**: introdução. São Paulo: Cortez, 1983.
- FÁVERO, L.; ANDRADE, M. L.; AQUINO, Z. de. Correção no texto falado: tipos, funções e marcas. In: MOURA NEVES, M. H. (Org.) **Gramática do Português Falado**. São Paulo: FAPESP/Humanitas, 2000. Vol. VII, p. 53-76.
- FELE, G. **L'insorgere del Conflitto**. Milano: FrancoAngeli, 1991.
- GAGO, P. C. Questões de transcrição em Análise da Conversa. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 89-113, 2004.
- GARDNER, R. The conversation object *mm*: a weak and variable acknowledging token. **Research on Language and Social Interaction**, Edmonton, Canada, v. 30, n. 2, p. 131-156, 1997.
- GARFINKEL, H. Remarks on Ethnomethodology. In: GUMPERZ, J.; HYMES, D. **Directions in Sociolinguistics: the Ethnography of Communication**. Oxford: Basil Blackwell, 1986. p. 301-324.
- GARCEZ, P. M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Orgs.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p. 83-95.
- _____. A organização da fala-em-interação na sala de aula: controle social, reprodução de conhecimento, construção conjunta de conhecimento. Submetido como capítulo em GUEDES, P. C. (Org.). **Ensino de Português e cidadania**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, no prelo.

GARCEZ, P. M.; LODER, L. L. Reparo Iniciado e Levado a Cabo pelo Outro na Conversa Cotidiana em Português do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. 5, p. 279-312, 2005.

GEORGAKOPOULOU, A. Arguing about the future: on indirect disagreements in conversation. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 33. p. 1881-1900, 2001.

GEORGAKOPOULOU, A.; PATRONA, M. Disagreements in television discussions: how small can small screen arguments be? **Pragmatics**, v. 10, n. 3, p. 323-338, 2000.

GIDDENS, A. Erving Goffman as a systematic social theorist. In: _____. **Social Theory and Modern Sociology**. Standford: Standford University Press, 1987. p. 109-139.

_____. **A Constituição da Sociedade**. Tradução por: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). **Teoria Social Hoje**. Tradução por: Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

GOFFMAN, E. **Interaction Ritual**. Essays on face-to-face behaviour. New York: Pantheon Books, 1982.

_____. **Relations in Public**. Microstudies of the public order. New York: Basic Books, 1971.

_____. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 13-20.

GONZALEZ, P. C. **Reparo em terceira posição na fala-em-interação entre falantes com e sem afasia de expressão**. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GOODWIN, C. **Conversational Organization**. London: Academic Press, 1981.

_____. Notes on story structure and the organization of participation. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. **Structures of Social Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 225-245

_____. Recording human interaction in natural settings. **Pragmatics**, San Diego, v. 3, n. 2, p. 181-209, 1993.

_____. Action and embodiment within situated human interaction. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 32, n. 10, p. 1489-1522, 2000.

GOODWIN, M. H. Aggravated correction and disagreement in children's conversations. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 7, n. 6, p. 657-677, 1983.

_____. **He-said-she-said: talk as social organization among black children**. Indianapolis: Indiana University Press, 1990.

GREATBATCH, D. On the management of disagreement between news interviewees. In: DREW, P.; HERITAGE, J. **Talk at Work**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 268-301.

HAVE, P. ten. **Doing Conversation Analysis: A Practical Guide**. London: Sage, 1999.

HERITAGE, J. **Garfinkel and Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

_____. Ethnomethodology. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Eds.) **Social Theory Today**. Stanford: Stanford University Press, 1987. p. 224-272.

_____. Current developments in conversation analysis. In: ROGER, D.; BULL, P. (Eds.). **Conversation: an Interdisciplinary Perspective**. Clevedon: Multilingual Matters, 1988. p. 21-47.

_____; RAYMOND, G. The terms of agreement: indexing epistemic authority and subordination in talk-in-interaction. **Social Psychology Quarterly**, Washington, v. 68, n. 1, p. 15-38, 2005.

HILGERT, G. Entendendo os mal-entendidos em diálogos. In: PRETI, D. **Diálogos na Fala e na Escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005, p. 119-153.

HUTCHBY, I. **Confrontation Talk**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1996.

JACOBS, S.; JACKSON, S. Conversational argument: a discourse analytic approach. In: COX, R.; WILLARD, C. A. **Advances in Argumentation Theory and Research**. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1982. p. 205-237.

JEFFERSON, G. An exercise in the transcription and analysis of laughter. In: DIJK, T. van (Ed.). **Handbook of Discourse Analysis**, vol 3. London: Academic Press, 1985. p. 25-34.

_____. On exposed and embedded correction in conversation. In: BUTTON, G.; LEE, J. R. E. **Talk and Social Organisation**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 86-100.

KANGASHARJU, H. Alignment in disagreement: forming oppositional alliances in committee meetings. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 34, n. 10-11, p. 1447-1471, 2002.

KOSHIK, I. Wh-questions used as challenges. **Discourse Studies**, London, v. 5, n. 1, p. 51-77, 2003.

KOTTHOFF, H. Disagreement and concession in disputes: on the context sensitivity of preference structures. **Language in Society**, Cambridge, v. 22, p. 193-216, 1993.

KURHILA, S. Correction in talk between native and non-native speaker. **Journal of Pragmatics**, v. 33, n. 7, p. 1083-1110, 2001.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LADEIRA, W. **O papel do mediador no gerenciamento e negociação de conflitos em audiências de conciliação**. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LAFORST, M. Scenes of family life: complaining in everyday conversation. **Journal of Pragmatics**, v. 34, n. 10-11, p. 1595-1620, 2002.

LEE, D.; PECK, J. Troubled waters: argument as sociability revisited. **Language in Society**, Cambridge, v. 24, p. 29-52, 1995.

LEIN, L.; BRENNEIS, D. Children's disputes in three speech communities. **Language in Society**, Cambridge, v. 7, p. 299-323, 1978.

LERNER, G. Collectivities in action: establishing the relevance of conjoined participation in conversation. **Text**, Berlin, v. 13, n. 2, p. 213-245, 1993.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LODER, L. L.; GONZALEZ, P. C.; GARCEZ, P. M. Reparo em terceira posição e intersubjetividade na fala-em-interação em português brasileiro. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 117-122, 2004.

MACBETH, D. The relevance of repair for classroom correction. **Language in Society**, Cambridge, v. 33, n. 05, p. 703-736, 2004.

MAGALHÃES, T. **Funções discursivo-interacionais dos reparos em audiências de conciliação do PROCON**. Juiz de Fora, 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da Conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARKEE, N.; KASPER, G. Classroom talks: an introduction. **The Modern Language Journal**, Madison, v. 88, n. iv, p. 491-500, 2004.

MAYNARD, D. How children start arguments. **Language in Society**, Cambridge, v. 14, n. 1, p. 1-30, 1985a.

_____. On the functions of social conflict among children. **American Sociological Review**, v. 50, p. 207-223, 1985b.

_____. Offering and soliciting collaboration in multi-party disputes among children (and other humans). **Human Studies**, Dordrecht, v. 9, n. 2-3, p. 261-286, 1986.

McHOUL, A. W. The organization of repair in classroom talk. **Language in Society**, Cambridge, v. 19, p. 349-377, 1990.

NORRICK, N. On the organization of corrective exchanges in conversation. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 16, n. 1, p. 59-83, 1991.

OCHS, E. Transcription as theory. In: OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. **Developmental Pragmatics**. New York: Academic Press, 1979. p. 43-72.

OCHS, E.; SCHEGLOFF, E.; THOMPSON, S. **Interaction and Grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PARSONS, T. **The Structure of Social Action**. Glencoe: Free Press, 1937.

PIKE, K. Etic and emic standpoints for the description of behavior. In: SMITH, A. **Communication and culture**. Readings in the codes of human interaction. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966. p. 152-163.

PINNACLE STUDIO. Versão 9. Pinnacle Systems Inc., c2003.

POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred and dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Orgs.). **Structures of Social Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 57-101.

_____. **Human Studies**, Dordrecht, v. 9, p. 219-229, 1986.

POMERANTZ, A.; FEHR, B. J. Conversation Analysis: an approach to the study of social action as sense making practices. In: DIJK, T. van (Ed.). **Discourse as Social Interaction**. London: Sage, 1997. p. 64-91.

PRETI, D. **Análise de Textos Oraís**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1993a.

_____. A língua falada e o diálogo literário. In: _____. (Org) **Análise de Textos Oraís**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1993b. p. 245-261.

_____. A gíria na língua falada e na escrita: uma longa história de preconceito social. In: _____. (Org.) **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000a. p. 241-257.

_____. (Org.) **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000b.

_____. (Org.) **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

_____. (Org.) **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005.

PSATHAS, G. **Conversation Analysis: the study of talk-in-interaction**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

PSATHAS, G.; ANDERSON, T. The 'practices' of transcription in conversation analysis. **Semiotica**, The Hague, v. 78, n. 1/2, p. 75-99, 1990.

RODRIGUES, A. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos oraís**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1993. p. 15-37.

SACKS, H. Notes on methodology. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. **Structures of Social Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 21-27.

_____. On the preferences for agreement and contiguity in sequences in conversation. In: BUTTON, G.; LEE, J. R. E. (Eds.). **Talk and Social Organisation**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 54-69. Artigo editado por Emanuel Schegloff a partir de palestra de 1973 (gravada em áudio) no *Linguistic Institute* da *University of Michigan*.

_____. **Lectures on Conversation**. Malden: Blackwell Publishers, 1992. Vol 2.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, Baltimore, v. 50, n. 4, parte I, p. 696-735, 1974.

SCHEGLOFF, E. Between micro and macro: contexts and other connections. In: ALEXANDER, J.; GIESEN, B.; MÜNCH, R.; SMELSER, N. (Ed.). **The Micro-Macro Link**. Berkeley: University of California Press, 1987a. p. 207-234.

_____. Some sources of misunderstanding in talk-in-interaction. **Linguistics**, Hawthorne, v. 25, p. 201-218, 1987b.

_____. Goffman and the Analysis of Conversation. In: DREW, P.; WOOTTON, A. (Orgs.). **Erving Goffman**. Exploring the Interaction Order. Cambridge: Polity Press, 1988. p. 89-135.

_____. On an actual virtual servo-mechanism for guessing bad news: a single case conjecture. **Social Problems**, Brooklyn, v. 35, n. 4, p. 442-457, 1988b.

_____. Reflections on talk and social structure. In: Boden, D.; Zimmerman, D. (Eds.). **Talk and Social Structure**. Los Angeles: University of California Press, 1991. p. 44-70.

_____. Repair after next turn: the last structurally provided defense of intersubjectivity in conversation. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 97, n. 5, p. 1295-1345, 1992.

_____. Parties and talking together: two ways in which numbers are significant for talk-in-interaction. In: HAVE, P ten; PSATHAS, G. (Eds.). **Situated Order**. Washington: University Press of America, 1995. p. 31-42.

_____. Practices and actions: boundary cases of other-initiated repair. **Discourse Processes**, Norwood, v. 23, p. 499-545, 1997.

_____. 'Schegloff's text as Billig's data': a critical reply. **Discourse & Society**, London, v. 10, n. 4, p. 558-572, 1999.

SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. **Language**, Baltimore, v. 53, n. 2, p. 361-382, 1977.

SCHIFFRIN, D. Jewish argument as sociability. **Language in Society**, Cambridge, v. 13, p. 311-335, 1984.

_____. Everyday argument: the organization of diversity in talk. In: DIJK, T. van (Ed.). **Handbook of Discourse Analysis**, vol. 3: discourse and dialogue. London: Academic Press, 1985. p. 35-46.

SONIC FOUNDRY SOUND FORGE. Versão 5.0. Sonic Foundry Inc. c1997-2001.

TAYLOR, T. Ethnomethodology and Conversation Analysis. In: TAYLOR, T.; CAMERON, D. **Analysing Conversation**. Rules and units in the structure of talk. Exeter: Pergamon Press, 1987. p. 99-124.

URBANO, H. Variedades de planejamento no texto falado e no escrito. In: PRETI, D. (Org.) **Estudos de língua falada**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998. p. 131-151.

VUCHINICH, S. Sequencing and social structure in family conflict. **Social Psychology Quarterly**, Washington, v. 47, n. 3, p. 217-234, 1984.

WEEKS, P. Error-correction techniques and sequences in instructional settings: toward a comparative framework. **Human Studies**, Dordrecht, v. 8, n. 3, p. 195-233, 1985.

WIGGINS, S. Talking with your mouth full: gustatory *mmms* and the embodiment of pleasure. **Research on Language and Social Interaction**, Edmonton, v. 35, n. 3, p. 311-336, 2002.

ZUENGLER, J.; FORD, C.; FASSNACHT, C. Analyst eyes and camera eyes: theoretical and technological considerations in “seeing” the details of classroom interaction. In: **The National Research Center on English Learning and Achievement (CELA)**. Report series 2.40. Albany: State University of New York, 1998. p. 1-28.

ANEXO I

Convenções de transcrição

Adaptadas a partir das convenções desenvolvidas por Gail Jefferson (ATKINSON e HERITAGE, 1984, p. ix-xvi), que são amplamente empregadas em Análise da Conversa etnometodológica internacionalmente (ver, por exemplo, BUTTON e LEE, 1987, p. 9-17; OCHS, SCHEGLOFF e THOMPSON, 1996, p. 461-465), as convenções de transcrição empregadas no presente trabalho foram as seguintes:

Aspectos de produção da fala (incluindo aspectos de entonação)

nun-	<u>hífen</u> indica interrupção abrupta
nu::nca	<u>dois pontos</u> indicam prolongamento do som
<u>nunca</u>	<u>sublinha</u> indica fala enfatizada
PALAVRA	<u>maiúsculas</u> indicam fala em volume destacadamente mais alto
°palavra°	<u>sinais de graus</u> indicam fala em voz baixa
°°palavra°°	<u>sinais de graus duplos</u> indicam fala em voz ainda mais baixa
↑	<u>flecha ascendente</u> precede fala destacadamente mais aguda do que as demais
↓	<u>flecha descendente</u> precede fala destacadamente mais grave do que as demais
>palavra<	<u>sinais de maior do que e menor do que</u> indicam fala acelerada
<palavra>	<u>sinais de menor do que e maior do que</u> indica fala desacelerada
.	<u>ponto final</u> indica entonação descendente
?	<u>ponto de interrogação</u> indica entonação ascendente
,	<u>vírgula</u> indica entonação de continuidade ou de pergunta
hh	<u>série de h's</u> indica aspiração ou riso (quando ocorrem em meio à produção de uma palavra, os h's são colocados entre parênteses)
.h	<u>h's precedidos de ponto</u> indicam inspiração audível

Algumas dessas marcações podem ser empregadas simultaneamente. Por exemplo:

pala:::vra dois-pontos e sublinha indicam fala com prolongamento de som enfatizado

Outros aspectos

- [] colchetes indicam início e fim de fala simultânea/sobreposta
- = sinais de igual indicam elocuições contíguas (seja do mesmo falante, seja de falantes distintos)
- (2,4) números entre parênteses indicam medida de silêncio (em segundos e décimos de segundos)
- (.) ponto entre parênteses indica micropausa (silêncios menores do que 2/10 segundo)
- () parênteses vazios indicam segmento de fala que não pode ser transcrito
- (palavra)** segmento de fala entre parênteses indica dúvida do transcritor
- ((*olhando para teto*))** parênteses duplos com texto em itálico indicam descrição de atividade não verbal ou outra observação do transcritor.

|

traço vertical indica uma cisma, separando dois focos interacionais simultâneos; o bloco à direita do traço é um foco interacional, e o bloco à esquerda é outro foco interacional, com participantes distintos em cada um.

Algumas dessas marcações podem ser empregadas simultaneamente. Por exemplo:

- 01 A: palavra=
- 02 B: =[palavra
- 03 C: =[palavra

sinai de igual e colchetes indicam que, imediatamente após o término do turno do falante A (isso é, sem silêncios), os falantes B e C tomaram a palavra simultaneamente

ANEXO II

Originais das citações textuais

Capítulo 1:

HUTCHBY (1996, p. 23)

“a recipient may elect to ignore or even agree with the controversial assertion, thereby effectively neutralizing it.”

ATKINSON e HERITAGE (1984, p. 53)

“variously softened and made indirect”

DURANTI (1997, p. 260)

“(…) the study of both *preferred* and *dispreferred* [actions] (...) can give us a sense not only of what social actors are after, but also of what is considered to be normal or expected in any given situation.”

BLUM-KULKA et al. (2002, p. 1573)

“preference for agreement as the conversational default option”.

BLUM-KULKA et al. (2002, p. 1574)

“the most prominent conversational feature shared in the two contexts we investigated is their overt preference for disagreement”.

KOTTHOFF (1993, p. 205)

“The first unhedged disagreement with an assessment can change the frame into one of an argumentation. The next disagreement reaffirms the new frame of the debate. With the consolidation of a dispute frame, the preference structure changes. Participants orient themselves to disagreement”.

KOTTHOFF (1993, p. 205)

“If people want to approximate their positions, they have to signal this tendency and prepare to change the preference structure again”.

GOODWIN (1990, p. 158-159)

“Each of *two opposing parties repeats* a prior position with the effect that an extended series of disagreements is produced.(...) These turns are occupied principally with displaying a position of opposition; no accounts or explanations accompany the assertions.”

GOODWIN (1990, p. 151)

“(…) a number of phenomena are used to heighten the salience of the term being offered as a correction. First, the utterance containing the correction characteristically repeats some of the prior talk while changing the item being challenged (...) Second, the replacement term is typically spoken with heightened emphasis, giving it ‘contrastive stress’.”

SCHIFFRIN (1985, p. 43)

“(…) acknowledge the other’s point of view before attacking that point”

GOODWIN (1990, p. 180)

“(…) prior speaker’s talk can be transformed into a challenge by the deletion of elements of a prior utterance as well as by the embedding of such talk within a new action”.

GOODWIN (1990, p. 180-181)

“(…) by making use of the talk of prior speaker and transforming it to their advantage; in essence, they turn the prior action on its head”.

GOODWIN (1990, p. 163)

“(…) accounts or explanations for the positions they have assumed.”

GOODWIN (1990, p. 165)

“(…) supernatural sanctions (swearing)”

GOODWIN (1990, p. 165-166)

“(…) persuade an opponent (…) by arguing that that point of view is shared by at least one other person, in some cases even summoning another party as a witness. If two parties agree on a common version of the event being disputed, this is felt to ‘prove’ the correctness of that version”.

COULTER (1990, p. 194)

“(…) to advance a more complex position than could fit into a unit-component declarative assertion”.

HUTCHBY (1996, p. 65)

“while extreme case formulations and related generalizations may be used to lend authority to versions in certain interactional environments, those kinds of statement may be exploited by a skeptical party to undermine the very positions speakers are using them to support”.

GOODWIN (1990, p. 156)

“(…) when one of the disputing parties abandons his own stance, while acknowledging the correctness of the perspective advanced by his opponent.”

GOODWIN (1990, p. 157)

“The party who reverses a previously stated stance is faced with the task of displaying a change in perspective, and accounting for that change”.

GOODWIN (1990, p. 157-158)

“(…) the end of an argument generally occurs without any sharp indication that either position has ‘won’ or ‘lost’. A conflict tends to terminate when one of the two disputing parties does not tie talk to the topic of the prior dispute, but instead produces an action that breaks the ongoing argument frame”.

SCHIFFRIN (1984, p. 322)

“To function as a frame break for the argument, however, what one speaker proposes as a redefinition has to be taken up by the other.”

SCHIFFRIN (1985, p. 35)

“Many arguments end with participants reaffirming their commitment to the opposing positions with which they began or refocusing their disagreement onto a new pair of opposing positions rather than realigning themselves with a newly evolved position”.

MAYNARD (1985b, p. 211)

“Patterns in which one party displays a position or stance, and others support or oppose it in various ways, constitute an alignment structure”.

MAYNARD (1985b, p. 217)

“(…) the success of a third party offering an alignment with one participant’s position, or one participant seeking a third party’s alignment, is susceptible to on-the-spot recipient response and therefore does not lie in the sheer acts of offering or soliciting themselves”.

MAYNARD (1986, p. 268)

“Acting together in parallel or consistent ways (...) may be enough by themselves to form the collaboration”.

COULTER (1990, p. 192)

“(…) confine oneself to *a topical expansion on the just-prior utterance*”

COULTER (1990, p. 192)

“The introduction of potentially problematic new materials in a first latch can derail the attempt at co-production”

COULTER (1990, p. 192)

“(…) responsible for *any* counters latched to his own *unless he disaffiliates at the earliest turn*”

MAYNARD (1986, p. 280)

“Claiming a lack of knowledge regarding some issue may be a way of remaining uninvolved and therefore neutral during a conflict episode”.

MAYNARD (1986, p. 280)

“(…) align equally against everyone rather than just one or the other disputant’s position”.

LERNER (1993, p. 213)

“Persons are not always treated only as separate individuals. On occasion, an assemblage of two (or more) individuals can become relevant as a single social unit”.

MAYNARD (1985b, p. 217)

“(…) represent a temporary convergence concerning a particular issue. As issues change, so does the social order”.

MAYNARD (1985b, p. 218)

“Conflict and the social organization it realizes, is contingently connected with the ongoing, practical interests of participants. As those interests change, so may the alignment structure of the group”.

GOODWIN (1983, p. 659)

“(...) among children, pointing to the trouble source and supplying the correction may be collapsed into a single turn”.

MAYNARD (1985a, p. 6)

“an opposition can be exhibited at the moment when repair can be initiated by another”,
 “When the first party performs a repair, or indicates a willingness to do so, it defuses the opposition then and there. When the first party rejects a repair-initiation that preserves opposition.”

SACKS (1992, p. 346)

“(...) take a question (...) which might be treated simply as ‘he isn’t sure he heard what was said’, and give it a position in within some developing argument with respect to some controversial matter”

SACKS (1992, p. 344)

“(...) the *form* of a question to do some variety of things”.

SCHEGLOFF (1997, p. 505)

“Other-initiated repair may be used as a vehicle or instrument for doing displays of doubt, non-alignment, disagreement, challenge, rejection, etc.”

GOODWIN (1983, p. 670)

“(...) correction and disagreement are related kinds of next moves to prior moves in that they challenge either an element in prior speaker’s talk or the action put forward by prior speaker”.

GOODWIN (1983, p. 677)

“(...) elements associated with aggravated forms of correction”

GOODWIN (1983, p. 670)

“(...) the subject matter of a correction sequence frequently is some type of objectively definable event in the world, especially when pronunciation or word selection is at issue”

GOODWIN (1983, p. 675)

“A statement allowing considerable room for variation in its interpretation”

JACOBS e JACKSON (1982, p. 227)

“any speech act can become the subject of disagreement and therefore argument”

MAYNARD (1985a, p. 3)

“any utterance or action may contain objectionable features and may become part of a dispute only if it is contradicted”

Capítulo 2:

DURANTI (1997, p. 247)

“From the beginning, conversation analysts shared with Malinowski, Austin, Searle and Wittgenstein the view that talk itself is social action.”

DURANTI (1997, p. 246)

“(...) conversation analysts’ research has had a considerable impact among those interested in how language is used in social interaction.”

Nota 11, SCHEGLOFF (1991, p. 46)

“For some, the fact that conversation analysis concerns itself with the details of talking has meant that it is a form of linguistics. Perhaps so, but certainly not exclusively so. If it is not a distinctive discipline of its own (...) CA is at a point where linguistics and sociology (and several other disciplines, anthropology and psychology among them) meet”.

SCHEGLOFF (1988, p. 103)

“the immense capacities which ordinary persons bring to ordinary interaction”.

Nota 12, SCHEGLOFF (1988, p. 90)

“In registering certain events and aspects of events as worthy of notice and available to acute and penetrating interpretation, Goffman materialized almost out of thin air the realization that there was a subject matter there to study. One is tempted to say that he rehabilitated a field, except that he seemed actually to have habilitated it.”

GOFFMAN (1971, p. ix)

“interaction practices have been used to illuminate other things, but themselves are treated as though they did not need to be defined or were not worth defining.”

GOFFMAN (1982, p. 2)

“A sociology of occasions is here advocated. Social organization is the central theme, but what is organized is the co-mingling of persons and the temporary interactional enterprises that can arise therefrom. A normatively stabilized structure is at issue, a ‘social gathering’ but this is a shifting entity, necessarily evanescent, created by arrivals and killed by departures. (...) I assume that the proper study of interaction is not the individual and his psychology, but rather the syntactical relations among the acts of different persons mutually present to one another.”

GIDDENS (1987, p. 134-135)

“what appear to be quite trivial and uninteresting aspects of day-to-day behaviour turn out to be fraught with implications for interaction.”

POMERANTZ e FEHR (1997, p. 65)

“a shift away from the search for causes of human conduct and toward the explication of how conduct is produced and recognized as intelligible and sensible.”

HERITAGE (1987, p. 230)

“an active process in which the participants assume ‘the general thesis of the reciprocity of perspectives’ (Schutz 1962, p. 11-13), i.e. that notwithstanding the different perspectives, biographies and motivations which lead to the actors having non-identical experiences of the world, they can none the less treat their experiences as ‘identical for all practical purposes’”.

Nota 14, HERITAGE (1987, p. 230)

“In ordinary life, there is a general *suspension of doubt* that things might not be as they seem or that past experience may not be a reliable guide to the present.”

HERITAGE (1987, p. 230)
 “identical for all practical purposes”

Nota 15, GARFINKEL (1986, p. 320)
 “The appropriate image of a common understanding is therefore an operation rather than a common intersection of overlapping sets.”

Nota 18, PIKE (1966)
 “The etic viewpoint studies behavior as from outside of a particular system, and as an essential initial approach to an alien system. The emic viewpoint results from studying behavior as from inside the system.”

SCHEGLOFF (1987, p. 209)
 “it is precisely the *parties*’ relevancies, orientations, and thereby-informed action which is our interest to describe, and to describe under the control of the details of the interaction in which they are realized.”

Nota 17, SCHEGLOFF, JEFFERSON e SACKS (1977, p. 381)
 “language is a vehicle for the living of real lives with real interests in a real world”

MARKEE e KASPER (2004, p. 495)
 “language is the local, collaborative and intersubjective achievement by members of conventionalized, mutually recognizable and socially shared linguistic resources.”

ERICKSON (2004, p. 14)
 “originated far away in space and time from the immediate situation of use in which we are engaged in the present moment.”

ERICKSON (2004, p. 16)
 “in uttering a word or phrase (...) we are not just rendering in speech an underlying abstract set of words taken from an abstract word list and grammar (...) we are *saying something to someone* and doing so with particular purposes in a particular moment and in particular relationships with those we are talking to then.”

HERITAGE (1988, p. 23)
 “real-worldly contexts between persons in real relationships whose talk has a real consequentiality and accountability”.

HAVE (1999, p. 49)
 “the ideal is to (...) observe interactions as they would take place without research observation.”

Nota 19, DURANTI (1997, p. 118)
 “people usually do not *invent* social behavior, language included, out of the blue. Rather, their actions are part of a repertoire that is available to them independently of the presence of the camcorder (...) I believe that most of the time people are too busy running their own lives to change them in substantial ways because of the presence of a new gadget or a new person.”

PSATHAS e ANDERSON (1990, p. 75)

“what can subsequently be said about it”

SACKS (1984, p. 26)

“The tape-recorded materials constituted a ‘good-enough’ record of what happened. Other things, to be sure, happened, but at least what was on the tape had happened.”

SCHEGLOFF (1997, p. 502)

“occurrences which prima facie appear *different* from the target instances.”

DURANTI (1999, p. 137)

“a record that will outlast the fleeting moment of real-life performance.”

HAVE (1999, p. 33)

“the prime function is to note sequential phenomena in much more detail than is necessary for other kinds of approaches. The basic technique is to visualize on the paper the timeline of the interactional stream, and to place each participant’s contribution in relation to those of others.”

HAVE (1999, p. 9)

“in most cases, the verbal production by the participants is taken as a base-line for the understanding of the interaction, with selected visual details being added to this understanding to make the analysis more completely an analysis of *face-to-face* interaction. (...) The general and recommended practice seems to be to start with an audio transcription, following the proceedings discussed earlier, and later to add the visual details one wants to consider.”

HAVE (1999, p. 77)

“transcriptions should not be taken as a substitute for the recordings. They are selective (...) renderings of certain aspects of what the tape has preserved of the original interaction, produced with a particular purpose in mind, by this particular transcriptionist, with his or her special abilities and limitations.”

GOODWIN (1993, p. 194)

“I view taping as an iterative, progressive process”.

ZUENGLER et al. (1998, p. 12-13)

“no single camera can capture the head-on perspective of two or more participants in a face-to-face interaction. There is simply no position from which the camera can pick up each participant’s complete facial expression and body movement *as seen by the other participant*.”

Nota 23, GOODWIN (1993, p. 190)

“after all the work and effort you put into getting to the site where you want to film, and the cost of equipment, the cost of tape is peanuts. You want to get everything you can. Bring plenty of tape, certainly more than you think you will need. You can’t anticipate when interesting things will happen.”

Capítulo 3:

GOODWIN (1990, p. 149)

“(…) call into question not only what has been said but also the general competence of someone who would produce such talk.”

GOODWIN (1990, p. 146)

“By providing this correction, the party opposing prior talk portrays prior speaker as lacking the ability or competence to remedy the error on his/her own”

GOODWIN (1990, p. 149)

“(…) the talk does not simply portrays its recipient as defective rather invokes a particular relationship between speaker and addressee that categorizes each of these participants in an alternative way”.

MAYNARD (1985b, p. 210)

“Social organization achieved through conflict is (…) susceptible to change. It represents an alliance of interests around some issue, some practical problem that emerges in local interaction. When the problem changes, so may the organization of the group.”

Nota 30, SCHEGLOFF (1987b, p. 212)

“(…) before providing a serious ‘next’ which is sequentially relevant, the participant provides a joke first. Regularly, such ‘joke first’s are produced as intentional misunderstandings of the prior talk”.

KOTTHOFF (1993, p. 206)

“After forms of aggravated disagreement have occurred, it is not very likely that any opponent will concede immediately”.

“The combination of reluctant acceptance and a question seems to be the format of the concession in this context”

ANEXO III
Modelo de consentimento informado usado na geração de dados
(adaptado de Almeida, 2004)

Consentimento Informado

Prezado participante,

Você está sendo convidado a colaborar com um estudo sobre como as pessoas usam a linguagem no seu dia-a-dia, vinculado ao Programa do Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A sua participação envolve gravações em vídeo e áudio de você conversando com outras pessoas. Sua colaboração neste estudo é voluntária.

Seu nome não aparecerá (será substituído por um pseudônimo), e será mantido o mais rigoroso sigilo sobre a sua identidade através da omissão de quaisquer informações que permitam identificá-lo. Entretanto, qualquer pesquisador que possa conhecê-lo(a) será capaz de identificá-lo(a) através de sua voz (nas gravações em áudio) ou de sua imagem (nas gravações em vídeo).

Indique, para cada item abaixo, o seu consentimento a respeito do uso dos dados em áudio e vídeo, utilizando sua rubrica. O material será utilizado **somente** nas modalidades que você autorizar.

As gravações podem ser estudadas pelo pesquisador responsável pelo projeto.	Áudio _____	Vídeo _____
A transcrição escrita do material pode ser usada em publicações científicas.	Áudio _____	Vídeo _____
A transcrição escrita do material pode ser mantida em arquivo à disposição de pesquisadores envolvidos em outros projetos.	Áudio _____	Vídeo _____
As gravações podem ser mostradas a pesquisadores envolvidos em outros projetos.	Áudio _____	Vídeo _____
As gravações podem ser usadas por pesquisadores envolvidos em outros projetos.	Áudio _____	Vídeo _____
As gravações podem ser mostradas em salas de aula, para fins de estudo.	Áudio _____	Vídeo _____
As gravações podem ser mostradas em apresentações públicas (congressos, seminários, etc.)	Áudio _____	Vídeo _____

Os dados **não** serão disponibilizados para **qualquer propósito** que não se encaixe nos termos da pesquisa.

A sua colaboração é muito importante, pois você estará contribuindo para a produção de conhecimento científico.

Responsável pelo projeto: Leticia Ludwig Loder
 Professor Orientador: Pedro M. Garcez, Ph.D.

Data: _____
 Nome: _____
 Assinatura: _____

ANEXO IV
Transcrição contínua do fragmento 11

(11)

3_(v1)_00:20:50

01 Priscila: agora::: uma coisa eu disco::rdo
02 (0,3)
03 Priscila: tu falou ali ah:: nunca vai ser tão prático como
04 li:so mas não ↑é tão li::so- tão prá- tão
05 prático ter cabelo li:so
06 (0,8)
07 Renata: bom não vou entrar na ques[tã:o [(tu nunca]=
08 Priscila: [é::: [não é]=
09 Juliana: [°hã hã°]
10 Renata: =teve) cabelo cre[s]po tu- [quando vo]cê ti[ver=
11 Priscila: =tã::o prá-] [não-]
12 Larissa: [>hã=
13 Renata: =[cabelo [cre:spo,]
14 Larissa: =[hã hã [hã hã hã<]
15 Juliana: =[>hã hã [hã< hã:]::=
16 Priscila: [tã:::]
17 Priscila: =Rena[:ta[::,]
18 Renata: [a [gen]te con[ve:rsa
19 Juliana: [hã]
20 Priscila: [Rena:ta::: .h:--
21 Renata: =na pró:::xi[ma encar[na][çã:o
22 Priscila: [Rena:t[a:,]
23 Juliana: [hã:]
24 Larissa: [>há há [há há<]
25 Priscila: [tipo] eu
26 quase nu:nca uso secador tu sabe de quanto tempo
27 o meu cabelo demora para seca:r,
28 (0,4)
29 Renata: °m,°
30 Priscila: d- na:tural assim,
31 (0,3)
32 Renata: [m:,]
33 Priscila: [tã:] é que eu [tenho muito cabe-]
34 Juliana: [>mas pelo menos tu pode] secar
35 ao natura:l<=
36 Renata: =é: (>Pri[scila<]
37 Juliana: [tem gente que não pode secar ao
38 natural< [(tem que usar [])]
39 Renata: [se eu secar ao natural- se [eu secar]=
40 Priscila: [tã mas aí-]
41 Renata: =o [me]u natural [(vai ficar)] metade cre:s[po=
42 Priscila: [ó]
43 Juliana: [hã: hã:]
44 (Larissa): [h:=
45 Renata: =meta]de [li:so(h)
46 (Larissa): =hã hã]
47 Priscila: [mas se- aí sabe quantas gripes eu
48 [já peguei] olha tipo,
49 Renata: [(li:ndos)]
50 (): hã [h:::
51 Priscila: [se-

52 Renata: [bele[za
53 Priscila: [se eu la:vo=

54 Larissa: eu le:mbro do teu Priscila: =o meu cabelo o:ito
55 cabe:lo= da manhã::, (0,5)
56 Renata: =ele é cre::spo até dependendo do
57 aqui: e dia chega assim
58 [depois fica com as]= dezoito horas:
59 Larissa: [h- h:::~::~:~::~:~::~:~::~:~::~:] deze[nove horas,
60 Renata: =pontas assi:m Juliana: [ai tá Priscila
61 (1,0) im[possível
62 Renata: °bele:::za° Priscila: [e nã:o secou
63 (1,4) (.)
64 Renata: °()° com Priscila: impossível nã:o
65 secador te ju::ro se=

66 Priscila: =[tá chovendo-
67 Renata: =[qua:nto te:mpo,=
68 Juliana: =das o:ito da manhã até as se:is da tarde nã(h)o
69 [secou o [cabe(h):lo (de(h):la)]
70 Priscila: [nã s::-[às vezes nã-] a::qui no [me:io nã::o]=
71 Renata: [°°>há há há há há] há<°° [bá mas tá]=
72 Juliana: [hã hã hã]
73 Priscila: =se:::ca:]
74 Renata: =uma umi][da:de] nesse=
75 Juliana: [(h)é:::]
76 Renata: =[di::a
77 Priscila: [nã:o se:::[ca]
78 Juliana: [>hã hã hã<. h:
79 [pegou chu:va né (>Priscila<)]
80 Renata: [(a Pri] cabe:lo) ((mexendo no
81 cabelo de Priscila))
82 Priscila: eu tenho um mo::nte de cabe:lo
83 (1,2)
84 Renata: °(ah: Priscila: mas::,)°
85 (0,2)
86 Renata: tu vai ter que nascer [de cabelo crespo antes=
87 Juliana: [até as dezo::ito do dia=
88 Renata: =para poder [ver]
89 Juliana: =segui:nte [nã:o] seco:u o cabe:lo] da guri:::a=
90 Larissa: [>hã] hã hã hã hã hã hã<]
91 (Larissa): =.h=
92 (Renata): =h::
93 (0,3)
94 Priscila: ah Juli[ana () que eu tô te fala::ndo=
95 Larissa: [não mas eu sei o que que é cabelo=
96 Priscila: =tu sa-]
97 Larissa: =gro:sso e gra:]nde [assim]
98 Priscila: [o meu] não é gro:sso mas é
99 [mu::ito:]
100 Larissa: [o meu é bem] grosso=
101 Priscila: =é mu::ito
102 (.)
103 Priscila: tu pega aqui ó: é [mu::ito cabe:lo
104 Renata: [°°(é: bem comprido)°°
105 (1,0)
106 Priscila: só não [tenho mais que-]
107 Renata: [mas (cadê)] Lucia(h):na para me

108 apoia(h):r aqui:(h) [hã
 109 Juliana: [>hã hã hã <=
 110 (Priscila): =hã:
 111 (0,2)
 112 Larissa: tá no [Ri:ô]
 113 Renata: [hã .h:]
 114 Priscila: ah::[::: é::: a Lucia-]=
 115 Renata: [que co:isa vou liga:r para ela]=
 116 Priscila: =.h: [pois é mas a Luciana não] te:::m ã:::=
 117 Renata: [(mais poderosa)]
 118 Priscila: =chapi:nha japone:sa [né
 119 Renata: [°não ela faz esco:va°
 120 Priscila: e como é que ela faz quando vai tipo para Búzios
 121 assim,